

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

KELLY AMARAL DE FREITAS

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DO TRABALHO E TRABALHADORES NO CIRCUITO
EXPOSITIVO DE LONGA DURAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

BELO HORIZONTE

2024

KELLY AMARAL DE FREITAS

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DO TRABALHO E TRABALHADORES NO CIRCUITO
EXPOSITIVO DE LONGA DURAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Universidade Federal
de Minas Gerais para obtenção do título de Doutora
em Ciência da Informação

Linha de pesquisa: Memória, patrimônio e produção
de conhecimento.

Orientador: Luiz Henrique Garcia.

BELO HORIZONTE

2024

F866m	Freitas, Kelly Amaral de. Memória e história do trabalho e trabalhadores no circuito expositivo de longa duração do Museu Histórico Nacional [recurso eletrônico] / Kelly Amaral de Freitas. - 2024. 1 recurso eletrônico (168 f. : il., color.) : pdf. Orientador: Luiz Henrique Garcia. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Referências: f. 123 -135. Apêndice: f. 136 -148. Anexos: f. 149 -168. Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader. Ciência da informação – Teses. 2. Trabalho – História – Teses. 3. Memória – Teses. 4. Documentação museológica – Teses. 5. Museu Histórico Nacional – Teses. I. Garcia, Luiz Henrique. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título. CDU: 069:331
-------	--

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira - CRB: 6/2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Às 14:00 horas do dia 27 de março de 2024, híbrido: UFMG/ECI sala 4019 e Plataforma Webconf, realizou-se a sessão pública para a defesa da tese de KELLY AMARAL DE FREITAS, número de registro 2019660851. A presidência da sessão coube ao Prof. Luiz Henrique Assis Garcia - orientador. Inicialmente, o presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Prof. Francisco Regis Lopes Ramos (UFC), Profa. Érika Moraes Cerqueira (IFSUDESTE MG), Profa. Letícia Julião (ECI/UFMG), Prof. Jezulino Lucio Mendes Braga (ECI/UFMG), e Prof. Luiz Henrique Assis Garcia - Orientador (ECI/UFMG). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua tese de doutorado, intitulada: "*Memória e história do trabalho e trabalhadores no circuito expositivo de longa duração do museu histórico nacional*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar **aprovada a tese de doutorado**. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, e aprovada, foi assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Assis Garcia, Professor do Magistério Superior**, em 15/04/2024, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Juliao, Professora do Magistério Superior**, em 18/04/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jezulino Lucio Mendes Braga, Professor do Magistério Superior**, em 18/04/2024, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Moraes Cerqueira, Usuária Externa**, em 19/04/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Moreno Marques, Coordenador(a) de curso**, em 15/05/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu orientador, professor doutor Luiz Henrique Garcia, que com paciência e incentivo constante não me deixou desistir, apontou caminhos para que este trabalho se pautasse por toda a ética possível.

Aos docentes-pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa no período de 2020 a 2022.

As professoras Dr^a Letícia Julião e Dr^a Aline Montenegro Magalhães que participaram da banca de qualificação e contribuíram significativamente com os meandros metodológicos desta pesquisa.

Aos membros integrantes da banca examinadora, pelo interesse e disponibilidade em realizar esse diálogo.

À professora doutora Lana Mara de Castro Siman, orientadora do mestrado, que provocou em mim um olhar mais sensível para as sutis formas de resistir e esperar por uma sociedade mais inclusiva e justa.

Ao professor doutor Jezulino Lúcio Mendes Braga pelos diálogos propositivos ao longo da minha formação acadêmica.

À historiadora e advogada Lóren Graziela Carneiro pelas consultorias e indicações de referências. Ao amigo Frederico Moreira, que me incentivou a realizar o processo seletivo para o doutorado.

Aos Muquifeiros que, por meio da pesquisa de mestrado, me provocaram a enxergar nos museus históricos as ausências e as presenças da *classe-que-vive-do-trabalho*¹ nas narrativas da história e memória do Brasil.

Em memória ao amigo e professor doutor emérito José Maria - Lisbscost da FaE/UFMG, que mesmo ausente se fez presente pelos livros que me deixou como herança. Em memória à professora doutora Júnia Sales da FaE/UFMG, que ao longo da graduação me levou para campo museológico.

À minha querida família, Amanda, Marcos, Manso e Billy, que sempre estiveram por perto contribuindo para que a etapa da escrita não fosse algo solitário. Com carinho à minha filha Amanda, que ajudou nas fotografias das pesquisas de campo, e ao companheiro Marcos, que incentivou e contribuiu para que as idas ao Rio de Janeiro fossem possíveis. Em especial, agradeço à minha mãe Adelaide e meu pai Luiz, que sempre incentivaram a continuidade dos estudos.

Aos meus amigos e amigas da capoeira, em nome do Contramestre Vareta – Companhia Pernas pro Ar de Sete Lagoas, que em tempos sombrios contribuíram para momentos de leveza e superação dos desafios do corpo e da mente. À Rubi – advogada trabalhista que apresentou indicações de leituras preponderantes para desamarrar o olhar para o contexto trabalhista atual.

Rosemeire Moura, amiga e professora da Educação Básica, que me deu forças para conciliar a rotina do trabalho com os estudos. Por fim, a Júlia Bernardes que do outro lado do Oceano Pacífico contribuiu com as reflexões.

¹ Termo cunhado pelo Antropólogo Ricardo Antunes.

RESUMO

No século XXI, as transformações no cenário do trabalho no Brasil, impulsionadas pelo neoliberalismo, têm gerado situações de precariedade e flexibilização de direitos para os trabalhadores, decorrentes da flexibilização das leis trabalhistas. Considerando a centralidade do trabalho na formação social para a compreensão da história nacional, esta pesquisa investigou as representações sociais dos diferentes sentidos do trabalho e trabalhadores no Circuito de longa duração do Museu Histórico Nacional. A análise documental ocorreu pela leitura das atas, dos relatórios de gestão de 1995 a 2020 e da Política de aquisição e descarte de acervo de 1996 disponibilizadas do Núcleo de Arquivos Institucionais do MHN. Esses documentos evidenciaram que a equipe curatorial dos anos 2000 criou uma vitrine expositiva com objetos e uniformes de trabalho no Módulo Cidadania em Construção 1889 até a atualidade no eixo representativo dos direitos sociais. Treze anos após, um Programa de Reavaliação inconcluso, devido à Pandemia COVID-19, modificou o nome do Módulo expositivo para Cidadania 1889 até a atualidade e realizou modificações pontuais na vitrine expositiva. Em comparação com a expografia proposta nos anos 2000, o *Programa de Reavaliação* resultou em um encolhimento da quantidade de objetos referentes ao trabalho, deixando a abordagem como uma metonímia das profissões. Para a leitura da expografia, utilizamos o método da análise de conteúdo, que foi desde o acesso às fichas catalográficas na Reserva Técnica, bem como na Plataforma digital Tainacan, a estudos comparativos de fotografias, análise das tipografias dos módulos expositivos e bibliografias produzidas por membros da equipe do MHN. Ao percorrer essa metodologia, foi evidenciada uma proposta museológica que simplificou o início do trabalho livre no Brasil com a chegada dos trabalhadores imigrantes europeus, silenciando a existência de uma massa de trabalhadores livres à margem do sistema escravista na Colônia e no Império. Ao final, tornou-se evidente que o legado deixado pela organização política reivindicatória da classe proletária brasileira, que no século XX, cumpriu a função pedagógica para a formação de uma consciência de classe, está silenciado no *Módulo Cidadania – 1889 até a atualidade*. Nessa lacuna, uma museologia crítica passa a ser uma opção metodológica significativa, pelo potencial de provocar reflexões que vão além de uma história fatalista, na qual trabalhadores escravizados foram submetidos a torturas corporais e trabalhadores livres assalariados à precariedade existencial. Diante disso, concluímos que a simples presença de objetos representativos de uma classe social ou de um tema silenciado não é suficiente para que a comunicação museológica cumpra sua função social. Para ampliar a percepção e recepção dos objetos, é necessário instigar uma reflexão sobre as escolhas e as ações humanas que influenciaram a criação e o uso desses objetos, considerando as forças sociais de onde emergiram. O estudo também identificou que as modificações expográficas do Circuito de longa duração estão diretamente relacionados ao perfil das gestões/diretorias do MHN. Mesmo com a participação na curadoria de funcionários do Museu ou, ainda, consultores externos, o que fica evidente nas expografias são as marcas do que foi considerado importante para ser deixado como legado da gestão, bem como o que foi questionado em relação à gestão anterior. Nessa perspectiva, a documentação museológica foi fundamental para esta pesquisa, não só na preservação da memória dos objetos, mas também no registro das atividades dos profissionais do Museu. Enquanto essas atividades são parte da rotina das atribuições de cargo, para pesquisadores externos, elas representam processos metodológicos que refletem as políticas culturais, escolhas curatoriais, formatos e intenções subjacente.

Palavras-chave: Museu Histórico Nacional; Trabalho; Trabalhadores; Classe trabalhadora; Documentação museológica.

ABSTRACT

In the 21st century, transformations in the Brazilian work landscape, driven by neoliberalism, have led to situations of precariousness and rights flexibility for workers, stemming from labor law flexibilization. Considering the centrality of work in social formation for understanding national history, this research investigated the social representations of different meanings of work and workers in the long-term circuit of the National Historical Museum. Documentary analysis involved reading minutes and management reports from 1995 to 2020 provided by the Institutional Archives Core of the National Historical Museum. These documents revealed that the curatorial team of the 2000s created an exhibition showcase with work-related objects and uniforms in the "Citizenship under Construction" module from 1889 to the present, within the framework of social rights. Thirteen years later, an inconclusive reevaluation program, due to the COVID-19 pandemic, renamed the exhibition module to "Citizenship 1889 to the Present" and made specific changes to the showcase, maintaining an approach as a metonymy of professions. For the exhibition's expography analysis, the content analysis method was employed, ranging from accessing catalog cards in the Technical Reserve to the Tainacan digital platform, comparative studies of photographs, analysis of typography in exhibition modules, and bibliographies produced by the National Historical Museum team members. Through this methodology, a museological proposal was evident, simplifying the beginning of free labor in Brazil with the arrival of European immigrant workers, silencing the existence of a mass of free workers on the margins of the slave system in the Colony and the Empire. In the end, it became clear that the legacy left by the political organization advocating for the Brazilian working class, which in the 20th century served an educational function in forming class consciousness, is muted in the "Citizenship 1889 to the Present" module. In this gap, critical museology becomes a significant methodological option, with the potential to provoke reflections beyond a fatalistic history where enslaved workers endured physical torture and wage laborers faced existential precarity. Consequently, we conclude that the mere presence of representative objects from a social class or silenced theme is insufficient for museum communication to fulfill its social function. To enhance the perception and reception of objects, it is necessary to stimulate reflection on the choices and human actions that influenced the creation and use of these objects, considering the social forces from which they emerged. The study also identified that expographic modifications in the long-term circuit are directly related to the profiles of the National Historical Museum's management/directorships. Even with the involvement of museum staff or external consultants in the curation, what becomes evident in the expographies are the marks of what was deemed important to be left as a legacy of the management, as well as what was questioned regarding the previous administration. In this perspective, museum documentation was essential for this research, not only in preserving the memory of objects but also in recording the activities of museum professionals. While these activities are part of their routine job responsibilities, for external researchers, they represent methodological processes reflecting cultural policies, curatorial choices, formats, and underlying intentions.

Keywords: National Historical Museum; Job; Workpeople; working class people; Museum documentation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Visita virtual: Núcleo expositivo Cidadania em construção. Fonte: Google Arts and culture, 2017.

Figura 02: Objetos de trabalho no *Módulo expositivo Cidadania em construção*. Fonte: Facebook MHN, 2015.

Figura 03: Estudo da vitrine do 'trabalho' no eixo dos direitos sociais. Fonte: Foto autoral, 2023, (adaptada).

Figura 04: Vitrine com uniformes e objetos de trabalho. Fonte: Foto autoral, 2023.

Figura 05: Capacetes de proteção individual. Fonte: Foto autoral, 2023.

Figura 06: Imagem do Protetor de poeira no Tainacan. Fonte: Tainacan, 2023.

Figura 07: Imagem do Protetor de poeira na vitrine do 'trabalho' Fonte: Foto autoral, 2023.

Quadro 01: Classificação Thesaurus do MHN na Plataforma Tainacan. Fonte: Tainacan, 2023, (adaptada).

Quadro 02: Instituições originárias dos uniformes de trabalho. Fonte: Autoral, 2023.

Quadro 03: Estudo da cenografia do protetor de poeira. Fonte: Autoral, 2023.

Quadro 04: Inventário do Núcleo Expositivo na vitrine do 'trabalho'. Fonte: Núcleo de Exposição MHN.

Quadro 05: Identificação do acervo da vitrine do 'trabalho' na Plataforma Tainacan e fichas catalográficas. Fonte: Autoral, 2023.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMHN	Arquivos Institucionais do Museu Histórico Nacional
AMMHN	Associação dos amigos do Museu Histórico Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMB	Casa da Moeda do Brasil
COB	Confederação operária Brasileira
Comlurb	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COVID-19	Doença do coronavírus
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos trabalhadores
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
ECHOES	European Commission Humanitarian Aid & Civil Protection
ESAG	Empresa de Saneamento da Guanabara
FMI	Fundo Monetário Internacional
GM	Guarda Municipal
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Light	Serviços de Eletricidade S/A
MAO	Museu de Artes e Ofícios
MG	Minas Gerais
MHN	Museu Histórico Nacional
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PM	Plano museológico
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SIGA	Sistema digital de Acervo
TV	Televisão
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. Objetivo geral.....	15
1.2. Objetivos específicos.....	15
2. Metodologia.....	16
3. Percorso metodológico.....	19
4. Organização dos capítulos.....	22
 CAPÍTULO 1: O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL EM MOVIMENTO.....	 23
1. Identidade Nacional e o MHN no Brasil republicano.....	23
2. O Museu Histórico Nacional em movimento.....	27
 CAPÍTULO 2: O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CIRCUITO EXPOSITIVO DE LONGA DURAÇÃO.....	 37
1.Exposições museais: Teoria e prática.....	37
2. Entre atas o <i>Projeto de revitalização do Circuito de longa duração</i> nos anos 2000.....	39
2.1. A comissão curatorial.....	42
2.2. O Circuito expositivo cronológico.....	45
2.3. A seleção dos objetos.....	46
2.4. Cenografia: A narrativa visual.....	47
3. Considerações: <i>Projeto de Revitalização</i> do Circuito de longa duração nos anos 2000	48
4. O Circuito de longa duração em 2023.....	51
 CAPÍTULO 3: O CIRCUITO DE LONGA DURAÇÃO EM DIÁLOGO COM A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL.....	 54
1. Trabalho.....	54
2. Trabalho Livre: O sentido ontológico.....	55
3. Escravidão: A negação do trabalho livre.....	56
4. Trabalho livre na ordem escravocrata.....	63
5. Abolição - Trabalho livre assalariado.....	67
6. “Africanos livres”: Intervenção decolonial na Placa de ferro da Fábrica Ipanema.....	71
 CAPÍTULO 4: A VITRINE DO ‘TRABALHO’ NO MÓDULO EXPOSITIVO CIDADANIA 1889 ATÉ A ATUALIDADE.....	 73
1. A <i>Cidadania em Construção</i>	73
2. O <i>Programa de Reavaliação</i>	77
3. A vitrine do trabalho no eixo expositivo dos direitos sociais.....	79

4. Considerações: A vitrine do trabalho no eixo expositivo dos direitos sociais.....	82
5. O cenário expositivo da vitrine do 'trabalho'.....	84

CAPÍTULO 5: POR DENTRO DA VITRINE DOS OBJETOS E UNIFORMES DE TRABALHO. 88

1. A classificação do acervo da vitrine do 'trabalho'.....	89
2. A vitrine do 'trabalho' do Rio de Janeiro.....	91
3. Cenografia e documentação museológica.....	93
4. Uniformes de trabalho.....	97
4.1. Uniforme de Gari.....	98
4.2. Uniforme Oficial da Proantar.....	99
4.3. Uniforme da Bailarina.....	99
4.4. Uniformes do futebol.....	100
4.5. Uniforme do Médico.....	100
4.6. Uniforme militar.....	101
5. Considerações: Uniformes de trabalho.....	101
6. Uniformes de trabalho: equipamentos de proteção individual.....	107
7. Os objetos de trabalho na vitrine do 'trabalho'.....	109
8. Considerações: Por dentro e por fora da vitrine do 'trabalho'.....	113

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 116

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 122

APÊNDICE A – Breve estudo: Trabalho assalariado no Brasil pós-Industrial..... 135

ANEXO 1 – Quadro 04: Inventário do Núcleo Expositivo na vitrine do 'trabalho'..... 148

ANEXO 2 – Quadro 05: Identificação do acervo da vitrine do 'trabalho' na Plataforma Tainacan e fichas catalográficas..... 153

INTRODUÇÃO

A questão que motivou esta pesquisa surgiu durante o mestrado, quando, ao investigar as narrativas dos objetos biográficos no Museu de Favelas e Quilombos Urbanos, localizado na favela Morro do Papagaio, na região centro-sul de Belo Horizonte/MG, tornou-se perceptível como a vida dos moradores desse lugar foi marcada por suas relações de trabalho, seja quando saíram de suas cidades do interior em busca de emprego na capital, seja ao longo de suas vidas na busca pela manutenção do mínimo necessário para sobreviver.

As inquietações provocadas por essas narrativas levaram ao conceito da sociologia contemporânea de trabalhadores precarizados, ou seja, a camada da *classe-que-vive-do-trabalho* condicionada pela redução dos direitos trabalhistas, que vive submetida a rendimentos incertos, carente de uma identidade coletiva no mundo do trabalho ou necessitada de ajuda financeira e apoio da assistência social para acessar o mínimo comum (BRAGA, 2014) (ANTUNES, 2008).

Diante das motivações desta pesquisa, levando em consideração a centralidade do trabalho na formação social da história de uma nação, surgiu a indagação: de que maneira os museus abordam, por meio de seus acervos em exposição, a história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil?

E assim, na fase embrionária dessa pesquisa, foram realizadas algumas indicações de museus que poderiam ser abordados. Entre eles, localizado em Belo Horizonte, o Museu de Artes e Ofícios se evidenciou por expor objetos referentes ao trabalho do Brasil pré-industrial. Localizado na Praça da Estação Central do Metrô, parte do acervo do MAO pode ser visualizado por trabalhadores e trabalhadoras que transitam na plataforma de embarque e desembarque.

Outro Museu que se destacou na fase embrionária foi o Museu Histórico Abílio Barreto por apresentar uma narrativa sobre a construção histórica da capital mineira – Belo Horizonte – cidade planejada para ser moderna de tal forma que em seu projeto urbanístico não previa a habitação dos trabalhadores que vieram para construí-la. Contudo, conforme as obras da engenharia civil findavam, os trabalhadores passavam a ser absorvidos em outros ramos econômicos e foi inevitável que dentro dos limites da cidade planejada se formassem as favelas e aglomerados que resistem em existir até os tempos atuais.

Embora essas duas instituições apresentem aspectos relevantes para reflexão sobre o trabalho, as inquietações motivacionais visaram um arcabouço histórico macro que permitisse transitar entre o passado e o presente, no exercício de refletir sobre contextos atuais dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

Assim, o Museu Histórico Nacional localizado na cidade do Rio de Janeiro, distinguiu-se por ser um espaço dedicado à missão de “promover a mobilização coletiva para valorizar a consciência histórica e o direito ao patrimônio cultural do Brasil, por meio da formação e preservação de acervo, ação educativa e construção de conhecimento” (PM, 2020). Além disso, o MHN foi escolhido devido às significativas reformulações museográficas e museológicas ocorridas nas últimas décadas. Estas incluíram a ampliação de sua política de acervo, com o objetivo de representar as diversas identidades culturais e classes sociais da história brasileira (MHN, 1996).

Quanto à representação dos trabalhadores e do trabalho em museus históricos, Paulo Fontes, em um artigo publicado em 2008, expôs que, em muitos casos, as narrativas sobre o trabalho e os trabalhadores estão ausentes ou estão consideravelmente subestimadas nos museus históricos nacionais. Nessa perspectiva, o autor destacou algumas iniciativas museológicas internacionais que surgiram a partir das décadas de 1970 e 1980, com um enfoque expandido no viés do trabalho, como o *The PumpHouse: People's History Museum*, inaugurado em 1990 e focado na história do trabalho e nas lutas trabalhistas na cidade de Manchester, Reino Unido. Mencionou também o *The Worker's Museum*, que por meio de uma exposição de longa duração aborda a vida e as mudanças sociais e políticas que afetaram a história da classe trabalhadora dinamarquesa desde 1850 até os dias atuais. O autor também revelou a existência de uma rede museológica chamada *Worklab*, fundada em 1997 pelos museus mencionados, juntamente com o *Museum der Arbeit* em Hamburgo, Alemanha, o *Norwegian Industrial and Labour Museum* na Noruega e o *Museum of Work* na Suécia (FONTES, 2008).

Assim, embora essas iniciativas no âmbito internacional já tenham algum tempo de existência e provoquem o olhar museológico para o viés do trabalho, Fábio Fortes (2008) confirma que, no Brasil, a temática do trabalho tem sub-representação na maioria dos museus históricos.

Certamente ainda há muito a fazer em termos da preservação e divulgação da memória e história do trabalho nos museus e centros culturais do nosso país. Temos poucos espaços de exibição sobre o trabalho escravo ou o trabalho rural, por exemplo, e mesmo a diversidade de nossa experiência

industrial ainda é pouco divulgada. Talvez este seja um momento privilegiado para pensarmos a questão. A conjunção de uma avançada e ampla historiografia social do trabalho de dimensão nacional com a rica experiência política da classe trabalhadora nos oferece oportunidade única de construir uma história pública que combata a “amnésia social” e mostre o papel fundamental do mundo do trabalho e dos trabalhadores em nossa sociedade (FONTES, 2008, p. 306).

Contudo, há algumas iniciativas relevantes no cenário museológico brasileiro, como o *Museu do Trabalho* em Porto Alegre, inaugurado em 1982; o *Memorial do Imigrante* em São Paulo, construído na antiga hospedaria dos imigrantes do século XIX, há um considerável acervo relacionado à chegada de milhares de imigrantes europeus no final do século XIX; por fim, o mencionado, Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte, que exhibe objetos referentes ao trabalho no Brasil pré-industrial (FONTES, 2008).

Em relação a historiografia do trabalho, Miriam Hermeto (2021) argumenta que no Brasil, as formas de conceber a memória social do trabalho ainda estão fortemente ligadas ao período de escravidão. No imaginário social, certas representações sobre os trabalhadores são recorrentes. Por vezes, eles são desvinculados da condição de protagonistas históricos, sendo percebidos como uma multidão manipulada pelo Estado, que é tido como o principal agente histórico segundo uma perspectiva convencional da história. Em outras circunstâncias, os trabalhadores são limitados em suas iniciativas para garantir direitos, como ilustrado pelos sindicatos e greves, frequentemente sujeitos a criminalização. Outras abordagens os relegam a condição de subalternidade social (HERMETO, 2021).

A autora destaca que a partir da década de 1980, a historiografia iniciou um processo de ampliação das análises para compreender a atuação histórica contextualizada dos trabalhadores como agentes sociais, em detrimento de explicações baseadas em estruturas generalizantes, sustentando que os trabalhadores são protagonistas de suas próprias histórias. E apesar de estarem inseridos nas redes de poder como dominados, não estão completamente controlados, possuindo agência e construindo seus trajetos com base nas oportunidades e nos interesses históricos (HERMENTO, 2021).

Nesse viés, a pesquisa aqui apresentada, buscou encontrar na narrativa do Museu Histórico Nacional, o entrelaçamento entre a memória e a história na representação social do trabalho e trabalhadores do Brasil por meio do acervo em exposição no Circuito de longa duração.

Para percorrer esse caminho, adotou-se a perspectiva apresentada por Ricardo Antunes (2008), que, no século XXI, argumenta que a classe trabalhadora não se identifica

mais exclusivamente com o perfil do operário de fábrica. Com as transformações no mundo do trabalho desde o final do século XX, surgiram outras questões na arena das tensões entre capital e trabalhadores. Nesse contexto, o autor introduziu a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* para abranger a totalidade heterogênea dos trabalhadores assalariados, estejam eles em situação de empregados ou não. Essa perspectiva encontra respaldo nas ideias do economista Celso Furtado (1999), que define a classe trabalhadora como aqueles que destinam a totalidade ou quase totalidade de sua renda a gastos de consumo. Por outro lado, a classe proprietária reserva parte de sua renda para investimento e aumento de capital.

A perspectiva apresentada complementa o argumento de Silva Lara (1998), que destaca a exclusão dos escravizados da história social do trabalho na historiografia brasileira. Essa abordagem deixa de considerar a experiência dos escravizados como uma forma legítima de trabalho. De acordo com a questão, aqui concordamos que os escravizados não foram apenas trabalhadores subjugados, mas também indivíduos que buscavam estratégias para enfrentar as adversidades impostas pela escravidão. Eles necessitavam encontrar maneiras de sobreviver diante da extenuante jornada de trabalho e da opressão sistemática. Tais estratégias incluíam a criação de laços comunitários, práticas de resistência e revoltas, assim como o cultivo de alimentos em suas pequenas roças e outras formas de autossuficiência (LARA, 1998).

1.Objetivo geral

Considerando a centralidade do trabalho na formação social para a compreensão da história nacional, o objetivo da pesquisa foi investigar e analisar as possíveis representações sociais dos diferentes sentidos do trabalho e trabalhadores no Museu Histórico Nacional, por meio do acervo em exposição nos módulos expositivos do Circuito de longa duração.

1.2. Objetivos específicos

1. Investigar a representação do trabalho no Circuito de longa duração, abrangendo os diferentes modos de produção: trabalho livre, escravizado e livre assalariado;
2. Avaliar a contribuição do Museu para a compreensão da história social e do papel do trabalho no Brasil;

3. Identificar e analisar as reformulações e revitalizações museográficas e museológicas recentes no MHN, com foco na ampliação da política de acervo e nas representações dos sentidos de trabalho;
4. Identificar e analisar o acervo com referência ao trabalho e trabalhadores nos módulos expositivos do Circuito de longa duração;
5. Examinar a exposição de uniformes e objetos de trabalho no Módulo Expositivo Cidadania 1889 até a atualidade, considerando o período histórico como pós-industrialização do Brasil;
6. Examinar a documentação museológica referente aos objetos e uniformes de trabalho, bem com arquivos institucionais das reuniões da equipe curatorial do Projeto de Revitalização do Circuito de longa duração nos anos 2000.

2. Metodologia

Em termos gerais, a pesquisa aqui apresentada compartilha com as características da pesquisa qualitativa, a qual, conforme definida por Uwe Flick (2009), se prioriza a investigação de situações específicas, com ênfase nas interpretações e leituras que o pesquisador realiza sobre os dados coletados. A pesquisa qualitativa, portanto, aborda as complexas relações sociais entre os seres humanos. Assim, o pesquisador não se limita a observar superficialmente, mas busca imergir nas perspectivas envolvidas, capturando nuances e compreendendo a dinâmica do fenômeno sob diferentes pontos de vista. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais holística dos fenômenos estudados (FLICK, 2009).

Nesse contexto, a análise documental emerge como um método para examinar os dados - documentos originais que ainda não tenham sido submetidos a tratamento analítico, ou seja, fontes primárias de informação (GODOY, 1995). Desse modo, o documento escrito assume um papel de importância, muitas vezes tornando-se o único testemunho de atividades ocorridas no passado. Além de constituírem uma fonte não-reativa, pois as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos. Ou seja, como um método de coleta de dados, a análise documental, destaca-se por sua capacidade de eliminar, pelo menos em parte, a possibilidade de influência da presença ou intervenção do pesquisador nas interações, acontecimentos ou comportamentos investigados (CELLARD, 2008).

Segundo Ulpiano Meneses (1980), no contexto museológico, o conceito de documento vai além de textos escritos, englobando objetos físicos que testemunham a ação humana sobre a realidade. Essa noção, sugere que os objetos carregam informações culturais, incluindo uma variedade de artefatos, de utensílios e as estruturas modificadas pela ação humana. Nesse sentido, os museus transformam os objetos em documentos, institucionalizando o esvaziamento de seu contexto original e permitindo uma nova camada de interpretação. Isso possibilita que os objetos transcendam seus significados originais, tornando-se valiosos para compreender a história, a memória e a cultura. Nessa relação, museu, objetos e documentos, o museu se torna guardião e intérprete desse esvaziamento, preservando não apenas os objetos, mas também as narrativas culturais que eles contêm (MENESES, 1980).

Ao abordar a pesquisa documental na pesquisa qualitativa, André Cellard (2008) destaca a importância de o pesquisador compreender completamente o significado da mensagem contida nos documentos. O autor enfatiza a necessidade de considerar se o redator conseguiu relatar de maneira precisa os fatos ocorridos, de forma a identificar a autenticidade da voz representada no documento, se é uma expressão individual ou coletiva. Portanto, para pesquisa documental é imprescindível identificar as dinâmicas por trás do documento. Compreendendo também o contexto social e o período histórico de produção do documento.

Além disso, André Cellard (2008) e Arilda Godoy (1995) apontam desafios adicionais para análise documental, como a falta de um formato padrão para muitos documentos e a complexidade da codificação das informações. Por fim, destacam que os documentos escritos registram relatos verbais, mas não fornecem informações sobre comportamentos não-verbais, aspecto por vezes indispensável para analisar o significado de uma determinada fala.

Maria Silva (2013) explica que no contexto dos arquivos de museus, a análise documental estende-se para além do documento em si. Segundo a autora, é necessário fazer uma distinção entre a *documentação do acervo*, que constitui o conteúdo do museu, e o *arquivo institucional*, que atua como guardião da memória da instituição, preservando a história e a memória das atividades realizadas pelas diferentes equipes de trabalho do museu (SILVA, 2013).

Na pesquisa aqui apresentada, realizou a análise de atas e relatórios de gestão, disponíveis no Núcleo de Arquivos Institucionais. Bem como, a identificação e análise das fichas catalográficas físicas – disponíveis na reserva técnica e, a documentação

catalográfica disponível na Plataforma virtual Tainacan dos objetos e uniformes de trabalho em exposição no Circuito de longa duração.

Por seguinte, ao selecionar um único Museu para a investigação, a pesquisa convergiu para o formato de estudo de caso, pois o objeto da investigação é uma unidade social significativa que integra um fenômeno social amplo e resguarda características próprias únicas. De acordo com Robert Yin (2005), o estudo de caso é uma abordagem de pesquisa exploratória e descritiva que busca compreender uma situação específica. O pesquisador deve estar aberto a descobertas inesperadas, evidenciando a complexidade da realidade por meio de diversas fontes, como documentos, entrevistas e observações.

Na perspectiva da leitura analítica de exposições museológicas, encontramos em Laurence Bardin (1977) o conceito da *análise de conteúdo*, uma abordagem metodológica à qual, segundo o autor, é eficaz para a compreensão de mensagens contidas em documentos diversos, proporcionando não apenas descrições sistemáticas, mas também interpretações qualitativas e quantitativas. Assim, a *análise de conteúdo*, tem como pressuposto a compreensão do sentido simbólico presente em um documento, por meio da orientação de "quem fala?" Sendo assim, o método visa investigar não apenas a mensagem, mas também o seu emissor.

Nesse sentido, a *análise de conteúdo* segue os princípios da leitura dos signos e símbolos, conforme Lúcia Santaella (1983) explica: ao olharmos para os objetos, temos uma leitura de *primeiridade*, que é aquilo que nos vem à consciência pela apreensão do modo como os objetos nos apareceram. São as interpretações criadas pelas próprias subjetividades de quem lê os objetos. Em uma percepção seguinte, de *secundidade*, há o reconhecimento do objeto em situação, no caso das exposições, são as decodificações provocadas pelas informações fornecidas, como os painéis iconográficos e as tipografias². Nesse processo, para que ocorra o aprofundamento das possíveis reflexões suscitadas pelos objetos em exposição, entram os elementos da narrativa que circundam os objetos. Assim, a leitura entra no modo *terceiridade*, que "corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, através da qual representamos e interpretamos o mundo" (SANTAELLA, 1983, p.51).

Portanto, os elementos da narrativa museológica adquirem uma intencionalidade pedagógica, uma vez que podem estar presentes ou ausentes na expografia. Esses elementos visam mediar e interpretar os objetos expostos, sejam materiais ou imateriais. Assim, os elementos cenográficos atribuem significados, podendo influenciar positiva ou

2. Tipografia são textos usados como elementos expositivos em exposições.

negativamente a compreensão do acervo apresentado. Em resumo, a *análise de conteúdo* na leitura de exposições museológicas, destaca a necessidade de considerar não apenas o conteúdo em si, mas também o contexto e as interações narrativas, entre os que criam as exposições - os curadores e o público em geral (GOUVEA, 2012).

3. Percurso metodológico

Uma vez que o local da pesquisa foi estabelecido, iniciamos a execução da fase de trabalho de campo para a obtenção de dados. No entanto, essa etapa foi impactada pela pandemia de COVID-19, uma vez que o MHN permaneceu fechado por 18 meses, sendo completamente reaberto a partir de 16/01/2022. Apesar do cenário que afetou a condução do trabalho de campo, foi realizada uma visita não guiada ao espaço expositivo em 2019. Além disso, em janeiro de 2020, houve a oportunidade de participar de uma visita guiada chamada *Bonde da História*, oferecida pelo Núcleo de Educação do MHN.

A partir dessas primeiras observações, foi viável identificar objetos relacionados à história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil em todos os módulos expositivos do Circuito de longa duração. No entanto, no módulo expositivo referente ao século XX, intitulado *Cidadanias de 1989 até a atualidade* foi identificada uma vitrine expositiva contendo objetos e uniformes de trabalho com tipografias que relacionam o acervo da vitrine aos direitos dos trabalhadores.

Após o período da pandemia de COVID-19, no ano de 2022, o trabalho de campo foi retomado e uma segunda visita não guiada foi realizada com o propósito de identificar e mapear as mudanças expográficas ocorridas nos módulos expositivos entre os anos de 2020 e 2022. Simultaneamente, iniciamos a análise das atas das reuniões da equipe curatorial responsável pelo *Projeto de Revitalização do Circuito de Exposição de longa duração* durante os anos 2000. Nesse mesmo setor, também foi possível acessar relatórios de gestão abrangendo o período que se estende dos anos 1995 a 2020.

Ao identificar a vitrine destinada à exposição de uniformes e objetos de trabalho, surgiu a constatação da necessidade de obter acesso às fichas catalográficas desse acervo, com o intuito de compreender melhor as forças culturais das quais eles emergiram. Para ter acesso às fichas catalográficas, foi necessário procurar o Núcleo de Exposição, uma vez que o acervo em exposição não possuía a numeração visível vinculada ao Sistema digital Tainacan de busca e registro do acervo do MHN. Dessa forma, foi necessário recorrer a um inventário que apenas o Núcleo de Exposição possuía.

Esse processo teve início com uma visita presencial ao Núcleo Expositivo, na qual a pesquisa foi apresentada a uma funcionária do setor, juntamente com a solicitação do inventário contendo os números de registro dos objetos exibidos na vitrine. Esse pedido também foi formalizado por meio de um *e-mail*. Após alguns meses, sem receber resposta, foram enviadas mais mensagens por *e-mail*, todas sem obtenção de retorno.

Somente em 9 de janeiro de 2023, durante outra visita presencial ao MHN, foi possível dialogar com um outro membro da equipe do setor do Núcleo Expositivo. Nesse encontro, a demanda da pesquisa em questão foi identificada como aberta. No mesmo dia, foi enviado um inventário contendo os números de registros de 28 do total de 53 objetos indicados na tabela. Somente em 2023, o Sistema Digital de Acervo Tainacan passou a ser disponibilizado para consulta pública possibilitando ampliar essa identificação.

Com esses procedimentos, foi possível identificar que há 1299 itens classificados na classe 06. *Trabalho* no Tainacan. Contudo, a funcionária do Setor da Reserva Técnica alertou para algumas incongruências nessa classificação, uma vez que há objetos registrados sob o termo *trabalho* que não têm relação direta com o tema. Da mesma forma, uniformes como os de gari e do trabalhador da Petrobras estão registrados na classificação 12. *Objetos pessoais > 12.1. Acessório de indumentária* e não na categoria trabalho. Essa contradição é elucidada por Lia Fernandes (2002) ao afirmar que na implementação do Sistema Thesauros de classificação de acervos no final dos anos de 1980, não foi considerada a distinção entre trabalho e *hobby*, excluindo itens como mobiliário e uniformes de trabalho.

O último movimento da pesquisa de campo ocorreu em maio de 2023, quando foi realizada uma observação descritiva do Circuito de longa duração e a leitura, na Biblioteca do MHN, do único formato disponível da dissertação intitulada *Museu Histórico Nacional: Mudanças e Permanências*, publicada em 2003 e de autoria de Lia Silvia Peres Fernandes, ex-funcionária do MHN, que também participou da Comissão Curatorial responsável pela Revitalização do Circuito de longa duração nos anos 2000. Na sua dissertação, Lia Fernandes descreveu sobre a aquisição de objetos relacionados ao trabalho manual entre os anos de 1922 e 2002, e examinou como os preconceitos relacionados ao trabalho manual, ainda presentes na sociedade brasileira, influenciaram a inclusão dessas peças no acervo museológico.

Por meio da pesquisa de campo, foi possível constatar que o MHN opera por meio de diversos setores, conforme descrito no Plano Museológico 2020/2023:

[...] na atual divisão organizacional do MHN, sete núcleos (a saber: Núcleo de Conservação e Restauração de Arquitetura, Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Contratos e Convênios, Núcleo de Contabilidade, Núcleo de Orçamento e Núcleo de Tesouraria) encontram-se sem nenhum servidor (PM, 2020, p. 20).

Nesse contexto, cada setor é responsável por atender demandas específicas. Contudo, devido à ausência de um sistema de comunicação integrado, os pesquisadores precisam articular-se entre esses setores para obter acesso aos dados, o que inevitavelmente resulta em um processo moroso para alcançar as informações desejadas.

Frente aos desafios, consideramos que o MHN também é uma instituição de trabalho, e as condições de trabalho das equipes nem sempre são favoráveis, como exemplificado pelo fato da funcionária do Núcleo de Arquivos Institucionais não possuir um computador, sendo necessário que ela trabalhe em *home office* para responder *e-mails*. Algo que contrasta com o Plano Museológico do MHN (PM, 2020), que indica a estratégia de melhorar a comunicação interna entre as equipes do MHN por meio do uso do *e-mail* institucional. O funcionário do Núcleo de Exposição explicou que esse mesmo Núcleo é responsável por coordenar todas as montagens das exposições temporárias, além de lidar com as demandas dos módulos expositivos do Circuito de longa duração, com uma equipe reduzida diante da grande quantidade de trabalho.

Essas situações explicitam as condições de trabalho do Museu já publicadas no Plano Museológico 2020/2023 quando é citada a “falta de política de renovação do quadro de pessoal; falta de estímulos para formação e qualificação continuada; instabilidade político-institucional geral; cortes orçamentários” (PM, 2020).

Além disso, foi fundamental levar em consideração que a distância geográfica entre a pesquisadora e o local da pesquisa contribuíram para a enfrentar desafios. Apesar de ter sido realizadas sete visitas ao MHN, algumas questões permaneceram com um nível insuficiente de compreensão. Ao passo, que a ausência de um setor dedicado à recepção e apoio aos pesquisadores, ocasionam tentativas exaustivas para acessar os dados.

Para além do trabalho de campo, particularmente durante o período da pandemia de COVID-19, foi realizada a leitura dos Anais do Museu Histórico Nacional, abrangendo o intervalo de 1940 a 2020. O propósito foi identificar publicações que fornecessem esclarecimentos sobre a formação histórica do MHN; identificar elementos associados ao Circuito de longa duração; analisar a política de acervo e mapear publicações relacionados ao tema do trabalho e trabalhadores na história do Brasil em relação a propostas museológicas e/ou política de acervo do MHN.

4. Organização dos capítulos

O capítulo 1 tem como objetivo estabelecer um contexto e compreender alguns elementos que moldaram o MHN enquanto uma das principais instituições museológicas representativas da história do Brasil, observando como sua política de acervo se aprimorou e expandiu em seu primeiro centenário de existência. Nem todas as nuances do jogo de permanências e mudanças do MHN foram aqui abordadas, uma vez que já existe uma vasta literatura detalhando sua história institucional, inclusive nos próprios Anais do MHN, que desde 1945 registram suas distintas fases.

Em consequente o capítulo 2 aborda os aspectos constitutivos do *Projeto de Revitalização do Circuito de longa duração* nos anos 2000. Ao acessar as atas das reuniões da equipe curatorial, bem como os relatórios de gestão de 1995 a 2020 foi possível identificar os conceitos e temáticas abordadas, as referências que embasaram as decisões e as relações de poder e negociação entre os envolvidos. A *Revitalização do Circuito de longa duração* abrangeu um período de sete anos, desde a inauguração do extinto *Módulo Expositivo Oreretama* em 2006 até sua total inauguração em 2010.

O capítulo 3 procurou criar um diálogo entre os aspectos do trabalho e dos trabalhadores na história do Brasil com os objetos expostos e os elementos cenográficos nos módulos expositivos do Circuito de longa duração. Para embasar essa leitura, foi dada prioridade a bibliografias de autoria brasileira, uma vez que há um escopo de produções nacionais que se debruçaram para identificar e analisar as especificidades do trabalho e trabalhadores na história do Brasil.

No capítulo 4, dedicamos à análise do *Módulo Expositivo Cidadania de 1889 até a atualidade*, onde há uma vitrine dedicada a expor objetos e uniformes de trabalho. Considerando o tempo histórico representado no Módulo, a análise vai ao encontro do sentido do trabalho e trabalhadores no período republicano pós-industrialização do Brasil.

No capítulo 5 foi apresentado o resultado da leitura e análise da documentação museológica dos objetos e uniformes de trabalho em exposição na vitrine do *Módulo Expositivo Cidadania 1889 até a atualidade*, a qual foi elaborada num viés da construção da cidadania por meio dos direitos civis, políticos e sociais.

CAPÍTULO 1

O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL EM MOVIMENTO

1. Identidade Nacional e o MHN no Brasil republicano

A transição do século XIX para o século XX no Brasil marcou um período de profundas mudanças, especialmente com a transição do sistema Monárquico para o Republicano. Esse marco histórico, de acordo com José Murilo de Carvalho (1990), foi caracterizado pela ausência da participação popular na criação da República. Essa lacuna revelou, desde o início, um descompasso entre a os ideais da cidadania e o projeto republicano.

Inicialmente o projeto político da República no Brasil girou em torno de três linhas ideológicas distintas: o americano, o jacobino e o positivista. Sendo, o projeto americano liberal, baseado na doutrina utilitarista do interesse individual e direitos como o da propriedade privada. Esse foi apoiado por proprietários rurais paulistas, buscando o federalismo. Já a influência francesa gerou as correntes republicanas: jacobina e positivista. Os jacobinos, urbanos e profissionais liberais, defendiam a participação direta do povo na política pública. No entanto, naquele momento, era considerado inadequado para o Brasil, dada a herança colonial escravocrata. Por outro lado, os positivistas, liderados por militares, buscavam estabelecer uma ditadura republicana como meio para alcançar o estágio positivo – superação da monarquia (CARVALHO, 1990).

Entre os três, o positivismo desempenhou um papel preponderante na criação da identidade republicana por meio da difusão de símbolos culturais, como o hino e a bandeira nacional. De acordo com José Murilo de Carvalho (1990), essa abordagem visava estabelecer uma nova memória social, por meio das “representações de ideias e aspirações, pontos de referência e âncoras da identificação coletiva” (CARVALHO, 1990, p.55). Como resultado, nas cidades ocorreu a instalação de estátuas e monumentos exaltando a República, enquanto ruas, praças e instituições anteriormente associadas à monarquia tiveram seus nomes modificados para refletir a nova ordem política.

Essa criação de símbolos e heróis nacionais teve como objetivo educar as mentes e os corações do povo, buscando assim legitimar o regime republicano por meio de uma identidade nacional e fortalecer o sentimento de pertencimento à Nação. Em ressonância

com essa reflexão, Mario Chagas e Solange Godoy (1995), sob uma perspectiva patrimonial, explicam:

Através da arquitetura, da pintura, da escultura, da música, da medalhística e da literatura, a nação vai sendo construída simbolicamente. Construída e celebrada através de monumentos nacionais, carregados de intencionalidade. Esses monumentos/documentos elevados à categoria de patrimônio nacional encontram-se nas praças, nas ruas, nos largos, nas escolas e nas instituições (CHAGAS; GODOY, 1995, p.36).

Nesse sentido, Benedict Anderson (2008) argumenta que a ideia de nação é uma construção imaginária, uma comunidade política e cultural concebida e percebida pelos seus membros como uma unidade coesa, apesar das diferenças existentes entre eles. O autor destaca que a nação é um conceito moderno, e sua formação tem raízes na Era das Revoluções, que não se limita apenas aos movimentos de Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa, mas também inclui a Revolução Industrial.

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, ou sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles [...] (ANDERSON, 2008, p32).

Na reflexão da nação como uma entidade imaginária os elementos simbólicos de poder e padrões civilizatórios estabelecem um passado comum para construir uma unidade identitária que, por sua vez, fortalece os laços sociais, políticos e culturais. Conquanto, Eric Hobsbawm (1995) enfatiza que dentro de um mesmo território nacional podem coexistir diferentes culturas, línguas, dialetos e formas locais de organizações culturais e sociais. Isso significa que não necessariamente existe um conjunto homogêneo de cidadãos em termos de comportamento para serem considerados parte de uma única nação.

A nação é, portanto, um processo dinâmico em vez de uma entidade estática, refletindo a intrincada interação entre cultura, sociedade e o tempo histórico. Dentro dessa perspectiva, os museus históricos têm o propósito de selecionar e documentar as memórias consideradas coletivas, divulgando a "coerência e coesão da permanência humana no tempo e espaço, permitindo à sociedade projetar-se como uma "comunidade imaginada" (JULIÃO, 2008, p. 32). Em outras palavras, por meio das narrativas mestras, os museus históricos atribuem significados não apenas às narrativas do passado, mas também à compreensão do presente e do mundo que nos cerca, representando assim "um ato criativo

da mente humana que opera no processo de pensamento e no reconhecimento histórico" (RÜSEN, 2014, p.94).

Com essa característica, "os museus históricos se transformam em recursos para fazer História com objetos e ensinar como se faz História com esses objetos" (MENESES, 1994, p. 40). Eles são lugares destinados à "pesquisa, coleção, conservação, interpretação e exposição do patrimônio material e imaterial" (ICOM, 2021), tornando-se, assim, espaços legítimos para narrativas mestras ao comunicarem "códigos de comportamento e padrões de civilização, ao definirem o que é digno de ser preservado e guardado na memória" (CHAGAS, 2011, p.118).

Com os mesmos preceitos dos museus históricos, os museus nacionais têm a função de preservar e celebrar o patrimônio que constitui a composição cultural de uma nação. Originários do final do século XVIII, no contexto das nações europeias, os museus nacionais foram concebidos a partir de coleções que abrangiam desde relíquias da antiguidade clássica até objetos arqueológicos, botânicos, zoológicos e etnográficos provenientes dos territórios outrora colonizados por essas nações europeias (SANTOS, 2000).

Conforme observado por Myriam Santos (2000), essa abordagem museológica tinha o propósito de solidificar os ideais imperialistas das nações colonizadoras, pois não apenas exibiam "a prosperidade singular de cada nação, mas também o domínio que cada uma exercia ao apresentar as riquezas provenientes de outras civilizações como partes integrantes de sua própria história" (SANTOS, 2000, p.278).

Diferente do contexto europeu, no campo museal brasileiro, Letícia Julião (2006) explica que o surgimento dos museus estava em consonância com a historiografia consolidada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o qual, conforme Lilia Schwarcz (1998), foi criado no Brasil Imperial pela elite e alguns literatos selecionados. Sua missão se pautava na invenção de mitos nacionais por meio das literaturas romântica e naturalista, que consideravam os negros como seres primitivos impedidos de evoluir e os indígenas como os habitantes primitivos mais autênticos.

Sob essa ótica, como um símbolo da moderna nação republicana, ocorreu, entre 7 de setembro de 1922 e 24 de julho de 1923, na cidade do Rio de Janeiro, a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Ângela Martins (1998) nos diz que a Exposição do Centenário teve como objetivo ser uma vitrine do progresso, mostrando toda a potencialidade industrial e comercial do Brasil, promovendo intercâmbio cultural e valorizando as riquezas da terra.

A Exposição do Centenário de 1922 movimentou um audacioso plano de obras para a construção dos pavilhões expositivos – edifícios com arquitetura neocolonial, sob uma perspectiva de modernização e saneamento do Rio Janeiro, a Capital republicana. Nesse processo, uma grande quantidade de trabalhadores foi mobilizada para a construção desses edifícios e infraestruturas necessárias.

No entanto, para criar um cenário urbano considerado mais adequado, uma das transformações mais controversas foi a demolição do Morro do Castelo, que era habitado pela camada mais pobre da sociedade e apresentava construções que remontavam ao período colonial. Essa remoção forçada gerou uma série de impactos sociais e humanos, desalojando famílias e desestruturando uma comunidade estabelecida há muitos anos. Isso revelou uma estratégia de urbanização que valorizava uma estética voltada para ocultar e eliminar elementos considerados indesejáveis ou inadequados para um projeto de cidade moderna e civilizada.

Em inúmeras teses, dissertações e bibliografias sobre a Exposição do Centenário da Independência de 1922, observa-se um apagamento da participação da massa trabalhadora no plano de obras da cidade. E nesse processo de gentrificação que o pavilhão destinado ao tema das indústrias, que ocupava o antigo Arsenal de Guerra, a Casa do Trem e o Forte da Ponta do Calabouço, foi transformado em 1922 no MHN. Portanto, podemos afirmar que o MHN nasceu sob o jugo da segregação social, da gentrificação e da negação da coexistência das diferenças culturais.

Nessa fase inicial, a missão do MHN estava alicerçada no viés do seu primeiro diretor e curador Gustavo Barroso. Vindo da aristocracia, Gustavo Barroso, passou 11 anos de sua vida em uma família fidalga do Império Luso-Brasileiro. Como herança cultural familiar, via nas guerras travadas pelo governo monárquico, como a Guerra do Paraguai, uma forma de despertar o patriotismo no povo, pois ao seu ver estavam todos reunidos sob a bandeira da Pátria na defesa e manutenção das fronteiras territoriais (CERQUEIRA, 2011).

Nos anos em que Gustavo Barroso esteve à frente do museu, foi mantido a perspectiva historiográfica do culto à saudade, da exaltação da pátria e da celebração dos vultos gloriosos. Myrian Sepúlveda (2006) argumenta que nesse viés o MHN cumpriu a missão de *museu-memória*, dado que sua perspectiva dava ênfase no despertar de sentimentos de nostalgia e reverência pelo passado. O objetivo era destacar a importância da lei, da ordem, da religião e da autoridade como valores morais fundamentais para a formação de uma nação civilizada e republicana.

Cláudio Ribeiro (2007) revela que Gustavo Barroso, em artigo publicado em 1942, defendia que objetos vinculados à vida popular como utilitários de cozinha, ferramentas de ofícios manuais, instrumentos de profissões, entre outros itens ligados aos trabalhadores, deveriam estar em exposição no Museu de Ergológico (folclore), assim na proposta museológica das primeiras décadas do MHN, trabalhadores e populares foram desconsiderados como classe participante da construção da Nação:

[...] as peças atreladas ao mundo do trabalho também não encontravam acolhimento no Museu se estivessem associadas às classes trabalhadoras e, assim, deveriam encontrar lugar naquilo que Barroso nomeava de museu ergológico e, de maneira alguma, um museu de História Nacional deveria se ocupar de tais objetos (RIBEIRO, 2007, p.440).

Posto isso, o MHN, construído sob o paradigma Barroseano, não era acessível a todos os brasileiros, mas sim destinado àqueles cuja identidade poderia ser resgatada em suas paredes. Conhecido como Casa do Brasil, dialogava com um número previsível de pessoas (SANTOS, 2006). Sendo, portanto, conforme Ulpiano Meneses (1994) nos afirma, um teatro da memória, um "espaço de espetáculo que evoca, celebra e encultura" (MENESES, 1994, p.41).

2. O Museu Histórico Nacional em movimento

O MHN completou seu primeiro centenário em 2022. Ao longo de sua existência, passou por diferentes fases e consolidou-se como uma das instituições museológicas mais importantes do Brasil, com a missão institucional de "consolidar a posição de referência nacional e internacional do museu enquanto espaço de reflexão e produção de conhecimento acerca da história, cultura material e sociedade no Brasil" (PM, 2020, p.12). Desde 2009, o MHN é uma instituição pública vinculada à rede de museus do Instituto Brasileiro de Museus – autarquia pertencente ao atual Ministério da Cultura – reativado em 2023, após ter sido extinto em 2018 pelo Governo de Jair Bolsonaro (2018-2022).

Em sua fase inicial, o projeto museológico do MHN foi concebido com o duplo propósito de preservar a memória nacional e, ao mesmo tempo, construir, a pari passu, uma representação do Estado Brasileiro republicano como uma nação moderna. Nessa época, o acervo era exposto em salas expositivas, denominadas *secção expositiva*, que eram identificadas pelos nomes e sobrenomes das famílias doadoras de objetos considerados históricos. Essa prática tinha o objetivo de reconhecer publicamente a contribuição dessas

famílias para a formação do acervo. Conforme explicado por Solange Godoy (2002), as salas expositivas eram "atulhadas de acervo, como se estivessem prestando contas aos doadores de seu gesto e, assim, atraindo novas doações" (GODOY, 2002, p.171).

Embora o MHN tenha inaugurado o Curso de Museus em 1932, suas raízes do pensamento museológico dessa época remontavam aos ideais historiográficos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Isso aconteceu porque o Museu era concebido como um espaço dedicado ao conhecimento tradicionalmente iluminado por homens de letras e cientistas. Essa concepção permaneceu inalterada por décadas, mesmo após o falecimento de Gustavo Barroso em 1959. Seu sucessor na direção do Museu manteve a instituição sem modificações substanciais (CHAGAS; GODOY 1995).

Com a diminuição da influência das oligarquias da *política do café com leite* – eixo MG e SP, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil e manteve-se no cargo por 15 anos. Seu governo foi caracterizado por uma natureza contraditória, alternando entre momentos autoritários e controladores e outros nos quais liderou a vanguarda na garantia dos direitos trabalhistas. Sua atenção principal estava voltada para as políticas culturais e educacionais, visando capacitar uma força de trabalho capaz de atender às crescentes demandas da industrialização. No campo cultural, num viés salvacionista, Getúlio Vargas buscava estabelecer uma base de apoio entre as elites intelectuais. Nesse cenário, Getúlio Vargas, com uma visão nacionalista e populista, assumiu o papel de patrono do MHN, alocando recursos administrativos e financiando para aquisição de acervos (WILLIAMS, 1997).

Em 16 de junho de 1945, Gustavo Barroso inaugurou no Museu Histórico Nacional, a “Sala Getúlio Vargas”, uma das mais expressivas em dimensão e no montante de peças expostas – mais de 600 objetos. O objetivo não era apenas homenagear o presidente generoso, mas também reforçar o vínculo de legitimação mútua mantido entre a instituição e seu patrono. Com uma significativa ajuda de Getúlio Vargas, até os últimos anos da gestão de Gustavo Barroso, esse montante cresceu significativamente para 9.713 objetos (CASTRO, 2018, p.30).

O legado de Getúlio Vargas para o MHN marcou uma nova fase na história do Museu, tanto devido à sua atuação como patrono, quanto ao seu papel mais amplo no estímulo às políticas culturais voltadas para o fortalecimento da identidade nacional, a promoção do nacionalismo e o reforço da imagem do Governo perante a população. Como ressaltado por Darley Williams (1997):

[...] enquanto cultivou a sua imagem pública apoiando um campo cultural em expansão, o presidente-ditador ajudou a inventar o Museu Histórico com templo sagrado aos heróis e patronos da nação. De certa forma o Museu Histórico Nacional tornou-se a menina dos olhos do presidente. Percebendo as vantagens da proximidade do poder central, o Museu moldou sua missão institucional às iniciativas reformadoras do Chefe do Governo chegando a escrever a própria história institucional em relação à história do regime Vargas (WILLIAMS, 1997, p.142).

Com o fim do governo Varguista, o MHN perdeu seu principal patrono, e o cenário político que se estabeleceu resultou na redução do apoio institucional do Estado às instituições culturais. Nesse contexto, o MHN entrou em uma situação iminente de decadência financeira. Claudio Ribeiro (2007) revela que, entre os anos de 1956 e 1975, o Museu experimentou uma drástica redução dos recursos destinados à aquisição de itens, o que limitou ainda mais a narrativa da memória histórica nacional. Paralelamente, durante esse período, a cristalização dos conceitos museológicos e museográficos baseados em Gustavo Barroso começou a ser questionada (RIBEIRO, 2007).

Vera Tostes (2002) destaca que, entre os anos de 1969 e 1984, durante as direções dos militares Léo Fonseca e Silva (1967-1971) e Gerardo Britto Raposo da Câmara (1971-1984), ocorreram reformulações nas salas expositivas. Nesse contexto, os objetos passaram a ser agrupados para representar os ciclos evolutivos da história brasileira, e a aura dos patronos, bem como os nomes dos heróis gloriosos, foram oficialmente abolidos.

As mudanças descritas aqui, das quais fazem parte estar reestruturação de Léo Fonseca, não constituem uma peculiaridade do MHN. Ao acompanharmos a evolução dos museus históricos da Europa e América do Norte, observamos um movimento muito próximo: a tentativa de substituir a história événementielle por uma ciência histórica voltada para o estudo dos fatos econômicos, sociais e culturais; a preocupação com que todas as classes sejam representadas e a necessidade de apresentação seletivas e didáticas que se voltam para a procura do grande público (TOSTES, 2002, p.64).

Contudo, mesmo com uma proposta baseada em uma nova historiografia, a expografia manteve "uma matriz histórica ditada pelo Estado, enfatizando o acervo proveniente das coleções das elites nacionais" (TOSTES, 2002, p. 161). Em outras palavras, os nomes foram apagados, mas os objetos continuaram a transmitir as mesmas narrativas oficiais.

[...] as salas monumentos foram desmontadas, dando lugar a um desenvolvimento orientado cronologicamente e centrado em grandes

eventos. Esse esforço representou significativo avanço, em termos museográficos, mas não em termos estruturais. A temática do museu continuou centrada, com poucas modificações, nos grandes vultos e acontecimentos. Não se observam referências às questões com a diversidade nacional, e a problemática econômica permanecia sendo abordada com base na teoria dos ciclos econômicos. Também se observa nenhuma forma de intercâmbio com a universidade (TOSTES, 1995, p.71).

Essa fase foi denominada por Mário Chagas e Solange Godoy (1995) como o *Museu que trocou de alma* (CHAGAS, 1995). No entanto, os autores alertam que a intenção modernizante, não foi capaz de provocar mudanças, uma vez que a direção encontrou resistência nos setores técnicos do próprio Museu.

Herdando a crise econômica deixada pela Ditadura Civil-Militar, na década dos anos 1980, o MHN se encontrava "em situação precária em relação à conservação de suas coleções e do prédio e à desorientação das equipes" (FERREIRA, 2014, p.20). Myrian Sepúlveda (2011) confirma que a Ditadura Civil-Militar reprimiu movimentos culturais e deixou as instituições museais em crise financeira, sem condições para atender às demandas sociais e aos novos padrões de consumo, lazer e arte (SANTOS, 2000). Como solução, em 1985, foi criada uma comissão com funcionários e técnicos para realizar um diagnóstico da situação real do MHN e concluíram que:

[...] de acordo com relatório final elaborado por esta comissão, o Museu possuía 18.850m² sendo apenas 5.000m² destinados à exposição e deste, somente 1.930m² estavam sendo utilizados para este fim, devido a precariedade em que se encontrava o edifício. O acervo possui cerca de 120 mil itens, dos quais 80 mil pertenciam à coleção de numismática. Dos 40 mil restantes, 50% estavam em estado precário de conservação e apenas 5% apresentavam-se nas exposições (COELHO, 2005 p. 24).

Com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória em 1984, surgiu o Programa Nacional de Museus, resultando na alteração da equipe gestora do MHN. Assim, ao assumir como diretora adjunta, Solange Godoy não apenas estabeleceu uma conexão entre o Museu e as universidades, mas também formou uma equipe interdisciplinar alinhada aos princípios da Nova Museologia. Para alcançar esse objetivo, ela considerou essencial revisar as bases teóricas e metodológicas para uma nova proposta museológica para o Museu.

Solange Godoy, comandou a reestruturação no quadro de funcionários, com objetivo de montar uma equipe interdisciplinar, para elaboração do novo projeto conceitual do Museu. Os profissionais incorporados

identificavam-se com o Movimento da Nova Museologia, então em voga nos meios museológicos de todo mundo (COELHO, 2005, p.24).

Assim, em parceria com universidades públicas e privadas, durante a gestão de Solange Godoy, foram realizadas palestras e cursos abordando diversos temas como “A questão do trabalho escravo e livre e a História da indústria e do trabalho” (COELHO, 2005, p.26). Aqui importa destacar como o trabalho livre e o trabalho escravizado começaram a ser destacados como uma reflexão para abordagem museológica do Museu.

Como resultado desse processo de questionamentos e reformulação do MHN, em 1985, foi lançado o documento *A Nova Proposta do Museu Histórico Nacional*. Nesse documento, foi delineado um novo conceito de Museu, no qual o público visitante passou a ser considerado coautor do Museu, por meio de suas percepções, experiências e participação. Com o intuito de introduzir gradualmente essas reformulações, foram desenvolvidas exposições temporárias com o propósito de abordar temas ainda não explorados pelo Museu (COELHO, 2005).

[...] um bom exemplo da proposta de mudança no enfoque que se refere a trabalho foi a exposição itinerante realizada em 1992, em parceria com SESC – Serviço do Comércio, intitulada *Pelas ruas e calçadas: comércio, informal e ambulante, ontem e hoje*, formada por painéis contendo reproduções fotográficas do acervo iconográfico do Museu e textos, a exposição percorreu o país em quatro módulos, cujo os títulos em si são explicativos: *O comércio se movimenta sobre a cabeça dos escravos*, com reprodução de gravuras de W. Read, aquarelas de Carlos Julião e Debret e fotos de Cristiano Jr. (FERNANDES, 2003, p.113).

Dois módulos expositivos marcaram esse período. O primeiro, inaugurado em 27 de dezembro de 1987 intitulado como *Colonização e Dependência*. Esse foi composto por vários núcleos temáticos divididos em quatro salões do segundo andar do prédio do antigo Arsenal de Guerra. O objetivo foi representar, por meio de uma ampla exposição de objetos, vídeos e efeitos cenográficos, as diferentes perspectivas da história do Brasil, desde a chegada dos portugueses até o período republicano, com foco nos aspectos relacionados à produção de açúcar, tabaco e outros produtos (MHN, 1989), (COELHO, 2010).

Em relação à representação social do trabalho na história do Brasil, essa exposição abordava o trabalho escravizado, por meio de uma vitrine que exibia instrumentos de tortura, castigos corporais e documentação fotográfica, com o objetivo de “mostrar o negro escravo enquanto força de trabalho” (MHN, 1989, p.26). Além disso, foi criado um núcleo temático chamado *Novos Braços para a Lavoura*. Para compor esse período histórico, foi necessário

realizar empréstimos de acervos de outras instituições museológicas, pois havia ausência de objetos no acervo do próprio MHN que pudessem representar a entrada massiva de imigrantes no final do século XIX.

No caso da imigração japonesa foi feita doação significativa de peças através do Museu da Imigração Japonesa de São Paulo em 1987. Os alemães e poloneses estão representados por acervo emprestado pelo Museu Paranaense, os italianos, colecionador particular, juntos compõem uma vitrine onde está materializada a contribuição do imigrante (MHN, 1989, p.30).

Em relação à curadoria do Módulo expositivo *Colonização e Dependência*, Solange Godoy e Luiz Lacerda (2002), explicam que o processo de criação contou com uma equipe de trabalho formada por especialistas externos ao Museu, bem como a contratação de empresas específicas para os efeitos sonográficos e iluminação. Os autores refletem que, embora a equipe do Museu não tenha sido devidamente nomeada no quadro de créditos no final do Módulo, houve intensa participação da equipe de trabalho do MHN na seleção, catalogação, conservação e restauração do acervo, bem como na comunicação. Os autores explicam que esse processo provocou uma rara integração dos diferentes departamentos do Museu.

Outro módulo expositivo que marcou a transformação conceitual do MHN na década de 1980 foi inaugurado em 1994 e recebeu o título de *Expansão, Ordem e Defesa*, com curadoria dos historiadores: Ilmar Rohloff de Mattos, Luis Affonso Seigneur de Albuquerque e Marcia de Almeida Gonçalves (CHAGAS, 1995). Nessa exposição, foram incluídos objetos que representavam os movimentos sociais ao longo da história do Brasil, como o tambor utilizado na Revolta do Contestado, uma bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e um vestido usado pela cangaceira Maria Bonita, entre outros. A inclusão desses objetos destacou os conflitos e tensões que subjazem à suposta ordem imposta pelo projeto nacional (CHAGAS, 1995).

Além disso, a exposição abordou o diálogo entre diferentes narrativas sobre a história do Brasil, como armas indígenas em contraste com armas holandesas e objetos que representam o grande latifúndio em confronto com os do MST. Mario Chagas (2011) descreveu o *Expansão, Ordem e Defesa* como corajosa, capaz de romper com a celebração da nostalgia, dos soldados, dos heróis vitoriosos e do passado glorioso. Raquel Coelho (2010) refletiu que, embora os dois módulos expositivos mencionados apresentassem os

mesmos objetos da época do primeiro diretor, Gustavo Barroso, a intenção comunicativa visava apresentar outros contextos:

Os objetos continuaram sendo os mesmos, no entanto, não eram singularizados como nas exposições anteriores, estavam subordinados à coleção da vitrine, à narrativa proposta para seu nicho e à da exposição como um todo. Assim, mesmo a espada de execução do século XVII, encontrada da Ilha de Villegnon de grande apelo à fruição, harmonizou-se aos demais objetos expostos na primeira vitrine sobre as Grandes Navegações, tornando-se metonímia de um contexto maior. (COELHO, 2010, p.110).

Mario Chagas (1995) declarou que essas mudanças na concepção museológica do MHN nos anos 1980, representou um avanço para o campo museal do Brasil, pois pela primeira vez possibilitou colocar em cena os esquecidos e subalternos, não mais como personagens negligenciados, mas como elementos participantes da formação social e cultural da sociedade brasileira.

É relevante salientar que essa nova concepção museológica ocorreu no contexto da redemocratização política do Brasil após um período de 20 anos de Ditadura Civil-Militar. Isso resultou em um avanço dos ideais democráticos, saindo da clandestinidade movimentos culturais e sociais que desempenharam um papel significativo no desenvolvimento das reivindicações em prol dos direitos culturais, políticos e sociais.

Além disso, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, os direitos culturais foram legalmente assegurados no artigo 215, onde está mencionado que o Estado tem o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e valorizar a valorização a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988). Simultaneamente, a Constituição ampliou a definição de patrimônio, anteriormente restrita a edificações e monumentos, e incluiu o conceito de patrimônio cultural, abrangendo as manifestações dos saberes, ofícios e modos.

Lia Fernandes (2002) aponta que, dentro dessa reformulação conceitual do MHN iniciada na década de 1980, foi redigido, pela primeira vez em 1996, um documento com a política de acervo para o MHN. No texto, foi indicada a necessidade de uma coleta ativa de itens relacionados ao cotidiano social dos brasileiros, como objetos e uniformes de trabalho, roupas de bebês, brinquedos, objetos de uso diário como pratos e copos, entre outros. Essa nova proposta visava contemplar grupos sociais historicamente negligenciados na narrativa museológica do MHN (FERNANDES, 2002), (MHN,1996).

Durante a reformulação do MHN, em 1987, foi implementado o sistema de classificação de acervo chamado Thesaurus. Em explicação, Lia Fernandes (2003) destaca que, sob esse novo sistema, algumas peças do acervo foram realocadas para categorias diferentes das inicialmente relacionadas ao motivo de sua coleta. A autora exemplifica apontando como 16 objetos do acervo passaram a ser classificados como objetos de trabalho.

Outra fase do MHN foi marcada pelas gestões de Ecyla Castanheira Brandão (1990-1994) e Vera Lúcia Bottrel Tostes (1994-2014), conforme sintetizado por Rafael Zamorano Bezerra (2010), várias ações foram realizadas, como “a classificação do acervo museológico; a inauguração de exposições de longa duração sobre a História do Brasil, a formulação de uma política de aquisição e a restauração de diversos objetos do acervo” (BEZERRA, 2010, p. 161). Nesse período, no campo da museologia os objetos de museus “passaram a ser entendidos como documentos” (BEZERRA, 2010, p.162). Isso significou que não seriam mais apresentados como relíquias históricas que evocam o passado, mas sim como recursos informacionais representativos de diversos contextos, permitindo uma compreensão mais crítica e reflexiva da história do país.

Em 2003, teve início a implementação do *Projeto de modernização da estrutura arquitetônica* do MHN. Esse projeto incluiu obras na estrutura física, como a instalação de elevadores e rampas para facilitar o acesso de pessoas com deficiência (VALENTE, 2016). Em continuidade, em 2006, iniciou o *Projeto de Revitalização do Circuito longa duração*, durante o qual ocorreu a aquisição de objetos representativos de diversos setores da sociedade por meio de doações. Conforme Cláudio Ribeiro (2007), esses itens incluíram:

[...] vestimentas utilizadas em apresentações de balé no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, uniformes utilizados por engenheiros de plataformas da Petrobras, trajes de garis da Comlurb, uniformes de carteiros, trajes de jogadores de futebol da Varig, indumentárias de engenheiros de segurança da Cedae, vestuário de funcionários da Telemar e de colaboradores da Light (RIBEIRO, 2007, p.449).

Vivian Greco (2014) afirma que a coleta ativa de objetos do século XX representou uma inovação museológica para o MHN. Isso ocorreu uma vez que muitos dos objetos coletados ainda estão em uso na sociedade com suas funções originais no cotidiano: “são brinquedos e tantos outros objetos que ainda usamos e para os quais ainda não temos um distanciamento suficiente para pensar que podem se tornar parte do acervo do MHN” (ARAÚJO, 2014, p. 5).

No período vigente de 2020 a 2023, o Plano Museológico do MHN anunciou a missão institucional pela busca da incorporação e exposição de objetos que "contemplem a vida cotidiana e a diversidade dos grupos sociais, valorizando materiais de épocas recentes para enfatizar o diálogo entre os tempos históricos mais antigos e recentes" (PM, 2020, p.12).

Nesse cenário, O MHN, em parceria com o projeto *European Colonial Heritage Modalities in Entangled Cities*, promoveu dezessete intervenções no Circuito de longa duração, intituladas *Brasil Decolonial: Outras Histórias* que buscou provocar e oferecer novas interpretações sobre temas e objetos relacionados à diáspora africana na história do Brasil.

Das intervenções realizadas, destaca a intervenção na Placa da Fábrica de Ferro de Ipanema, antes considerada um símbolo do progresso do século XIX. Com a abordagem decolonial, as condições precárias do sistema escravagista passaram a ser problematizadas e apresentadas como pano de fundo histórico para promover uma reflexão mais crítica sobre o passado.

Até o momento, o estudo sobre os aspectos constitutivos do MHN revelou um museu em movimento. De acordo com Mário Chagas (1995), as transformações na sociedade afetam diretamente os museus, incluindo suas exposições, programas educativos, abordagens curatoriais e estratégias de relacionamento com o público.

Emblemático a essa reflexão, durante a direção de Paulo Knauss (2015 - 2020), foi realizada a proposta de curadoria compartilhada a qual envolveu a participação proativa de lideranças de movimentos sociais em processos de elaboração de projetos expositivos no Circuito de longa duração.

Disposto a renovar a exposição de itens relacionados à história afro-brasileira, Knauss não queria utilizar os tradicionais objetos que remetessem à submissão dos escravizados. Decidiu então convidar representantes do movimento negro para conhecer a reserva técnica do museu, organizada por tipologias de materiais e que reunia vestidos, trajes, adereços, colares, sapatos e cerâmicas. Ao olhar para as coleções, um dos participantes descobriu ali um conjunto de objetos relacionados e usualmente presentes em um terreiro de candomblé, incluindo guias, peças de altar e a indumentária de uma mãe de santo (QUEIROZ, 2022, *on-line*).

Além disso, no início de 2023, foi inaugurada a exposição *Îandé – aqui estávamos, aqui estamos*, que revitalizou a representação dos povos originários na narrativa

museológica do MHN. A exposição destaca objetos, indumentárias e fotografias, e contou com a participação ativa de lideranças indígenas.

Em suma, tanto as reformulações conceituais a partir dos anos 1980, passando pela ampliação conceitual da política de acervo, quanto as ações dos últimos anos, podem ser consideradas como propostas de vanguarda que revelam características de um rompimento com o paradigma museológico do MHN iniciado em 1922.

Em uma perspectiva museológica crítica, embora o MHN seja um museu público vinculado a uma autarquia do Governo Federal e, portanto, suscetível às políticas governamentais que podem modificar e influenciar suas diretrizes museológicas, é por meio do trabalho dos profissionais do Museu que os direitos culturais, podem ser garantidos ou não, por meio de ações que não se restringem apenas ao acervo em exposição, mas que abrangem também a estrutura e a cultura institucional.

Por fim, mesmo com as ausências e nuances de outras histórias, de outros sujeitos, especialmente aquelas já contestadas e emergentes, ficou evidente que o MHN passou por um processo de transformação em sua estrutura arquitetônica e museológica ao longo de seu primeiro centenário. Como linguagem, o pressuposto que todo o fazer museológico tem a intenção de comunicar, visto que "não é possível não comunicar, pois cada pessoa, cada objeto, cada elemento natural ou artificial, cada força de organização comunicam-se continuamente" (VOLLI, 2007, p. 17). Partindo desse princípio, o Capítulo 2 mapeia aspectos constitutivos do Circuito de longa duração nos anos 2000.

CAPÍTULO 2

O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CIRCUITO EXPOSITIVO DE LONGA DURAÇÃO

Em continuidade ao capítulo 1, o objetivo deste capítulo foi identificar as bases conceituais do Circuito Expositivo de longa duração, resultado do *Projeto de Revitalização* do Circuito de Exposição nos anos 2000. Para alcançar esse objetivo, analisamos o conteúdo das atas das reuniões da equipe curatorial responsável por essa revitalização. Por fim, descrevemos, em linhas gerais, a estrutura atual da expografia do Circuito de longa duração. Isso foi feito a partir das visitas na fase do trabalho de campo. Uma vez que após a inauguração do *Projeto de Revitalização*, houve modificações pontuais e até mesmo totais, como no Módulo de abertura do Circuito de longa duração em relação aos povos indígenas.

1. Exposições museais: Teoria e prática

Em uma primeira análise foi identificado que o termo *exposição permanente* foi gradualmente substituído pelo termo *longa duração*. No livro *Museu Histórico Nacional*, publicado como parte do Projeto cultural do Banco Safra em 1989, foi realizada uma análise do contexto do MHN até aquela data. No livro, o termo *exposição permanente* foi utilizado para descrever a missão do Museu, bem como para apresentar as propostas e reformulações museológicas e museográficas.

O Museu Histórico Nacional, sendo um museu histórico e nacional tem um compromisso de refletir em sua exposição permanente aspectos desta história em estreita consonância com a historiografia contemporânea (MHN, 1989, p.22).

Sobre esses termos, André Desvallées e François Mairesse (2013) explicam que a exposição de *longa duração* difere de *exposição permanente*, uma vez que a palavra permanente pode sugerir uma exposição imutável ou paralisada no tempo histórico, por exemplo, como ocorreu nas primeiras décadas do MHN sob a direção de Gustavo Barroso. Por outro lado, o conceito de *longa duração* define uma perspectiva dinâmica ao reconhecer que o tempo histórico, bem como o próprio processo da exposição, está em constante transformação, uma vez que, conforme mencionado no capítulo 1, os museus são

instituições vivas e estão em constante movimento junto às transformações que ocorrem na sociedade.

As exposições desempenham uma parte significativa na função da comunicação museal, pois “conjuga pessoas e pessoas: as que fizeram os objetos, as que fizeram a exposição, as que trabalham com o público, as que visitam o museu, as que não estão no museu, mas falam e escrevem sobre a exposição” (SCHEINER, 2003, p.2).

Marília Cury (2005) argumenta que a exposição é uma forma peculiar de comunicação nos museus. Ao considerar que as exposições museológicas proporcionam experiências sensoriais aos visitantes, estabelecendo conexões com suas experiências anteriores e influenciando suas experiências futuras. A autora destaca a importância dos estudos sobre a recepção do público, como uma metodologia constante, pois a forma como as pessoas aprendem é um processo dinâmico e relacional com as demais esferas da vida social, sendo, portanto, há uma constante necessidade de avaliação:

Sendo assim, no planejamento expositivo, deve-se prever as posições do emissor e do receptor no processo de comunicação museológica. Precisamos adotar modelos de comunicação e de pesquisa de recepção que vão além da compreensão da própria exposição, ou da ação educativa como produtos. Uma coisa é entender como se constituem as linguagens expositiva e educativa, e outra é compreender como o público as apreende e (re)elabora os discursos expográfico e educativo (CURY, 2005, p.319).

Em consonância, Jezulino Braga (2018) defende que por meio do “contato visual com a exposição, os sujeitos elaboram a consciência histórica, entendida como a capacidade humana de ter consciência da historicidade de todo presente e de relativizar toda opinião” (BRAGA, 2018, p. 257). Assim, Ulpiano Meneses indica que ao estudar exposições em museus históricos deve ser considerado os critérios de seleção de objetos e temas para a musealização, além disso o autor pontua que exposições nunca serão ideologicamente neutras, uma vez que “pressupõem, forçosamente, uma concepção de sociedade, de cultura, de dinâmica cultural, de tempo, de espaço, de agentes sociais e assim por diante” (MENESES, 1994, p.25). Desse modo, exposições históricas não se limitam a apresentações aleatórias de objetos, mas são tecnologia que constrói narrativas históricas (MENESES, 1994).

Por fim, as exposições museológicas cumprem a função social dos museus ao fornecerem elementos da memória social, que incluem contribuir para a conscientização dos indivíduos sobre suas identidades coletivas, sejam elas históricas, sociais e culturais. Segundo nos diz Sandra Pesavento (2005), “as sensibilidades de ser e estar no mundo

estão no âmbito da percepção individual, atravessada pelas sensibilidades partilhadas, sendo uma forma de ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada” (PESAVENTO, 2005, *on-line*).

Com base nessa síntese, seguimos para a identificação dos aspectos constitutivos do Circuito de longa duração, propostos pelo Projeto de Revitalização entre os anos de 2006 e 2010.

2. Entre atas o *Projeto de Revitalização do Circuito de longa duração* nos anos 2000

Na ata da reunião realizada em 6 de agosto de 2008, Vera Tostes ressaltou, em referência ao *Projeto de reformulação* que o MHN passou a partir dos anos de 1980, que, até aquela data, a proposta museológica do MHN já representava um avanço significativo na museografia do Museu e, até mesmo para a museologia do Brasil com métodos expográficos pioneiros no campo museológico. Pois nesse movimento houve a introdução de “personagens, conceitos que anteriormente não encontravam espaço no Museu” (Ata, 2007). Por sua vez, Aline Magalhães lembrou do modo como o Circuito expositivo de longa duração, estava até aquele momento, dividido por temas que já instigava uma reflexão crítica sobre os processos históricos brasileiros, pois apresentava diversas versões sobre os fatos e não uma única, sendo que essa perspectiva não deveria ser perdida (Ata, 2007).

Contudo, mesmo com essa leitura, Vera Tostes e a comissão curatorial dos anos 2000 avaliaram que era necessário reformular o Circuito de longa duração, fundamentados pelo critério de que entre os módulos expositivos havia exposições temporárias, causando uma interrupção na leitura da narrativa, o que deixava os visitantes confusos. Também foi avaliado que os módulos expositivos apresentavam disparidades quanto à quantidade de acervo, com alguns contendo muito e outros pouco acervo.

Não haverá módulos separados apresentando abordagens da História do Brasil, porque muitos visitantes entram em contato com o museu dizendo que não entendiam a lógica das histórias do Brasil no Museu. A própria circulação é complicada porque se inicia por uma exposição permanente e passa pela temporária para depois subir para outra exposição permanente passando por outra temporária, confundindo o público (Ata, 2008).

Em artigo publicado em 2019, Aline Montenegro rememorou as razões para a reformulação do Circuito de longa duração nos anos 2000, confirmando as razões apresentadas nas atas da época:

A ideia principal era unificar a representação da História do Brasil em um circuito único. Nesse intuito havia duas questões em pauta. A primeira seria otimizar a funcionalidade do edifício, levando para o primeiro andar do prédio principal o Circuito de longa duração que se dividia em módulos entre o térreo e o primeiro andar. No térreo ficaria toda a parte dedicada a exposições temporárias e aos serviços, como loja, restaurante, banheiros e auditório (MAGALHÃES, et. al., 2019, p.49).

Na reunião do dia 6 de agosto de 2008, José Nascimento representante do Departamento de Museus, destacou que no seu ponto de vista, até aquele momento, no MHN “não aparece a história do povo, sendo a história do Estado privilegiada” (Ata, 2008). Demonstrando interesse em acompanhar de perto a elaboração do novo Circuito de longa duração, sugeriu uma série de temas que deveriam ser contemplados no novo projeto:

- Tensão entre Estado e Sociedade;
- Povo no seu sentido genérico e específico;
- Diversidade cultural;
- Diversidade paisagística – abordando as questões sobre o meio ambiente, aquecimento global etc.;
- Democracia x ditadura;
- Movimentos sociais como MST etc.;
- A criação de mitos republicanos construídos pela própria sociedade como o Ayrton Senna;
- A latinidade da ibero-américa – no sentido de olharmos mais para nossos vizinhos latino-americanos, modificando o foco do nosso olhar eurocêntrico (Ata, 2008).

Na mesma reunião, Vera Tostes, em concordância com a preocupação de José Nascimento, explicou que a intenção do novo Circuito expositivo era abrir espaço para a representação dos diferentes grupos sociais, em especial considerar as tensões existentes entre a sociedade e os poderes do Estado.

Com essa intenção, o Circuito de longa duração do MHN foi resultado do *Projeto de Revitalização do Circuito de Exposição de longa duração*, iniciado em 2003. O lançamento desse projeto coincidiu com a cerimônia de entrega do *Projeto de Restauração e Modernização do MHN*, sendo que “todas as obras dessa etapa foram inauguradas em maio de 2006, na presença do então Ministro da Cultura Gilberto Gil, do diretor de DEMU/IPHAN³, atualmente Presidente do IBRAM, José do Nascimento Júnior, entre outras autoridades” (Relatório de Gestão, 2010).

3. Foi criado em 2003, como parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC). Em 20 de janeiro de 2009, foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), instituído pela Lei 11.906.

Gradualmente, os módulos expositivos foram sendo abertos à visitação. Em 2006, o primeiro módulo a ser inaugurado foi o *Módulo expositivo Oreretama*. Por seguinte, em 2009, foram abertas as primeiras galerias da exposição *Portugueses no Mundo 1415 a 1822*.

[...] dando sequência à Oreretama que representa a pré-história brasileira e os primeiros habitantes da terra, os índios, “Portugueses no Mundo 1415 a 1822” introduz a expansão marítima portuguesa, suas causas e consequências, sobretudo a colonização do Brasil. Essa primeira galeria aborda até o cultivo da cana-de-açúcar, sempre dando destaque ao acervo do Museu, inclusive o de numismática, e utilizando recursos de multimídia, que, de forma lúdica, auxiliam o público na compreensão da história (AAMHN, 2009, p.9).

Na data de 4 de setembro de 2010, Vera Tostes explicou que o *Projeto de Revitalização do Circuito de Exposição de longa duração* foi planejado para ser inaugurado em três momentos: no dia 11 de novembro, com uma recepção para o novo presidente da Peugeot, empresa patrocinadora das reformas; no dia 22 de novembro, em uma festa para a Associação de Amigos do MHN; e no dia 18 de dezembro, Dia do Museólogo, com uma festa junto ao IBRAM.

No Boletim da AMMHN de 2010, há uma referência sobre a realização da festa planejada para o dia 22 de novembro:

Ao comemorar, junto com o Museu Histórico Nacional, a finalização do seu Projeto de Restauração e Modernização do Conjunto Arquitetônico, a Associação dos Amigos se sente orgulhosa de sua participação nesse extraordinário programa que veio complementar esforços cuja gestação e primeiros passos se deram sob o comando de diretoras que antecederam à nossa Vera Tostes, que, com dedicação, talento e competência profissional, tão bem soube levá-lo a cabo (AAMHN, 2010, p. 5).

A dinâmica da inauguração nos revela como a reformulação expográfica de uma instituição museal pública requer recursos financeiros de diversas fontes para sua execução. Sendo assim, a reformulação conceitual do Circuito de longa duração implicou em várias intervenções no espaço físico dos edifícios. Em 2010, com o patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento, as galerias de exposição do segundo andar passaram por obras de recuperação e foram equipadas para receber as exposições restantes do novo circuito. A PSA - Peugeot Citröen contribuiu para a realização do projeto, viabilizando a abertura do último módulo *Portugueses no Mundo 1415 a 1822* e da primeira galeria da exposição *A Construção da Nação* (AAMHN, 2010). Nesse ensejo, no primeiro pavimento foi construído

uma área para recepcionar visitantes, para a loja do Museu, adequação dos banheiros, entre outras.

2.1. A comissão curatorial

De acordo com Marília Cury (2008), curadores são todos aqueles que participam das ações do processo curatorial, o qual se refere ao ciclo completo de atividades relacionadas à exposição do acervo, como a seleção do acervo, a pesquisa, a salvaguarda que tange à conservação e a responsabilidade protocolar da documentação museológica, bem como a comunicação da exposição em si e a recepção dessa comunicação mediada pela educação museal. (CURY, 2008). Com essa compreensão, a equipe interdisciplinar para a reformulação do Circuito de longa duração foi criada em 2003, conforme o Relatório de Gestão desse ano.

Foi criada uma comissão interna com técnicos de diversas áreas que a partir de maio de 2003 passou a reunir-se semanalmente para avaliar e propor detalhadamente/desdobramentos do projeto, sendo os resultados dessas reuniões registrados em atas. Com aprovação do Fundo Nacional de Cultura as obras relativas à primeira etapa tiveram início em 2003 e gradativamente foram desenvolvidas à medida que eram revestidos os recursos (Relatório de Gestão, MHN, 2003).

Assim, ao contrário da curadoria do Circuito de longa duração na década de 1980, que foi conduzida por especialistas externos ao MHN, na Revitalização dos anos 2000 foi priorizada uma comissão curatorial interdisciplinar composta por integrantes de diferentes setores do próprio MHN.

[...] Rafael sugeriu que pudéssemos, após a leitura de um texto, mostrá-lo a um especialista no sentido de termos uma chancela, uma segurança de que o texto não carrega erros conceituais ou de conteúdo. Vera Tostes negou essa possibilidade trazendo o exemplo das exposições produzidas nos anos 80. Informou que essa prática do museu contar com especialistas em vários assuntos acabou atrapalhando mais o processo do que ajudando, pois, essa prática pode mexer com vaidades, questões políticas etc. No caso da década de 1980, a Fundação Pró-memória acabou interferindo no processo museológico, designando uma equipe de especialistas para trabalhar junto aos profissionais do museu na realização das exposições. Isso foi muito desagradável, pois causou mal-estar e constrangimentos (Ata, 2008).

Rafael também discordou da ideia de entregarmos a curadoria do século XX ao Júlio Eibrom. Considera que não faz sentido produzirmos um circuito inteiro e no final enxertarmos uma exposição que já está pronta, correndo o risco de não dialogar com o restante do circuito. Lembrou também que corremos o risco de ficarmos presos a uma visão específica de história e do

possível curador, o que pode comprometer nossa opção por uma história que tenta integrar aspectos políticos, sociais e econômicos na narrativa expositiva (Ata, 2010).

Conforme rememorado por Aline Magalhães et al. (2019) a comissão curatorial dos anos 2000 contou com a participação de:

Aline Montenegro e Rafael Zamorano Bezerra (historiadores), Vera Lúcia Bottrel Tostes (museóloga com mestrado em História), Ângela Telles (museóloga com especialização em História da Arte, mestrado e doutorado em História. Integrou a equipe como voluntária, Ruth Beatriz Caldeira de Andrada e Lia Silvia Peres Fernandes, Jorge Cordeiro e Claudio Nelson Barbosa (museólogos), Luiz Carlos Antonelli e Cristiane Vianna João (arquitetos). Registre-se a presença da educadora Marcelle Pereira na primeira reunião, realizada em 30/08/2006, e da educadora Kátia Frecheiras a partir do dia 21/07/2010 (MAGALHÃES, 2019, p. 63).

[...] historiadores, museólogos, arquitetos e educadores reuniam-se semanalmente para definir conceitos, debater conteúdos, elaborar textos, selecionar acervo e produzir o projeto expográfico. Os educadores tiveram participações esporádicas em função das transformações pelas quais passava o setor educativo do museu, que ficou um período sem profissionais (MAGALHÃES, 2019, p. 49).

Essa comissão curatorial interdisciplinar foi responsável em criar e estudar conceitos, selecionar objetos e escrever as tipografias, além de criar o percurso conceitual para o Circuito expositivo. Todo esse processo foi coordenado pela museóloga Vera Lúcia Bottrel Tostes, que esteve na direção do Museu entre os anos de 1994 e 2014.

Para alguns temas em específicos, houve participações externas, como do museólogo Mario Chagas, do historiador Manoel Salgado Guimarães, do cientista social José Nascimento Júnior, do jurista Luís Roberto Barroso e do museólogo Emanuel Araújo⁴. Ao mesmo tempo que outras instituições museológicas foram indicadas como fonte de inspiração, como o Museu de Artes e Ofícios, inaugurado em 2005 em Belo Horizonte/MG, e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto/MG, sendo o “primeiro relativamente novo e voltado para a produção popular, e o segundo inaugurando recentemente o seu Circuito de longa duração” (Ata, 2007).

Participante da reunião em 6 de agosto de 2008, José Nascimento Júnior, que no período, estava diretor do DEMU do IBRAM, lembrou:

[...] da importância da reformulação do circuito expositivo que depois ficará como uma realização desse momento da história do Brasil que é um

⁴Conforme indicado por Aline Magalhães na banca de qualificação desta pesquisa em 2022.

momento ímpar. Pela primeira vez na história deste país temos um presidente oriundo das classes operárias, por isso é importante que o Museu abra espaço para que todos os grupos sociais que o visitam se sintam representados e criem identidades com a história contada nas exposições (Ata, 2008).

Nesse contexto, o período histórico de planejamento e execução do *Projeto de Revitalização do Circuito de longa duração* do MHN ocorreu nos primeiros anos da década de 2000, período marcado pelo governo de Luiz Inácio da Silva do Partido dos Trabalhadores (2003-2011), que por meio de políticas públicas, promoveu avanços significativos nas políticas culturais do Brasil. No campo museológico, destaca a criação da Política Nacional dos Museus em 2003, como resposta à realidade dos museus brasileiros desde o final da década de 1980.

Seguindo a tendência internacional, o país viveu um verdadeiro boom de museus, na década de oitenta. A ampliação da noção de patrimônio e o processo de globalização, em escala mundial, e o movimento de redemocratização do país contribuem para que diferentes movimentos da sociedade passassem a se ocupar da questão do patrimônio, identificado como campo propício à afirmação de novas identidades coletivas (...) os museus se especializaram, se tornaram temáticos e biográficos, atendendo à demanda progressiva de segmentos e grupos sociais — indígenas, negros, imigrantes, ambientalistas, moradores de bairros, etc. (JULIÃO, 2006, p. 28).

Posto isso, a proposta expográfica do Circuito de longa duração nos anos 2000 materializou o trabalho empenhado por essa comissão curatorial interdisciplinar e, também da Associação de amigos do Museu Histórico Nacional, uma vez que essa organização atuou (e atua) diretamente na busca por financiamentos e coleta de objetos que inferem diretamente nas exposições.

O museu sempre contou com o apoio da Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional – AAMHN, parcerias e financiamentos de terceiros, fundamentais para a realização dos projetos e manutenção. Em 2010, não foi diferente, através da AAMHN dois parceiros uniram-se ao Projeto de Modernização das Galerias de Exposições patrocinando parte das obras de recuperação e adequação das galeras do circuito de exposições. O BNDES com valor de R\$3.652.476,97 e a PSA Peugeot Citröen com o valor de R\$ 700.000,00, projetos aprovados pela Lei de incentivo à cultura. (...) Possibilitando assim, a abertura dessas galerias ao público no final do ano de 2010. Compreendendo os módulos “A construção da Nação” e “Cidadania em Construção” (Relatório de Gestão, 2010).

Importante pontuar que a AAMHN é uma entidade sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que opera de acordo com seu Estatuto e a legislação vigente. Estabelecida em dezembro de 1988, tem como principal propósito fomentar o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do MHN (AAMHN, 2019).

2.2. O Circuito expositivo cronológico

Na ata referente a 2007, a comissão curatorial concordou em construir a narrativa do novo Circuito de longa duração em ordem cronológica, ou seja, seguindo a linha do tempo desde antes da chegada dos colonizadores europeus até os dias atuais.

[...] foi questionado se não poderia mudar o sentido que inicia o circuito expositivo iniciado ele pela sala Gulbenkian por ser privilegiado pelo campo visual do hall de entrada e por ser uma sala nobre essa proposta foi rejeitada pois se alegou que afetaria a ordem cronológica dos circuitos positivo e o que deveria ser melhor melhorada é a sinalização (Ata, 2007).

Na mesma reunião, Vera Tostes explicou que, embora a nova exposição pretendesse apresentar o homem que vive aqui nesse território desde a pré-história até os dias atuais, não se tratava de uma cronologia linear. A cada tema, haveria um diálogo de temporalidades entre passado, presente e futuro, como, por exemplo, na parte representativa da religiosidade nacional e na seção dedicada ao comércio e à exploração das riquezas naturais, como a cana-de-açúcar e a mineração (Ata, 2008). E assim, o panorama geral do Circuito de longa duração foi planejado para seguir três eixos temáticos estruturantes: *Portugueses no Mundo 1415 a 1822 e terra Brasilis, A formação do Estado Nacional e República e Cidadania em construção* (Ata, 2008).

A perspectiva cronológica aparece de forma emblemática na reunião do dia 17 de junho de 2009, quando foi debatido sobre a abordagem histórica da mineração. Inicialmente, a proposta foi apresentar uma linha do tempo sobre o petróleo no Brasil, com o objetivo de problematizar como diferentes governos lidam com essa questão. No entanto, Antonelli questionou a proposta, uma vez que ela estaria criando uma inversão da temporalidade, saindo do futuro com o pré-sal e retrocedendo ao passado das Inconfidências no Século XVII.

Durante esse debate, Vera Tostes destacou que a opção pela temporalidade era apenas uma questão museográfica. Jorge Cordeiro, então, propôs que a linha do tempo

abrangesse toda a mineração, não se restringindo apenas ao petróleo. Assim, uma linha do tempo foi criada para traçar a história da mineração no Brasil, do passado para o futuro. Toda a equipe concordou com essa proposta final, considerando-a melhor e mais didática (Ata, 2009).

2.3. A seleção dos objetos

Em 2007, foi definido que os objetos para o novo Circuito Expositivo privilegiariam as coleções existentes na reserva técnica do MHN. E que o acervo e os mobiliários expositivos dos módulos *Colonização e Dependência*, bem como *Expansão, Ordem e Defesa*, seriam reaproveitados. Assim, a seleção do acervo para o novo Circuito expositivo apresentou diferentes metodologias, variáveis conforme a proposta curatorial de cada módulo ou eixo temático.

Na ata do dia 4 de fevereiro de 2009, foi revelado que foram criadas listagens de possíveis objetos e, que a partir dessas listas, os objetos eram separados na reserva técnica para serem visualizados, visando aprovação da equipe curatorial:

O processo de seleção de acervos foi marcado pelo respeito às listas produzidas pela reserva técnica e submetidas às reuniões, onde foram aprovadas. Todas as peças selecionadas estavam em um espaço específico na reserva técnica e toda equipe curatorial, ao ver os objetos, aprovou a seleção inclusive as peças de mobiliário (Ata, 2009).

Em outras situações, os objetos que já estavam em exposição naquele momento pertenciam a outras instituições, sendo uma questão a ser resolvida, como indicado na ata da reunião do dia 4 de fevereiro de 2009:

Lia lembra que os objetos que representavam a economia cafeeira na “Colonização e Dependência” não são do Museu Histórico Nacional e devem ser solicitados a qualquer momento pela instituição que emprestou. Jorge sugeriu que a representação do café fosse feita via iconografia (Ata, 2009).

Em situação emblemática, ficou registrado na ata do dia 17 de junho de 2009 o processo de seleção de objetos que iriam compor o tema da mineração. Miriam Figueiredo, representante da Petrobras, explicou que, apesar da Petrobras ter enfrentado uma crise que resultou em uma significativa redução nos patrocínios e embora houvesse algumas maquetes em exposição na sede da Petrobras, não existiam cópias disponíveis para serem

doadas ao Museu. Mas, assumia o compromisso de encomendar a fabricação da maquete reproduzindo uma plataforma de petróleo exclusivamente para a exposição do Museu.

[...] Em relação ao barril de amostra do pré-sal informou que a doação não será possível por conta do perigo, afinal, se trata de um combustível. Mas, ficou de ver se consegue um exemplar similar com líquido que imita o petróleo. No que tange ao uniforme completo, ela ficou de ver a possibilidade. Disse que os macacões marcados com a mão do presidente Lula são vários, mas não sabe informar com quem fica e onde estão (Ata, 2009).

Na ficha catalográfica da Plataforma da Petrobras há um campo de observação indicando: “[...] acervo encaminhado pela *Petrobrás* diretamente para a exposição (a peça não está marcada)”. O que confirma a fabricação desse objeto sob formato de encomenda (Tainacan, 2023).

Em outras situações, os objetos selecionados refletiam as temáticas a serem exploradas. O que ficou evidente com o debate realizado na reunião em 30 de junho de 2010, em torno da seleção do acervo a ser exibido na sala 9, dedicada ao século XX. Na ata, é indicado que Antonelli apresentou dificuldades na elaboração do planejamento museográfico devido à ausência de um conceito e uma lista definida de itens do acervo a serem incluídos. Como solução, Vera Tostes elencou acervos que poderiam ser expostos dentro das temáticas apresentadas:

[...] foram sugeridos e lembrados vários objetos, como carteiras de vacinação, marmitta, gravação do Repórter Esso etc. Sobre a coleção de brinquedos Ângela Guedes fez uma série de sugestões de brinquedos que remetiam à cidadania (campanhas educacionais e brinquedos que valorizam a pluralidade racial e cultural, por exemplo) e brinquedos com características da indústria brasileira (Ata, 2010).

Sobre essa seleção de itens representativos do século XX, Lia Fernandes (2003) documentou que foi necessário realizar uma coleta ativa de itens para suprir lacunas no acervo do Museu. Assim, entre os anos de 2001 e 2002, por meio de chamamentos para doação de objetos, foram incorporados itens que buscavam refletir o cotidiano da sociedade no século XX.

2.4. Cenografia: A narrativa visual

Em relação à cenografia, a linguagem da arte contemporânea foi indicada como metodologia intrínseca à proposta comunicacional do novo Circuito de longa duração, sendo

destacado que "a exposição lançará mão de diferentes linguagens, como a multimídia, a literatura, a música e os efeitos de luz e imagens" (Ata, 2008). Durante a reunião realizada em 6 de agosto de 2008, Mário Chagas considerou a abordagem interessante, ressaltando que essa orientação deveria percorrer toda a exposição (Ata, 2008).

Essa opção conceitual tornou-se mais evidente na sala 9, correspondente aos séculos XX e XXI, quando a comissão curatorial concordou em seguir as linguagens modernas de exposições museológicas, inspiradas no Museu de Língua Portuguesa e no Centro de Arte George Pompidou.

3. Considerações: *Projeto de Revitalização do Circuito de longa duração nos anos 2000*

Até aqui foram delineadas algumas das ações da equipe curatorial registradas nas atas das reuniões, que possibilitam compreender o desenho do Circuito de longa duração na atualidade. Olhando do presente para o passado, o *Projeto de Revitalização do Circuito de longa duração*, criou metodologias expográficas ainda visíveis no Circuito.

Uma delas é a ordem cronológica da exposição. Myriam Sepúlveda (2006) nos ajuda a compreender que o sentido cronológico em exposições históricas está baseado em um movimento mundial iniciado pelo ICOM em 1960, na Polônia, onde foi tratado que os museus de história permanecessem "fiéis à exaltação de grandes heróis, fatos e eventos em detrimento de uma "abordagem orientada para o estudo dos fatos econômicos, sociais e culturais" (SANTOS, 2006, p.65). Isso tornava os museus históricos pouco atrativos ao público em geral.

A autora explica que as orientações consolidadas nos anos seguintes indicavam a necessidade de tornar as exposições históricas mais "seletivas e didáticas, organizadas em grandes temas, com a adoção de uma estrutura cronológica para sintetizar o desenvolvimento histórico" (SANTOS, 2006, p.65). Ilustrativo dessa orientação foi o debate da equipe curatorial sobre a dicotomia em escolher apresentar o conteúdo referente à mineração em uma ordem cronológica do presente para o passado ou do passado para o futuro. Nesse embate, a abordagem da mineração na *Sala temática Riquezas da Nação* foi mantida na trajetória do passado para o presente, algo que pode sugerir uma abordagem mais tradicional na apresentação da história. No entanto, na ata da reunião, ficou evidente que a decisão final da equipe curatorial levou mais em consideração os aspectos visuais e didáticos da apresentação do tempo histórico na expografia.

E sobre essa questão, Krzyztof Pomian (1993) nos diz que “todos sabem, por terem aprendido na escola, que a história se divide em quatro grandes períodos ou épocas: Antiguidade, Idade Média, Época Moderna, Mundo Contemporâneo” (POMIAN, 1993, p. 164). O historiador está nos dizendo que a periodização da história é um método para tornar os fatos inteligíveis. Apesar de o autor questionar os diferentes pontos de vista para criar períodos históricos, sejam culturais, religiosos e ideológicos, há uma racionalidade histórica que a torna ciência marcada pela periodização dos fatos (POMIAN, 1993).

Assim, além da proposta cronológica ter sido uma escolha curatorial para organização dos temas apresentados, também foram criadas estratégias para indicar o percurso de visita de modo que a visita entenda e siga essa cronologia no percurso. Assim, na entrada do Circuito foram inseridas orientações textuais com setas apontando o início da exposição. Além disso, o percurso é direcionado por funcionários - vigilantes patrimoniais que ficam posicionados em pontos estratégicos para assegurar o acervo e orientar a entrada e saída do Circuito, de modo a “criar um caminho que possui uma única entrada e única saída, de modo que o desenvolvimento da narrativa expositiva se realiza sem riscos de desvios, leituras paralelas ou retornos” (JULIÃO, 2018, p.268).

Em 2008, a comissão curatorial decidiu que tanto entre os módulos, quanto dentro dos módulos haveria diálogos de temporalidades entre passado, presente e futuro. No atual Circuito de longa duração, exemplar dessa proposta conceitual, está na sala temática *Riqueza e Escravidão*, onde objetos de tortura corporais aos escravizados estão expostos em contraponto aos objetos de luxo pertencentes aos barões do café do século XIX. Após 2019, foi inserido um vídeo com fragmentos jornalísticos denunciando assassinatos da juventude negra e pobre das favelas e periferias. O vídeo propõe um diálogo crítico sobre o legado do passado escravagista, na égide do racismo estrutural genocida que perdura na ordem republicana democrática cidadã. Nesse sentido, a periodização histórica, a partir de uma opção curatorial, pode dizer sobre o futuro a partir da reflexão sobre o passado (POMIAN, 1993).

Em relação à seleção de objetos para o novo Circuito de longa duração, observamos que, independentemente do método empregado, houve predominância do uso da narrativa escrita para a posterior seleção de objetos. Nesse sentido, confirma o argumento apresentado por Miryam Sepúlveda (2006) ao definir o MHN como um *museu-narrativa*, onde os objetos se tornaram ilustrativos das temáticas apresentadas. A partir do mapeamento das diferentes fases do MHN apresentadas no Capítulo 1, é possível afirmar, com Vera Tostes (2002), que essa abordagem do *museu-narrativa* teve início durante as

direções dos militares Léo Fonseca e Silva (1967-1971) e Gerardo Britto Raposo da Câmara (1971-1984), fase denominada por Mário Chagas e Solange Godoy (1995) como o "Museu que trocou de alma" (CHAGAS, 1995). Pois, nesse período, os objetos passaram a ser agrupados para representar os ciclos evolutivos da história brasileira, e a aura dos patronos, bem como os nomes dos heróis gloriosos, foram oficialmente abolidos.

Dito isso, em relação à proposta da linguagem expográfica criada pelo *Projeto de Revitalização*, é possível observar, na atualidade, a permanência de recursos cenográficos em todos os módulos expositivos. Isso inclui tipografias, vídeos, áudio e efeitos sonoros. Nesse contexto, Myriam Sepúlveda (2006) argumenta que, em abordagens que há uma predileção por elementos cenográficos, esses recursos evidenciam que os objetos históricos se tornam mais um dos componentes da exposição, perdendo, portanto a exclusividade e a centralidade (SANTOS, 2006, p.66). Assim, em *museus-narrativa* as exposições não se restringem mais a simples exibição de objetos históricos, elas oferecerem uma perspectiva interpretativa sobre os eventos históricos, possibilitando que os visitantes estabeleçam conexões significativas com a dinâmica da sociedade em diferentes momentos históricos (MENESES, 1994).

Nessa abordagem, Letícia Julião (2006) contribui para essa reflexão ao afirmar que a memória da história é uma reconstrução constante, cabendo aos museus o papel de ajustamento a essa realidade para efetivar sua função social. Além disso, os museus são espaços eminentes para todas as classes sociais se projetarem e, a partir daí, repensar e reconstruir permanentemente suas memórias e identidades coletivas. Ao potencializar a relação do eu/tu e o encontro de alteridade entre estranhos e comuns, não só identidades e diversidades são estabelecidas, mas também experiências estéticas para copresença e coeducação.

Enfim, a leitura dos registros das atas das reuniões do *Projeto de Revitalização* do Circuito de longa duração, revelou que houve muitos debates, tensões e diferenças de opiniões entre os membros da comissão curatorial. Isso revela que houve momentos de impasses, até embates e, por vezes, Vera Tostes precisou tomar decisões, sempre apresentando os argumentos a partir da escuta dos demais membros da equipe. Reginaldo Gonçalves (2005) concluiu, em seus estudos, que a partir dos anos 1970-1980, os profissionais dos museus, sobretudo os museólogos, passaram a trabalhar com mais autonomia, pelo saber específico do qual são detentores, assumindo a função de atender não mais a um público restrito, como as famílias das elites, mas a um público no sentido moderno: amplo e impessoal.

4. O Circuito de longa duração em 2023

Conforme mencionado no Capítulo 1, na atual expografia do Circuito de longa duração, foram realizadas intervenções a partir da proposta decolonial. Embora neste momento não façamos referências específicas sobre essas intervenções, ao longo dos capítulos algumas delas dialogarão com as reflexões aqui apresentadas. O objetivo desse tópico foi descrever, em linhas gerais e respeitando o percurso linear de visitação, os objetivos expográficos dos módulos expositivos do Circuito de longa duração.

Devido aos protocolos de segurança, o *Módulo Expositivo Do móvel ao automóvel: Transitando pela história* é o único integrado ao Circuito de longa duração a permanecer no primeiro pavimento. Nele, são exibidos veículos de transporte terrestre, de tração humana e animal como liteiras, cadeirinhas de arruar, berlindas, traquitanas e automóveis do século XX. Conforme explica Ângela Guedes e Lia Fernandes curadoras do Módulo, esse acervo já fazia parte das primeiras exposições do MHN no início do século XX (MHN, 2009).

No segundo pavimento, antes de entrar no percurso do Circuito de longa duração há uma passagem obrigatória pela sala Jenny Dreyfuss onde são apresentadas exposições temporárias temáticas.

Desde 2023, o *Módulo expositivo Îandé – aqui estávamos, aqui estamos*, faz a abertura do percurso de Circuito de longa, apresenta uma revisão conceitual e expográfica da abordagem do MHN em relação aos povos originários do Brasil anteriormente representados no *Módulo expositivo Oreretama - a nossa morada*.

O *Módulo Expositivo Portugueses no Mundo 1415 a 1822* retrata a colonização portuguesa, abordando temas como a exploração marítima, a prática de monocultura da cana-de-açúcar e diáspora africana em função da escravidão.

A *Sala temática Riquezas do Brasil* como integrante ao *Módulo Expositivo Portugueses no Mundo 1415 a 1822*, apresenta, por meio de painéis iconográficos, tipografias e objetos, dois grandes ciclos econômicos: a pecuária e a mineração. Ressaltando o valor da terra no Brasil onde “em se plantando tudo dá” (Tipografia, MHN, 2023).

Em seguida, outra *sala temática* apresenta vários objetos relacionados a religiosidade católica referente ao período colonial. Nessa mesma sala há um destaque para os painéis elípticos atribuídos a Leandro Joaquim, representando a paisagem da Capital Rio de Janeiro setecentista.

O *Módulo Expositivo Farmácia Homeopática Teixeira Novaes* é uma recriação cenográfica da Farmácia Homeopática Teixeira Novaes, que operou de 1847 a 1983 na Rua Gonçalves Dias, no centro do Rio de Janeiro. Após o encerramento de suas atividades, o acervo foi doado ao MHN pela Fundação Roberto Marinho (PM, 2020, p. 28).

Por seguinte a *Sala temática Entre Mundos* explora a cultura e as religiões afro-brasileiras, destacando elementos significativos dessas tradições culturais e espirituais. Conforme descrito na tipografia na entrada da sala:

No contexto do colonialismo português, a vida social na terra do Brasil desenvolveu-se no horizonte dos intercâmbios culturais com a África e a Ásia. O estilo de vida aristocrático instalou o gosto pelo Oriente, tornando a cultura material asiática uma expressão do luxo na sociedade. Por sua vez, as relações com a África foram determinadas pela brutalidade da escravidão colonial. A cor da pele tornou-se marca de uma sociedade hierarquizada pela ordem racial. Somente por meio das artes e das letras, alguns afrodescendentes tornaram-se exemplos históricos da superação da exclusão social. Ao lado disso, a memória da ancestralidade africana e do cativo constitui-se uma importante referência da cultura do Brasil (Tipografia, MHN, 2023).

A ordem cronológica do percurso do Circuito de longa duração, segue para o *Módulo Expositivo A construção do Estado 1822-1889*, o qual recebeu esse título após o ano de 2019. Anteriormente, na proposta da comissão curatorial dos anos 2000, o Módulo foi inicialmente denominado de *A Formação da Nação*, contudo a partir de questionamentos da equipe foi decidido manter a *Construção da Nação*. Dito isso, o *Módulo Expositivo A Construção do Estado 1822-1889* tem como finalidade apresentar símbolos culturais da transição do Brasil Império para um país independente, tornando-se um Estado-nação imperial moderno.

O último módulo expositivo do Circuito de longa duração é o *Cidadania 1889 até a atualidade*, o qual também teve o título alterado após o ano de 2019, anteriormente intitulado de *Cidadania em construção - 1889 à atualidade*. O Módulo tem como objetivo retratar a trajetória do Brasil republicano após 1889, período marcado pela predominância da força de trabalho livre e assalariada. Este módulo foi foco de um *Programa de Reavaliação* na expografia entre os anos de 2016 e 2020, o qual abordaremos no Capítulo 4, pois é nele que está localizada a vitrine dedicada à exposição de objetos e uniformes de trabalho

Finalmente, o encerramento do Circuito de longa duração é marcado por um espelho com a mensagem inscrita: *A história é você quem faz*. Em seguida, passando pelo espelho

a sala que finaliza o percurso onde, é a mesma de passagem obrigatória para o iniciar o percurso de visitação. Nela, à esquerda de quem sai, há um grande painel iconográfico intitulado *Brasil, 5 Séculos*, com 25 metros de comprimento por 1,40 metros de altura, sintetizando sequencialmente os principais ciclos econômicos e suas intercorrências na história do Brasil ao longo de cinco séculos. O painel foi doado pelo Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil em 2016, por ocasião do encerramento de suas atividades, e é de autoria de Zelito Viana e Aparecida Azedo (Tainacan, 2023). Na parede lateral à direita de quem sai da sala, está o quadro *Colonização e Dependência* de Clécio Penedo."

Por fim, como um Museu em constante movimento, o Circuito de longa duração reflete diretamente as transformações que o MHN experimentou ao longo do seu primeiro centenário. O *Projeto de Revitalização* dos anos 2000 modificou a proposta de *Reformulação* dos anos 1980, criando uma abordagem cronológica com um percurso de visitação linear. Isso foi fundamentado em uma proposta mais didática e inteligível para os visitantes. Em termos gerais, a proposta do *museu-narrativa* foi mantida, com o objetivo de distanciar o MHN do seu passado institucional, no qual era percebido como "elitista e voltado para si mesmo, distante do cotidiano dos indivíduos e dos diferentes grupos que compõem as sociedades" (GONÇALVES, 2005, p.261). Assim, metodologicamente, até este ponto, foi conduzido um estudo para compreender o local selecionado para esta pesquisa e as diretrizes que formam o conceitual do Circuito de longa duração. Com as bases estabelecidas, avançamos para o Capítulo 3 com a intenção de estabelecer um diálogo com os módulos expositivos do Circuito de longa duração, explorando os aspectos da memória e história do trabalho no Brasil.

CAPÍTULO 3

O CIRCUITO DE LONGA DURAÇÃO EM DIÁLOGO COM A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL

Neste capítulo, percorremos o Circuito de longa duração até o *Módulo Expositivo A construção do Estado 1822-1889*, com o propósito de investigar e analisar, por meio do acervo em exposição, as possíveis representações sociais dos diferentes sentidos do trabalho e dos trabalhadores na história do Brasil, apresentadas pela museografia do MHN. Buscamos ir além dos objetos, observando também as tipografias, painéis iconográficos e composições cenográficas. Por fim, embora não faça parte do Circuito de longa duração, fazemos uma menção à intervenção decolonial na Placa de Ferro da Fábrica Ipanema. Essa intervenção traz elementos que fortalecem os argumentos apresentados, indicando uma abordagem museológica alinhada a uma nova historiografia sobre a história e memória do trabalho no Brasil.

1. Trabalho

Trabalho é um conceito em movimento, uma vez que, de acordo com Ricardo Antunes (2003), possui sentido polissêmico e multifacetado, variando conforme o tempo histórico, o modelo econômico, as propostas políticas e o uso social. Suzana Albonoz (1994) nos diz que a polissemia do trabalho também se encontra no uso da linguagem, por vezes, carregada de emoções que lembram fadiga, fardo, esforço; por vezes, carregada de valores como dignidade, utilidade, sucesso, entre outras.

Como princípio, o trabalho é a condição fundante existencial dos seres humanos, pois é pela capacidade de planejar e executar o que foi pensado, que homens e mulheres se distinguem dos demais seres vivos, ou seja, “uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como milhares anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos” (MARX, 2008, p.40).

Dessa forma, é pelo trabalho que a matéria é transformada em meios existenciais a sobrevivência. Como bem traduziu Leandro Konder (1981) “o trabalho criou para o homem a possibilidade de ir além da pura natureza” (KONDER, 1981, p. 24). Nesses termos, o

trabalho ocupa a centralidade na condição existencial da vida humana. Foi o que anunciou Karl Marx na obra *O Capital*, ao definir o sentido ontológico do trabalho como atividade que:

[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2008, p. 211).

Com esses preceitos, nas sociedades modernas, o trabalho assume um duplo papel, sendo ao mesmo tempo um dever e um direito. Ele é considerado um dever, uma vez que é justo que todos contribuam para a produção de bens materiais, culturais e simbólicos essenciais para a existência humana. Ao mesmo tempo, também é um direito, pois os seres humanos, como parte integrante da natureza, têm a necessidade de estabelecer uma relação equilibrada com o meio ambiente, transformando-o conscientemente em recursos necessários para sua própria produção e reprodução.

2. Trabalho Livre: O sentido ontológico

No Brasil, antes da chegada dos colonizadores europeus, os povos originários viviam da subsistência em relação direta com a natureza. Esses povos desenvolveram técnicas próprias de agricultura, caça, pesca e coleta, as quais lhes permitiam transformar os elementos naturais em recursos para sua sobrevivência biológica e cultural.

O continente Latino-americano nasceu sob a égide do trabalho. Antes mesmo do início da colonização europeia, especialmente espanhola e portuguesa, a América Latina era habitada por indígenas nativos que trabalhavam em uma economia na subsistência, produzindo alimentos agrícolas e utilizando a caça, a pesca, o extrativismo agrícola e a mineração de ouro e prata, entre outras atividades, para garantir sua sobrevivência (ANTUNES, 2011, p.17).

Nessa perspectiva, na vitrine expositiva *Construindo o passado: as ferramentas dos Povos de Luzia do Módulo expositivo Îandé – aqui estávamos, aqui estamos* é possível visualizar artefatos líticos, como pontas de projéteis para flechas e lanças. Em síntese, esses objetos ilustram a relação direta e orgânica dos povos originários com o ambiente natural para o sustento das necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação,

abrigo, vestuário, produção de utensílios voltados para o consumo próprio da comunidade local.

Já no sul da Bahia, identificamos outro tipo de artefato lítico, feito em tabletes de calcário lascados em suas bordas. Finalmente existem artefatos produzidos por grupos humanos mais recentes, agricultores produtores de cerâmica que nunca abandonaram por completo a tecnologia lítica (Tipografia, MHN, 2023).

O trabalho por subsistência, se aproxima do sentido de trabalho ontológico mencionado por George Lukács (1978), o autor defendeu o trabalho como parte importante nos processos da sociabilidade humana. Ou seja, os seres humanos intencionalmente transformam a natureza e, assim, transformam a si mesmos, criando, desse modo, uma interrelação fundante do ser social na vida em sociedade. Nessa perspectiva, o trabalho é uma atividade que pode ser realizada de forma livre e autônoma, permitindo a quem trabalha a satisfação de suas necessidades e a realização de sua potencialidade criativa.

Nesse viés, Antônio Júlio Neto (2011) infere que a perspectiva do trabalho ontológico apresentada por György Lukács (1978) confere uma qualidade positiva ao sentido de trabalho, uma vez que trabalhar é criar, inventar, produzir, descobrir, pensar e agir. Na tipografia que faz a abertura do *Módulo Expositivo Îlandé – aqui estávamos, aqui estamos*, ressalta o valor dos povos originários da terra na atualidade, citando que os indígenas são “profissionais em diversos campos de atuação, seja como artistas, autores de livros, filmes e músicas, profissionais liberais ou agentes políticos [...]” (Tipografia, 2023). Isso nos diz que mesmo na ordem capitalista com a vigência das políticas neoliberais, o trabalho pode receber sentido de ser uma atividade livre e, portanto, expressão das potencialidades criativas.

3. Escravidão: A negação do trabalho livre

A polissemia do sentido do trabalho também apresenta qualidades negativas. A própria semântica da palavra trabalho em latim origina-se do termo *tripallium*, que designa um instrumento de tortura e sofrimento (ALBONNOZ, 1994).

Nesse sentido, na antiguidade greco-romana, o trabalho manual era relegado às mulheres, aos pobres, aos escravizados e aos servos. Isso ocorria porque era compreendido como uma atividade não dignificante. Sendo assim, a escravidão era vista como necessária e justa, uma vez que compunha a funcionalidade dos Estados-nação.

[...] meramente distinguia entre escravos - inimigos vencidos (dmoes ou douloi), que eram levados para casa do vencedor juntamente com outros despojos de guerra e lá, como moradores da casa (oiketai ou familiares), trabalhavam como escravos para prover o próprio sustento e dos seus senhores (ALBONZO, 1994, p.91).

Na cultura ocidental, a escravidão assumiu variadas formas e fundamentações, desde motivações econômicas até justificativas baseadas em suposta inferioridade racial e étnica. O cerne da questão reside no fato de que os indivíduos escravizados eram encarregados de desempenhar trabalhos que as classes hegemônicas recusavam realizar. Sob essa ótica, a prática da escravidão atribui uma conotação negativa ao próprio significado do trabalho, resultando em sofrimento físico e psicológico para aqueles submetidos a tal condição

Com efeito, numa sociedade em que o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica "contaminava" todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto à sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. Além da herança da cultura ocidental, matizada pela cultura ibérica, aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres (CUNHA, 2000, p.16).

Alicerçados nessa visão eurocêntrica do trabalho escravizado, os colonizadores europeus desembarcaram nas terras dos povos originários do Brasil, impondo um sistema que desconsiderava por completo os modos de vida dessas comunidades. Por meio de violência, opressão e doenças, instaurou-se um regime de dominação que resultou em extermínio e desapropriação de terras, promovendo uma metamorfose profunda nas práticas de subsistência e nas relações sociais desses povos (CARVALHO, 2002).

A primeira fase da exploração do território brasileiro, impulsionada pelo crescimento do capitalismo comercial europeu no século XV, teve como característica predominante o comércio de madeiras por meio do sistema de escambo. Nesse contexto, os colonizadores exploravam a mão de obra dos povos originários, oferecendo em troca itens de escasso benefício para essas comunidades (JÚNIOR, 1981).

Os aldeamentos indígenas gerenciados pelos jesuítas, da Companhia de Jesus no Brasil, desempenharam um papel ambivalente. Por um lado, colaboraram na proteção

contra o genocídio e sequestro perpetrados pelos bandeirantes; por outro lado, infligiam valores da fé cristã como uma cultura civilizatória.

No *Módulo expositivo Portugueses no Mundo 1415 a 1822*, os aldeamentos jesuítas são representados por meio da exposição de estatuetas e imagens da época acompanhados por uma tipografia que explica:

Em nome de Deus, nosso senhor

Os primeiros padres jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, ocasião em que se instaura o governo geral. Com intuito de expandir a fé católica mediante a conversão dos nativos, combateram as culturas indígenas, como incestos, a antropofagia e a poligamia.

Fixaram-se em Salvador e, nos primeiros 50 anos, fundaram aldeias, colégios e conventos no interior e entre os litorais de Santa Catarina e do Ceará. Muitos grupos indígenas resistiram às ações missionárias, o que provocou conflitos físicos e simbólicos, enquanto outros se apropriaram dos ensinamentos religiosos a partir de suas próprias crenças e referências culturais (Tipografia, MHN, 2023).

Em relação ao trabalho, os jesuítas cumpriam a missão de colonizar por meio de um regime sustentado pelos valores: trabalho, religiosidade e educação. Aprenderam a comunicar como os nativos, como um método para ensinar o idioma colonizador e, assim ensinar os indígenas o saber-fazer, afastando-os do ócio improdutivo. Assim, no Brasil Colônia, os jesuítas, foram responsáveis pelo ensino de vários ofícios, como pedreiros, pintores, ferreiro, olarias, tecelagem, carpintaria, entre outros. Dedicavam-se preferencialmente ao ensino de crianças e adolescentes. No entanto, estendiam seus ensinamentos também aos escravizados e homens livres. Assim, o sistema de ensino dos jesuítas deixou um legado educacional com métodos de ensino ainda imbricados na educação brasileira (CUNHA, 2000)

As estratégias de subjugação dos povos indígenas e exploração dos recursos naturais faziam parte de uma estrutura baseada na acumulação primitiva de capital pelos colonizadores, impactando as comunidades indígenas até os dias atuais. No entanto, também houve (e há) significativa resistência por parte dos indígenas, conforme narrado na tipografia do *Módulo expositivo Iândé – aqui estávamos, aqui estamos*, ao explicar os elementos culturais que unem as diferentes etnias indígenas em sua diversidade:

[...] a resistência: Resistência ao genocídio que se seguiu à invasão do continente americano pelos europeus, às tomadas de suas terras, à

perseguição, à escravização, às políticas coloniais de invisibilização da presença indígena, às reiteradas iniciativas de assimilação dos povos pelo Estado Colonial e depois brasileiros. Tais povos tem em comum, sobretudo, as permanentes lutas por afirmação e reconhecimento de suas identidades e culturas e respeito aos seus territórios, pela garantia e ampliação dos seus direitos fundamentais (Tipografia, MHN, 2023).

Os povos originários do Brasil empregaram diferentes estratégias para sobreviver, seja fugindo para dentro das matas, seja atacando aldeamentos e propriedades rurais. O fato é que utilizar os indígenas como mão de obra escravizada apresentou variáveis desgastantes para os colonizadores.

[...] nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios. Revidaram então à altura, indo assaltar os estabelecimentos dos brancos; e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado número relativamente aos poucos colonos era frequente, não deixavam pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhes caíam nas mãos (JÚNIOR, 1981 p. 21).

A consolidação do Brasil como uma colônia de exploração de Portugal foi com a implementação do Sistema de Capitanias Hereditárias. Este Sistema, com caráter judicial, fiscal e militar diretamente subordinado a Lisboa, tinha o objetivo de organizar a colonização e a exploração do território. A tipografia na entrada do *Módulo Expositivo Portugueses no Mundo 1415 a 1822* sintetiza esse período, destacando o trabalho rural e escravizado.

[...] grande parte dessas riquezas era produzida em propriedades rurais, que deram origem aos atuais latifúndios, e pelo trabalho escravo de índios e negros (Tipografia, MHN, 2023).

Nesse contexto, a base econômica que sustentou a colonização foi a instalação do sistema de engenhos de açúcar, vastas propriedades privadas, dedicadas para a produção agrícola dos canaviais e o processamento da cana para a produção do açúcar e da aguardente. A partir de uma citação do historiador Evaldo Cabral de Mello, as contradições da história açucareira estão registradas em uma tipografia no *Módulo Expositivo Portugueses no Mundo 1415 a 1822*:

O açúcar que inventou uma paisagem originalíssima marcada pelos canaviais e pelo decantado “triângulo rural”: a Casa Grande e a senzala a Capela e a fábrica, mas também depredou o meio físico empobreceu o solo poluiu as águas dos rios e devastou a mata Atlântica. Ele desenvolveu um estilo de vida que marcou a existência de todas as

camadas da população que integrou reservando, contudo, seus privilégios a uns poucos. O açúcar deu lugar a primeira organização própria propriamente industrial da história brasileira pois, ao contrário de outros produtos que ora fizeram a fortuna, hora nossa miséria como algodão, o café, ou cacau, ele abrangia a atividade de manufatura vinculada à atividade puramente agrícola do cultivo de cana - Evaldo Cabral de Mello. (Tipografia, MHN, 2023).

Em complemento à citação de Evaldo Cabral de Mello, estão expostas as *formas cônicas de madeira*, denominadas *pão de açúcar*, as quais eram utilizadas no processo de refinamento do açúcar. Nessa perspectiva, o trabalho fica expresso como uma capacidade técnica e instrumental para a realização de um fim. Ao mesmo tempo, expressa o trabalho como o modo pelo qual os seres humanos provocam transformações na natureza em função dos interesses econômicos. Sendo, no caso dos engenhos de açúcar, um sistema econômico predatório em relação aos recursos naturais e humanos.

Em relação ao trabalho escravizado realizado nos engenhos de cana-de-açúcar, no centro da primeira sala do *Módulo Expositivo Portugueses no Mundo 1415 a 1822*, há uma maquete representando o processo de produção do açúcar. A maquete é uma montagem com bonecos tridimensionais personificados com rosto e corpo ilustrando homens e mulheres africanos na condição de escravizados. A maquete possui um dispositivo que, ao ser acionado, realiza movimentos simulando os gestos do trabalho. Isis de Castro (2018) explica que a maquete foi criada para a exposição *Colonização e Dependência* na reformulação do Circuito de longa duração nos anos de 1980:

No intuito de dar vida aos processos históricos, encomendou-se uma maquete em madeira mecanizada de um engenho de cana de açúcar ao artista Antônio de Oliveira, apresentada na exposição “Colonização e Dependência”. Nesse grupo escultórico está representada a casa grande, a senzala e os demais elementos que compõem as etapas de produção do açúcar no engenho, como os escravos trabalhando na cozedura, na purga e no transporte da cana (CASTRO, 2018, p.48).

Na maquete, também há bonecos – modelos personificados reproduzindo os castigos corporais infligidos aos africanos e africanas nos engenhos. Também há figuras de homens brancos livres, na função de capatazes e proprietários das fazendas, esses representados por bonecos usando terno, botas e chapéus.

Em suma, a maquete ilustra um período histórico distante do atual. Para ir além da perspectiva lúdica provocada pelo acionamento dos movimentos mecanizados dos bonecos, é necessário ler a tipografia: *Rotas do tráfico negreiro – O Brasil tem seu corpo na América e sua alma na África* localizada ao lado da maquete. Em conjunto, a tipografia e a maquete

do engenho de açúcar ilustram e reforçam estereótipos dos africanos e africanas como trabalhadores coisificados pela força de trabalho, subjugados pela violência de homens brancos e passivos frente à extenuante jornada de trabalho e à opressão sistemática.

Para além do trabalho no processo fabril do açúcar e seus derivados, Murilo de Carvalho (2002) destaca outras formas de trabalho desempenhadas pelos escravizados em áreas urbanas, marcadas por uma intensa vida social e política:

Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das sinhás, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados. Em muitos casos, eram a única fonte de renda de viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas [...] (CARVALHO, 2002, p.19).

Na *Sala temática Cultura e Religiões Afro-Brasileiras*, destaca uma vitrine que exhibe dez miniesculturais esculpidas por *Erotides Américo de Araújo Lopes*, intituladas *Tipos de rua*. A tipografia associada a essa vitrine esclarece que as miniesculturais representam o sistema de trabalho denominado “*escravo*” de *ganho*.

Chama atenção nesse conjunto de esculturas em miniatura o título, oriundo de sua ficha catalogação: “Tipos de rua”. Primeiro por silenciar o fato de representar escravizados de *ganho*, de meados a finais do século XIX, como mostram as esculturas com os pés descalços ou ocultos. Segundo o termo “tipo” era muito utilizado para reduzir pessoas não europeias a objetos de estudos científicos no século XIX que classificam a humanidade em raças, considerando inferiores africanos, ameríndios e orientais. Era como se as pessoas pudessem ser definidas segundo sua “espécie” ou “raça” de plantas e animais (Tipografia, MHN, 2023).

O “*escravo*” de *ganho* constituiu um sistema de exploração do trabalho urbano no Brasil, onde os escravizados realizavam atividades fora das propriedades, pagando integral ou parte de seus ganhos aos proprietários. Esse regime permitia aos proprietários economizar com os custos de alimentação, fiscalização e vestimenta, tornando um negócio rentável. Em caso de não atingirem o montante estipulado, os escravizados podiam ser castigados.

Diversas atividades eram buscadas ou oferecidas, incluindo o comércio ambulante, barbearias, transporte, atividades artesanais e processos fabris de manufatura. Por outro lado, os cativos de aluguel tinham seus serviços controlados pelo proprietário, que

determinava o tipo de trabalho e as condições de pagamento. Alguns escravizados eram compelidos a aprender ofícios para serem alugados de maneira mais rentável (SILVA, 1998), (CUNHA, 2000).

Os escravizados de ganho frequentavam os centros urbanos, com alguma autonomia para circular, o que possibilitava estratégias como a compra de alforrias e até mesmo fugas. No entanto, medidas coercitivas eram adotadas, como no Rio de Janeiro e em Salvador, a obrigatoriedade de portar autorização da Câmara Municipal para evitar retaliações policiais (CARVALHO, 2002).

Ilustrativo desse cenário, no *Módulo Expositivo Do móvel ao automóvel: Transitando pela história* está exposto a antiga prática de explorar escravizados como condutores de transporte das cadeiras de arruar — um veículo impulsionado pela força humana para carregar passageiros, sentados numa cadeira. Com uma aparente opulência material, as cadeiras de arruar revelam como o luxo e a comodidade experimentados pelas classes aristocratas eram sustentados pelo trabalho pesado e desumano dos escravizados. Em 2023, a exposição recebeu uma das 17 intervenções decoloniais, incorporando à cenografia imagens de anúncios de jornais do século XIX que ofereciam o aluguel ou a venda de escravizados para serem usados como transportadores. O objetivo da intervenção é chamar a atenção para aqueles que foram utilizados como transportadores, invertendo a definição do dicionário Antônio Moraes Silva que nos anos de 1950 descreveu as cadeiras de arruar como a liteira para transportar pessoas importantes da cidade (MHN, 2022).

Dessa forma, no Circuito de longa duração, o trabalho escravizado está concentrado na diáspora africana, onde, no Brasil colonial, homens, mulheres e crianças foram transformados em propriedade e em trabalhadores sujeitos a diversas formas de exploração. Foram vendidos, comprados, emprestados, alugados, doados e transmitidos por herança, entre outras práticas (FLORENTINO; GOES, 1997). No final do *Módulo Expositivo A construção do Estado 1822 a 1889*, há uma intervenção decolonial revelando o testamento da herança deixada por Duque de Caxias, no qual são citados os nomes, as funções e o tempo de serviço de seus escravizados. "A atribuição de valor monetário a cada uma dessas pessoas expõe as entranhas de uma sociedade que admitia considerar seres humanos como se fossem coisas que pudessem ser compradas, vendidas e herdadas" (Tipografia, MHN, 2023).

4. Trabalho livre na ordem escravocrata

Na *Sala Temática Riquezas do Brasil*, o trabalho em torno da mineração é representado por meio de uma composição cenográfica. Na parte superior da composição, está exposto o painel *Mineração do Brasil*, o qual cria um panorama histórico linear, desde as primeiras atividades de metalurgia no século XVI até a exploração do petróleo pré-sal no século XXI. Dentro de uma redoma de vidro quadrangular, há uma coleção de objetos da Fábrica Ipanema, composta por: escultura de uma figura masculina simulando a atividade da forja do ferro, uma placa comemorativa da visita do Conselheiro Mafrá à Fábrica Ipanema e um colar de ferro. Na sequência da composição, diversos objetos, como bateias, pedras minerais e ferramentas relacionadas à busca de ouro de aluvião. Em outras duas redomas de vidro quadriculadas, estão a plataforma e o equipamento de proteção individual da Petrobras: jaleco, calça, capacete, luvas, abafador e óculos.

Nesse ponto, o sentido de trabalho está voltado para a técnica e para os instrumentos necessários para o fim almejado. Não há explicitamente, e do mesmo modo não há na documentação referente às atas da equipe curatorial dos anos 2000 indicações de que houve, por parte da narrativa museológica, apontar para algum modo de produção por meio do trabalho escravizado ou para o trabalho livre, seja assalariado ou não.

A indumentária e os objetos usados em função do trabalho, no diálogo estabelecido com as tipografias e o painel histórico, em conjunto, não revelam aspectos dos sujeitos imbricados no trabalho, como trabalhadores. A exemplo, o uniforme da Petrobras é nomeado na tipografia da legenda como equipamento de proteção individual; ou seja, o foco da exposição está em função do trabalho e não em função do trabalhador.

Avançamos aqui para propor uma reflexão igualmente importante, e, portanto, buscamos amparo na bibliografia. Lúcio Kowarick (1994), Laura de Mello (1982), Florestan Fernandes (1977), Caio Prado Júnior (1981), Adalberto Cardoso (2019) e Emília Costa (2010). Esses autores demonstram que, ao mesmo tempo em que a história do trabalho no Brasil foi marcada pela escravidão, existia uma massa heterogênea de trabalhadores livres, provenientes de diversas origens e estratos sociais, à margem do modo de produção escravista. Esses não eram africanos nem imigrantes europeus; eram chamados de nacionais, relegados à subsistência e a atividades que, por vezes, não eram apropriadas aos escravizados (KOWARICK, 1994).

Especialmente sobre a mineração, Laura de Mello Souza (1982) realizou um amplo estudo sobre a sociedade aurífera na região de Ouro Preto, Minas Gerais. Sua análise apontou para uma estrutura de sociedade complexa e conturbada, devido à diversificada estrutura social, desde os proprietários das minas até os funcionários da administração colonial encarregados de controlar a cadeia produtiva do ouro nas minas, passando por trabalhadores escravizados, livres ou semilivres, a exemplo dos “escravos” de ganho ou “escravos” jornaleiros.

Em sua pesquisa, a autora argumenta que, na sociedade mineira, os *vadios*, os *nacionais* e os *desclassificados* funcionavam como uma reserva de mão de obra em relação à escravidão. Esses trabalhadores eram compelidos a realizar tarefas que envolviam incursões em áreas selvagens durante expedições, trabalhos agrícolas, obras públicas, além do policiamento e fiscalização por meio de milícias e vigilância particular.

Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo, entretanto, os interstícios ocupados pelo trabalho livre ou sem livre. (MELLO, 1982, p.83).

Nessa mesma análise, também na *Sala Temática Riquezas do Brasil*, o desenvolvimento da economia pecuária é representado pela criação do gado, uma atividade que possibilitou o “desbravamento e a ocupação dos sertões, locais agrestes ou cobertos de mato, distantes do litoral” (Tipografia, MHN, 2023). O tema é apresentado em uma vitrine com um manequim vestido com uma indumentária que faz referência a profissão do vaqueiro, também há facas, armas, chapéus, cela de montaria, malas e outros. A vitrine é acompanhada por uma tipografia que contextualiza a economia do gado, destacando os aspectos culturais envolvendo o vaqueiro: “A pecuária desenvolveu-se do norte ao sul do Brasil, criando uma cultura própria, a do vaqueiro que, com suas tradições, músicas e vestimentas, representa hoje uma das faces da brasilidade” (Tipografia, MHN, 2023).

Caio Prado Júnior (1981) fez pontuações sobre o trabalho livre envolvendo a expansão territorial por meio do trabalho agropecuário:

[...] nestes territórios imensos, pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos. Recrutavam índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em ruga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo (JÚNIOR, 1981, p.29).

O autor explica que os proprietários das fazendas, em muitos casos, eram absentistas, ou seja, não residiam permanentemente nas propriedades rurais; eram ausentes das fazendas e deixavam a administração e a supervisão das atividades nas mãos de administradores e vaqueiros. Essa ausência dos proprietários estava relacionada ao envolvimento deles em outras atividades econômicas e sociais nos centros urbanos litorâneos, que eram os principais polos econômicos e políticos da época (JÚNIOR, 1981).

Em uma perspectiva urbana, Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982), na obra *História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*, relatam que além do trabalho escravizado, já existiam, desde o século XVIII, artesãos e trabalhadores manuais donos de suas próprias ferramentas e equipamentos de trabalho e, em geral, vendiam diretamente seus produtos. Nessa perspectiva, o *Módulo Expositivo Farmácia Homeopática Teixeira Novaes* representa a profissão do farmacêutico por meio de uma recriação cenográfica, reproduzindo o trabalho de um profissional liberal que detinha um saber específico, assim como as ferramentas e os próprios meios de produção.

A historiadora June Hahner (1993), na obra *Pobreza e Política – Os Pobres Urbanos no Brasil 1870/1920*, apresenta dados do recenseamento realizado no território nacional em 1872. No censo, foram categorizadas as profissões em relação ao gênero e à condição de serem assalariados livres ou escravizados. Os dados indicam que, na época, a população livre masculina dominava profissões como advogados, médicos, farmacêuticos, funcionalismo público e militares. As mulheres trabalhadoras livres concentravam-se principalmente em atividades domésticas e na agricultura. Nas fábricas têxteis, observava-se um predomínio de mulheres escravizadas em relação às mulheres livres.

No geral, a tabela reforça o argumento de que, no século XIX, em centros urbanos, como o Rio de Janeiro, 75% dos brasileiros já não eram escravizados antes de 1850 (CARDOSO, 2019). Alguns ocupavam posições de trabalhadores livres e assalariados, tais como metalúrgicos, carpinteiros, comerciantes, construção civil, indústria do couro, marinha, pesca, entre outros.

Caio Prado Júnior (1981) também afirma que no século XIX já havia um progresso industrial, em particular nas manufaturas têxteis, que usavam mão de obra pobre e livre a baixo custo, ou seja, pessoas que “não encontravam lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio senhor e escravo” (JÚNIOR, 1981, p. 198).

Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida

incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. Ambos se disseminavam largamente em todas as regiões de certa densidade demográfica (JÚNIOR, 1981, p. 148).

O ponto que se pretende iluminar, citando, como exemplo, o trabalho na mineração, na agropecuária e do trabalho no contexto urbano, conforme mencionado. É que, tanto no interior quanto nos centros urbanos, havia, antes mesmo da abolição, trabalhadores na condição livre, nem sempre necessariamente assalariados. Pois havia situações em que a força de trabalho era trocada por porções de terra em formato de colonato para desenvolvimento de roças – trabalho por subsistência.

Assim, até o *Módulo Expositivo A Construção do Estado - 1822 a 1889* referente ao século XIX, a proposta da narrativa museológica tangencia três sentidos de trabalho: o trabalho livre no sentido ontológico, por meio dos povos originários e o trabalho escravizado por meio da diáspora africana. Esse tópico, o *trabalho livre na ordem escravocrata* foi uma reflexão conferida por essa pesquisa, com a intenção de trazer para o debate uma camada da sociedade brasileira que, na maior parte das vezes, fica silenciada nos museus históricos e em outros mecanismos de transmissão do saber histórico, como livros didáticos e produções midiáticas.

As referências bibliográficas aqui apontadas possibilitariam que a composição cenográfica tanto da mineração quanto do vaqueiro, bem como da farmácia homeopática, apresentasse uma abordagem sobre os trabalhadores livres que sobreviveram à margem do sistema colonial e imperial escravagista. Esses contextos revelam uma base fundante para um perfil de trabalhadores que persiste nos tempos atuais, especialmente nas ocupações da prestação de serviços.

A primeira consideração a se fazer é que uma reflexão sobre o “trabalho” nas interfaces entre a memória e a história, ainda que tome por objeto o Brasil Republicano, não se pode encerrar nesta temporalidade. E isto tem razão precisa: tanto as memórias sobre o trabalho no Brasil quanto a historicidade do fenômeno têm alicerces profundos no escravismo e em como seus vestígios ainda compõem os mundos de trabalho contemporâneos (HERMETO, 2021, p.132).

Em relação a essa reflexão, conforme mencionado no capítulo 2, o desenvolvimento de exposições museológicas geralmente prioriza os aspectos visuais e didáticos. Isso evidencia que nos museus históricos não há uma obrigação estrita de aderir à abordagem histórica acadêmica. Embora conduzam pesquisas para as exposições, a narrativa visual

não segue os padrões acadêmicos das universidades na produção de conhecimento histórico (BRAGA, 2012).

5. Abolição - Trabalho livre assalariado

Emília Costa (2010) nos diz que o abolicionismo no Brasil foi um movimento de longo prazo, com a participação de figuras políticas, tanto brancas quanto negras, incluindo André Rebouças, Luís Gama e Joaquim Nabuco. Além disso, diversos setores profissionais da sociedade, como cocheiros, ferroviários, médicos, engenheiros, advogados, jangadeiros, jornalistas, funcionários públicos e professores, participaram do movimento, organizando-se em diversas formas, como grêmios, clubes, jornais, associações, conferências, debates, obras literárias, distribuição de panfletos, artigos jornalísticos e petições em prol da abolição.

Além disso, Emília Costa (2010) ressalta que os escravizados não eram uma população passiva sujeita ao destino, mas sim uma força ativa na busca pela liberdade. Muitos fugiam em massa para cidades consideradas livres, como Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Campos e Santos. Nessas áreas urbanas, milhares de escravizados se estabeleciam nas periferias, formava-se uma rede de comunicação e abrigo, demonstrando a resistência ativa e estratégica da população escravizada em seu anseio pela liberdade. A autora, exemplifica esse argumento citando a formação do Quilombo do Jabaquara, atualmente o bairro Jabaquara situado na Zona Sul de São Paulo, que serviu de refúgio e moradia para escravizados fugitivos e libertos.

Ilustrativo do movimento abolicionista, no final do *Módulo Expositivo A Construção do Estado - 1822 a 1889*, há um painel em formato de linha do tempo com diversos acontecimentos relacionados ao movimento abolicionista no Brasil, em destaque estão a iconografia de André Rebouças, a placa referente à abolição no Ceará e o busto de Joaquim Nabuco. Em relação a esse painel, na reunião de 28 de julho de 2010, a equipe curatorial dos anos 2000, decidiu que iria se pautar na linha do tempo da abolição publicada pela Revista da Biblioteca Nacional para construir a linha da abolição para exposição. A comissão ponderou a preocupação em diminuir o painel da abolição para evitar criar, em relação ao tamanho visual, um contraponto com o quadro *Combate Naval do Riachuelo (1872/1883)* localizado na frente do painel (Ata, 2010). Contudo, o painel já sofreu alterações visuais desde então.

Na mesma sala no final do *Módulo Expositivo A Construção do Estado - 1822 a 1889*, na sequência da estátua *Alegoria à Lei do Ventre Livre*, em uma redoma de vidro tem exposto uma caneta em ouro que faz referência à assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel. Tanto a estátua, quanto a caneta de ouro, representam o movimento político em torno da abolição da escravatura, o qual se preocupou em abolir e não emancipar os libertos. Sobre essa questão, Jacob Gorender (1981) aponta que a abolição da escravatura em 1888 pode ser considerada como uma revolução social que não rompeu com o modelo econômico latifundiário e resultou na introdução e expansão de novas formas de exploração. Uma vez que os detentores de capital, que haviam se beneficiado durante anos da mão de obra escrava de baixo custo, não absorveram completamente a mão de obra liberta.

Nesse contexto, Adalberto Cardoso (2019) defende que o projeto político de estímulo à mão de obra europeia foi implementado em função dos interesses das elites econômicas paulistas. Por sua vez, Emília Costa (2010) narra que as primeiras experiências paulistas com mão de obra europeia resultaram em conflitos entre os colonos e os proprietários, uma vez que as condições de trabalho e vida eram precárias, e todo o sistema estava organizado para o endividamento perene dos imigrantes

No final do *Módulo expositivo a Construção do Estado – 1822 a 1889* uma tipografia denominada como *Fazer América* faz referência à política de incentivo à mão de obra europeia, ao abandono dos libertos e às condições precárias nas fazendas de café com associação à política de embranquecimento da população brasileira:

Fazer América

A repressão ao tráfico negreiro, aliada ao interesse de “embranquecimento” da população, colocou em questão a substituição do trabalho escravo de origem africana. A política de estímulo à imigração europeia promoveu o trabalho livre e assalariado, preferencialmente para a população branca, provocando a marginalização da maior parte dos ex-escravos em relação ao mercado de trabalho. Empresas de colonização agrícola atraíram os imigrantes, principalmente alemães e italianos, às regiões sul e sudeste do país. Com o objetivo de “fazer a América”, os colonos sonhavam em acumular recursos para viver melhor do que em seus países de origem. Embora fossem trabalhadores assalariados, muitos foram submetidos a um regime de trabalho análogo à escravidão, com castigos físicos e desrespeitosos aos seus direitos (Tipografia, MHN, 2023).

Nesse ponto, a narrativa do Circuito de longa duração assume, portanto, a compreensão sobre a introdução do trabalho livre assalariado a partir do momento da

chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX em função do cultivo e comércio do café no Sul e Sudeste do Brasil. Regiões onde concentrava a maior parcela de escravizados durante o período histórico analisado. Sobre o trabalho do latifúndio do café, há uma vitrine que expõe utensílios e ferramentas necessários para o desenvolvimento técnico do trabalho cafeicultor: catador, classificador, torrador, moedor, pilão e cestarias.

Em anos anteriores, a representação da chegada dos imigrantes europeus era feita por meio de um painel intitulado *Os Novos Braços da Lavoura*, que integrava a Exposição *Colonização e Dependência* de 1987. Esse painel apresentava uma abordagem crítica, utilizando uma composição que combinava elementos imagéticos e textuais.

Com o fracasso das colônias de parcerias no Vale do Paraíba, iniciou-se, em 1870, a imigração subvencionada pelo governo, que apoiará os cafeicultores na resolução do problema dos “braços para lavoura”. Não apenas as mulheres, mas também as crianças, trabalhavam com os homens em duras e longas jornadas de trabalho, complementando o contingente de mão-de-obra necessário para desenvolver a lavoura cafeeira e movimentar as fábricas” (Tipografia, MHN. Fonte: google arts and culture, 2017).

Não conseguimos identificar quando esse painel foi retirado da exposição, porém nas atas das reuniões da equipe curatorial dos anos 2000, a discussão em torno desse ponto específico da exposição foi um tema recorrente, ocupando espaço em diversas reuniões. Foram propostas soluções que, embora tenham sido apresentadas, não se concretizaram completamente, ou, se implementadas, sofreram modificações até o ano de 2019.

No ano de 2009, em uma das reuniões, surgiu a sugestão de elaborar um texto dedicado ao trabalho livre, enquanto em outra, a proposta consistia em apresentar o tema do café por meio de slides projetados em uma televisão, acompanhados pela presença simbólica de sacas de café (Atas, 2009).

Em 2010, foi discutida a ideia de expor os instrumentos de trabalho em conjunto com elementos da pecuária. Outra abordagem sugerida foi a representação de um quilombo. Outra proposta foi a sugestão de colocar os objetos em contraposição, destacando as relações entre quem produz e quem enriquece (Atas, 2010). Na reunião do dia 10 de junho foi esboçada de uma abordagem próxima a que foi identificada em 2019:

Na parede ao lado do portal virão expostos os quadros de um barão e uma baronesa. Na parede do outro lado do portal virá o texto sobre o café assinado por Monteiro Lobato. Em frente a essa parte haverá uma grande vitrine dividida em partes: uma voltada para exposição dos instrumentos de trabalho e na outra dedicada à vida social dessa época, com vestido de uma

baronesa, joias, leques e mobiliário, como a escrivaninha da princesa Isabel e um relógio de pé. Mais à frente, à esquerda, os painéis sobre os imigrantes e vitrine com os objetos oriundos da imigração seguidos das legendas. Haverá uma vitrine com o meio circundante (Ata, 2010)

Todo esse debate revela a dificuldade da transposição didática de temas que se entrelaçam e estão correlacionados, especialmente quando se trata de fenômenos marcados por contradições e imaginários sociais. Uma vez que, os imigrantes europeus trouxeram em suas bagagens, experiências de greves e conquistas de direitos de seus países de origem, entrando assim em confronto com o liberalismo defendido pela burguesia brasileira (GIANNOTTI, 2007). Ao mesmo tempo, a maioria desses imigrantes foi submetida a situações de pobreza, enquanto uma minoria logrou sucesso e ascensão social por meio das fábricas e serviços especializados – esses, segundo Jacob Gorender (2016) muitas vezes já possuíam capital acumulado ou estava a serviço de empresas de seus países de origem.

Ao que tange à representação expográfica do período em que o trabalho se torna legalmente livre e assalariado, tanto na dissertação de Lia Fernandes (2003) quanto nas atas da equipe curatorial, foram indicadas lacunas no acervo do MHN sobre esse momento histórico. Desta forma, a atual exposição sobre a abolição da escravidão, a chegada dos imigrantes no final do século XIX, bem como a instituição do trabalho livre assalariado, está restrita a elementos tipográficos, com exceção da estátua alegórica do Ventre Livre e da caneta de ouro em referência à princesa Isabel.

Os instrumentos de trabalho para o processamento do café, apresentados no final do *Módulo expositivo a Construção do Estado – 1822 a 1889* estão concentrados em uma abordagem que problematiza o enriquecimento dos barões do café em detrimento a subjugação da escravidão persistente no final do século XIX. No entanto, fica evidente a ausência de uma perspectiva que conte a história a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

Do mesmo modo, em relação ao desenvolvimento das ferrovias, há uma breve referência em um trecho da tipografia denominada *A onda verde*, referente ao enriquecimento dos barões do café, que diz: “essa atividade econômica foi responsável pelo incremento do comércio exportador, o desenvolvimento urbano, a construção das ferrovias e a abertura de estradas para facilitar o escoamento”. Maria Lamounier (2008) destaca que para a grandiosidade do empreendimento ferroviário, demandou a contratação de trabalhadores livres assalariados, incluindo engenheiros, técnicos e especialistas, predominantemente compostos por profissionais imigrantes europeus. Por outro lado, havia

também trabalhadores não qualificados desempenhando funções diversas, sobretudo aquelas que demandavam força física.

Curiosamente, embora não esteja incluso no Circuito de longa duração, no hall do primeiro pavimento do MHN, encontra-se uma estátua de Irineu Evangelista de Souza, o Barão e Visconde de Mauá, pioneiro na construção ferroviária no Brasil. É importante destacar que, no extinto *Módulo Expositivo Colonização e Dependência* havia uma ambientação que recriou o escritório do empresário Visconde de Mauá como uma proposta de criar um contraponto à realidade agroexportadora do café (MHN, 1989).

6. “Africanos livres”: Intervenção decolonial na Placa de ferro da Fábrica Ipanema

Embora não esteja no Circuito de longa duração, é relevante destacar que a Placa de Ferro da Fábrica de Ipanema, exposta na entrada do MHN, recebeu uma das 17 intervenções da proposta decolonial. A partir de uma tipografia colocada ao lado da Placa, foi problematizada a presença de “africanos livres” como trabalhadores da Fábrica. O que se refere ao contexto da Lei de 7 de novembro de 1831, que determinava que “todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres” (BRASIL, 1831). Contudo, embora a lei tenha sido uma resposta às demandas da Inglaterra contra o tráfico internacional de pessoas, na prática, não foi efetivamente aplicada conforme suas diretrizes. Um exemplo disso foi o direito ao retorno para a África, que nunca se concretizou. Enquanto isso não ocorria, os escravizados apreendidos no contrabando ficavam sob a responsabilidade do governo, que deveria garantir meios para assegurar a sobrevivência deles.

Em 1853, foi estipulado que a prestação de serviços dos “africanos livres” ao Estado, deveria durar quatorze anos para que pudessem ser emancipados (RODRIGUES, 1997). Jaime Rodrigues (1997) aponta, em seu estudo de caso sobre a Fábrica de Ipanema, que em 1846, os “africanos livres” chegaram a compor a maioria dos trabalhadores da Fábrica, e conscientes de suas condições de irregularidade legal, passaram a reivindicar suas liberdades, por meio de uma petição jurídica onde argumentavam já terem cumprido o tempo de trabalho compulsório de dez anos conforme no contrato estabelecido. Desse grupo de “africanos livres”, sete deles foram encaminhados para prisões em São Paulo e o rastro deles desapareceu. Por fim, o autor destaca que, embora a Lei tenha sido um estatuto legal transitório, deu origem a um grupo social específico e as documentações arquivadas sobre esse contexto apontam para fontes que recriam o cenário da diáspora africana no

século XIX, abordando aspectos relacionados ao trabalho, como disciplina, concepções de liberdade, processo de trabalho e relações sociais (RODRIGUES, 1997, p.41).

Por fim, a narrativa provocada pela intervenção decolonial na Placa da Fábrica Ipanema retorna para questões aqui mencionadas. Fica, ainda mais evidente como a abordagem cronológica do Circuito de longa duração, guiada pela didatização dos eventos históricos, dificulta a incorporação de outras perspectivas fundamentadas em uma nova historiografia da história social do trabalho, da forma como destacado por Miriam Hermeto (2021) nos arquivos e memórias da Justiça do Trabalho, há documentações - fontes históricas ainda não exploradas - que contribuem para reconfigurar a narrativa da transição do século XIX para o século XX, apontando para questões ainda persistentes no presente.

A seguir, no capítulo 4, dedicamo-nos à análise do *Módulo Expositivo Cidadania de 1889 até a atualidade*, onde está a vitrine dedicada a expor objetos e uniformes de trabalho. Considerando o tempo histórico representado no Módulo, a análise vai ao encontro de investigar de que forma o trabalho e os trabalhadores estão representados na narrativa museológica do MHN no período republicano pós-industrialização do Brasil.

CAPÍTULO 4

A VITRINE DO 'TRABALHO' NO MÓDULO EXPOSITIVO CIDADANIA 1889 ATÉ A ATUALIDADE

Este capítulo concentrou-se na análise do *Módulo Expositivo Cidadania 1889 até a atualidade*, onde está localizada a vitrine expositiva com objetos e uniformes de trabalho. Inicialmente, buscamos identificar e analisar a construção conceitual do *Módulo*, utilizando as atas das reuniões da equipe curatorial dos anos 2000. E para identificar as mudanças recentes na expografia recorreremos à publicação de 2022 “Barco a seco: os museus de história e os impasses da gestão cultural no Brasil atual”, na qual Paulo Knauss reflete sobre o período da sua gestão no MHN (2015 a 2020). Além disso, consultamos o trabalho de conclusão de curso de 2020, intitulado “Novas vozes na narrativa do Museu Histórico Nacional: uma análise da requalificação do Módulo Cidadania da exposição de Longa duração”, elaborado por George Abreu, funcionário do Núcleo Expositivo.

Destacamos que, a partir deste capítulo, escolhemos descrever a vitrine do 'trabalho' entre aspas simples, com o objetivo de evidenciar a polissemia do termo trabalho. Conforme abordado no capítulo 3, o conceito é dinâmico, variável de acordo com o tempo histórico, modelos econômicos, propostas políticas e usos sociais. Além disso, carrega tanto conotações de fadiga, fardo e esforço quanto valores como dignidade, utilidade e sucesso (ANTUNES, 2003), (ALBONÓZ, 1994). Por fim, o objetivo foi examinar a construção conceitual do *Módulo expositivo* em função da análise da vitrine do 'trabalho' para identificar e analisar como o entorno da vitrine produz significados para a comunicação dos objetos e uniformes de trabalho expostos na vitrine.

1. Cidadania em Construção

Como resultado da construção cronológica do Circuito de longa duração, o *Módulo Expositivo Cidadania em Construção – 1889 à atualidade*, também chamado pela equipe curatorial de *sala 9*, foi elaborado com o objetivo de representar os séculos XX e XXI:

[...] a sala 9 irá tratar do século XX e XXI como estamos tratando da construção da cidadania, a sala será iniciada pela Constituição, onde estão escritos os direitos e deveres do cidadão (Ata, 2010).

A proposta conceitual da sala 9 foi apresentada em 2010, no mesmo ano em que o Circuito de longa duração foi inaugurado. Na ata do dia 12 de maio de 2010, as temáticas a serem abordadas ainda não haviam sido selecionadas:

O que não ficou claro foram as temáticas a serem trabalhadas. Seguiu a lembrança de Vera, os temas seriam: industrialização, revoltas e conflitos, trabalho (indumentária, questão da mulher etc.). Lia então lembrou-se de que estamos esquecendo o conceitual da sala que é construção de cidadania (Ata, 2010).

Com essas indecisões, Aline Montenegro sugeriu que fossem abordados “os temas na base dos direitos do cidadão, quais sejam: direitos sociais, políticos e civis”. E explicou que esses temas poderiam ser ilustrados pelo “direito ao voto, a candidatar-se e participação em partidos”. E em relação aos direitos sociais poderia tratar do trabalho, abordando a entrada da mulher nesse mercado ou o desenvolvimento urbano em contraste com o atraso do interior” (Ata, 2010).

Na reunião do dia 7 de outubro de 2010 foi proposto que a museografia da sala 9 fosse construída a partir da narrativa biográfica de uma única pessoa, como um exemplo ilustrativo de como se dá o processo de cidadania conforme uma pessoa vai se tornando adulta:

Foi proposto que a sala 9 fosse baseada na trajetória de vida de uma única pessoa, ou seja, seguindo uma ordem cronológica, enquanto o restante da equipe optou por um tratamento temático com base nos direitos e deveres. Após um “caloroso” debate a equipe decidiu ficar com a ideia de do tratamento temático (Ata, 2010).

Contudo, conforme pode ser visto no trecho da ata acima, a proposta aceita foi o processo de construção da cidadania no viés dos direitos civis, políticos e sociais. Sendo a obra *Cidadania no Brasil: O longo Caminho* do historiador José Murilo de Carvalho (2002) eleita para fundamentar os conceitos orientadores da proposta museológica.

O direito político será tratado primeiro seguido dos direitos civis e sociais. Após algumas colocações da Lia, baseada na obra de José Murilo de Carvalho, “Cidadania no Brasil”, toda equipe concordou com a referência a esta obra. Aline ainda lembrou um livro mais didático denominado “Onde está a Democracia?” que também poderá nos servir para a produção da sala (Ata, 2010).

Com esse referencial teórico, houve uma proposta para que o módulo expositivo *Cidadania em construção* fizesse uma contraposição entre os direitos e os deveres, por exemplo, o “direito de trabalhar com o dever de pagar impostos” (Ata, 2010). Contudo, Aline Montenegro defendeu, na reunião do dia 28 de julho de 2010, que:

[...] mais importante do que contrapor direitos e deveres, seria indicar quais são os acessos de muitos brasileiros a esses direitos, representado nos movimentos sociais como o movimento dos sem-terra, por exemplo (Ata, 2010).

Frente a essas questões, na reunião do dia 7 de outubro de 2010, a proposta museográfica do *Módulo expositivo Cidadania em construção* foi apresentada ao jurista e professor Luís Roberto Barroso, que além da consultoria, participou da seleção de objetos e imagens.

[...] o professor elogiou todos os textos que estavam muito bem escritos e conceituados, mas deu algumas sugestões de mudanças que foram prontamente atendidas. Sugeriu também imagens e acervos a serem expostos em cada tema (Ata, 2010).

Ainda na reunião do dia 07 de outubro de 2010 o professor e jurista Luís Roberto Barroso apontou:

[...] sobre a trajetória política do Brasil, os avanços e recuos da democracia. Explicou que a 1ª república significou a encenação de liberdades inexistentes, uma vez que, essa liberdade ficou restrita ao papel e não foi colocada em prática devido ao tipo de República instaurada. Após a Revolução de 1930 houve o que se pode chamar de cidadania urbana, pois a população das cidades teve acesso a uma série de direitos, como trabalhistas, que não foram concedidos à população rural. A Constituição de 1934, de caráter liberal, entra em cena quando o liberalismo está em crise no mundo. De 1937, quando foi instaurado o Estado Novo até 1945, a cidadania entra em colapso. O período entre 1946 e 1964 é considerado período de cidadania ativa, uma vez que a constituição de 1946 permitia votar para presidente e vice-presidente. Com a ditadura iniciada em 1964, os cidadãos têm, mais uma vez, seus direitos cassados até a retomada da democracia em 1985, quando há um grande alargamento da noção de cidadania e de participação popular na política (Ata, 2010).

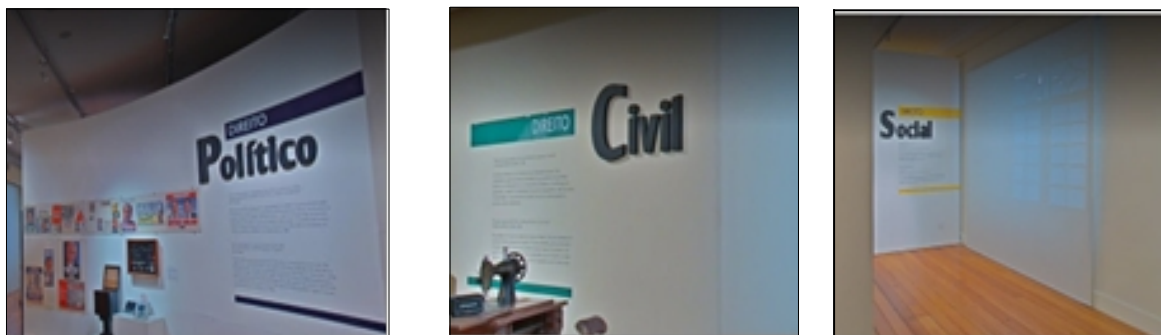
Com a consultoria de Luís Roberto Barroso, toda a comissão curatorial concordou por trabalhar “o projeto aprovado pelo professor Luís Barroso e não o questionar mais, uma vez que está correto tanto do ponto de vista conceitual quanto em relação aos conteúdos”

(Ata, 2010). Dessa forma, foi decidido que primeiro seria abordado os direitos políticos, em seguida os direitos civis e sociais.

Vera apresentou o circuito da sala 9, informando que após a vitrine *Art nouveau* virão os direitos políticos representados em diálogo com as obrigações do cidadão determinadas pelo Estado, como a ida para a 2ª Guerra Mundial. Em seguida, os direitos civis virão junto com os direitos sociais. Uma parte dedicada a formação da família: o casamento, o lar com eletrodomésticos etc., lazer, educação em contraponto ao trabalho infantil. O último aspecto a ser tratado será o das comunicações (Ata, 2010).

Assim, no ano que foi inaugurado em 2010, o *Módulo expositivo Cidadania em construção - 1889 à atualidade* apresentava três grandes tipografias de abertura: direitos políticos, direitos civis e direitos sociais. Sobre esses títulos Aline Montenegro definiu que “havendo apenas um texto de início da sala e apenas títulos e legendas nos núcleos temáticos a relação dos visitantes com os objetos será mais afetiva e efetiva” (Ata, 2010).

Figura 01: Visita virtual: Núcleo expositivo Cidadania em construção.



Fonte: Google Arts and culture, 2017.

Na ata da reunião do dia 13 de outubro de 2010, foi indicado que todos os objetos relacionados ao trabalho seriam colocados nos direitos sociais. Aline Montenegro pontuou⁵ que essa decisão foi embasada na dissertação de Lia Fernandes em 2003.

[...] vários objetos foram definidos, como uniformes de trabalho que irão compor com outros objetos referentes ao núcleo dos direitos sociais. Rafael Zamorano sugeriu a inclusão de uma bandeira do Movimento Gay junto a bandeira do MST e demais movimentos sociais (Ata, 2010).

5. Na banca de qualificação desta pesquisa em dezembro de 2022.

Assim, em 2010, quando o Módulo expositivo *Cidadania em Construção – 1889 à atualidade* foi aberto para visitação, no eixo que mesclava os direitos sociais e os direitos civis, havia a exposição de diversos objetos relacionados ao trabalho. Além dos uniformes e objetos dentro da vitrine, do lado de fora em frente a vitrine, estavam expostos ferramentas, máquinas de costura, máquinas de escrever e documentos pessoais, como carteiras profissionais, entre outros. Além disso, havia um relógio de ponto que pertencia à equipe de trabalho do próprio Museu (Tainacan, 2023). Todos os objetos possuíam etiquetas numeradas, relacionadas a uma legenda que apresentava a nomenclatura, o ano ou século de fabricação, e para alguns, uma breve contextualização da biografia do objeto.

Figura 02: Objetos de trabalho no *Módulo expositivo Cidadania em Construção*.



Fonte: Facebook MHN, 2015.

2. Programa de Reavaliação

Treze anos após a inauguração do novo Circuito de longa duração, foi iniciado, em 2016, durante a gestão do historiador Paulo Knauss (2015-2020), o *Programa de Reavaliação* do Circuito de longa duração, concentrando as principais ações no Período Republicano. Paulo Knauss (2020) explica que o *Programa de Reavaliação* foi inspirado pelo pensamento de Hans Ulrich Gumbrecht, com enfoque na “experiência da latência do tempo como origem do presente” (KNAUSS, 2022, *on-line*). Ao mesmo tempo que foi avaliado que embora já houvesse uma abordagem em relação a história dos direitos e da cidadania, havia uma lacuna sobre as lutas sociais em torno dos direitos. Assim, “a exposição não destacava a importância dos movimentos sociais e deixava de lado as situações históricas de estado de exceção, que se relacionam às ditaduras e à violência da repressão política” (KNAUSS, 2022, p.1).

Assim, além das modificações na expografia, o *Programa de Reavaliação* alterou o título do Módulo expositivo passando de *Cidadania em Construção – 1889 até a atualidade*

para *Cidadania 1889 até a atualidade* (AAMHN, 2019). Sobre essa alteração George Abreu (2020) indica, que o conceito de *cidadania em construção de 1889 até a atualidade* deixava implícita uma temporalidade restrita da instauração da República até 2010, ano em que a exposição foi inaugurada.

Para a implementação do *Programa de Reavaliação*, foi formada uma comissão curatorial composta por funcionários do Museu. E como financiamento contou com contrapartidas da AAMHN, além de receitas provenientes do aluguel de espaços do MHN para a realização de eventos particulares (ABREU, 2020).

Além da comissão curatorial interna, houve a proposta da curadoria compartilhada. Conforme mencionado no capítulo 1, essa abordagem envolveu a participação ativa dos segmentos sociais abordados na exposição, resultando na coleta de objetos relacionados a temáticas até então não exploradas ou tratadas de maneira implícita pelo MHN, conforme explicada por Paulo Knauss (2022):

[...] a atividade mais inovadora e significativa, pode-se dizer, realizou-se em torno da curadoria de coleções, constituindo um programa de curadoria compartilhada que resultou na construção de coleções de peças selecionadas a partir do diálogo dos técnicos do Museu com representantes dos movimentos sociais. Esse trabalho se desenvolveu depois de um debate interno que resultou na elaboração de um documento de *Política de Aquisição e Descarte de Acervos Coleções*, que partindo do reconhecimento geral da história e das características das coleções do Museu Histórico Nacional definiu três linhas temáticas de trabalho: a) História do Estado Nacional no Brasil, relacionada à história das instituições e das elites políticas, bem como das representações do passado nacional; b) História social do Brasil, relacionada à história das práticas sociais, modos de vida e cotidiano, assim como dos processos de afirmação de identidades coletivas e étnicas; c) História do colecionismo, relacionada ao estudo da história de coleções e colecionadores (KNAUSS, 2022, *on-line*).

Em síntese Paulo Knauss (2022) explica que o *Programa de Reavaliação* reorganizou o *Módulo expositivo Cidadania 1889 até a atualidade* em quatro eixos temáticos:

República no Plural, que sublinha as variações históricas do regime político; *Democracia e Liberdade*, que enfatiza a política como prática social baseada no direito ao voto e de liberdade de expressão; *A Luta Continua*, que destaca o combate à pobreza e a exclusão social; *O Desafio do Futuro*, que trata do desenvolvimento sustentável diante da sociedade de consumo. A abordagem do conteúdo buscou inspiração em expressões conhecidas da história política: *Guerra e paz*; *Nunca mais!*; *Todos por um*; *Favela é cidade*; *Racismo não!*; *Quem ama não mata*; *A floresta somos nós*; *Celacanto provoca maremoto*; *Seja marginal, seja herói*. (KNAUSS, 2022, *on-line*).

Ao refletir sobre o *Programa de Reavaliação*, Paulo Knauss (2022) afirmou que "a tarefa foi facilitada, pois o tema da história dos direitos e da cidadania já demarcava o módulo expositivo existente" (KNAUSS, 2022, *online*). Assim, embora tenham sido retiradas as tipografias que intitulavam e delimitavam explicitamente os eixos expositivos em direitos políticos, civis e sociais, a disposição estrutural desses eixos foi mantida. Nesse sentido, o *Programa de Reavaliação* criou uma nova camada para a narrativa do *Módulo Expositivo Cidadania 1889 até a atualidade*.

3. A vitrine do trabalho no eixo expositivo dos direitos sociais

O eixo expositivo dos direitos sociais apresenta duas propostas curatoriais sobrepostas, uma em relação aos direitos sociais proposta pelo *Projeto de Revitalização* dos anos 2000 e outra relacionada ao eixo temático *A luta contínua* proposta pelo *Programa de Reavaliação*. Enquanto a primeira, propôs uma abordagem enfatizando os direitos sociais como um mecanismo da cidadania voltado para o acesso das necessidades essenciais, como trabalho e educação (CARVALHO, 2022). A segunda destaca o combate à pobreza e a exclusão social (KNAUSS, 2022). Nesse sentido, é pertinente afirmar que o conceito de direitos sociais sobrepõe ambas propostas curatoriais uma vez que segundo Murilo de Carvalho (2002) os direitos sociais:

[...] incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo políticos garantem a participação no governo da sociedade (CARVALHO, 2002, p.10)

Com essas características, o *Programa de Reavaliação* manteve a exposição da vitrine com objetos e uniformes de trabalho. No entanto, foram realizadas modificações pontuais: todos os objetos que ficavam na frente da vitrine foram retirados. Dentre esses, alguns foram alocados dentro da vitrine, enquanto outros que estavam dentro foram recolhidos. Em relação aos uniformes de trabalho, foram mantidos os mesmos da curadoria dos anos 2000. Enquanto todas as legendas que identificavam os objetos e os uniformes de trabalho dentro da vitrine foram retiradas.

Assim, ao redor da vitrine, foram incorporados dois núcleos expositivos com coleções temáticas por meio da proposta da curadoria compartilhada. Manteve a exposição da escultura *O trabalho* e do quadro *A esmola*. Adicionalmente, introduziu duas tipografias, designadas aqui para fins de análise como Texto 1 e Texto 2

Figura 03: Estudo da vitrine do 'trabalho' no eixo dos direitos sociais.



Fonte: Foto autoral, 2023, (adaptada).

O texto 1 está estrategicamente posicionado de forma que sua leitura se torna obrigatória antes da visualização do acervo dentro da vitrine do 'trabalho'. Pois, nesse ponto, a exposição do *Módulo* afunila em uma passagem mais estreita, onde o foco da iluminação cenográfica está no Texto 1, que diz:

Os ideais republicanos e democráticos que asseguram o bem público e a igualdade dos cidadãos inspiram o combate à pobreza e às injustiças sociais. O combate à escravidão definiu o trabalho livre no Brasil como uma conquista social, mas não foi suficiente para derrubar o preconceito racial. Contudo, foi na luta por direitos que os trabalhadores se afirmaram como agentes da sociedade nacional. Historicamente, os direitos dos trabalhadores estabelecem os níveis de integração da sociedade e indicam padrões de exclusão social. No Brasil atual, a habitação é uma das expressões mais visíveis das condições de vida dos trabalhadores (Tipografia, MHN, 2023).

Adiante, mais próximo a vitrine, o Texto 2 estabelece uma conexão direta com o acervo da vitrine do 'trabalho' afirmando:

Todos por um

Os direitos dos trabalhadores resultam de uma construção histórica que envolveu a afirmação dos direitos de greves e organização coletiva para reivindicação de melhores condições de trabalho. O controle de estado garantiu os regimes a remuneração e de jornada de trabalho, bem como de assistência social e aprendizagem profissional. A legislação do trabalhista define a fronteira formal dos mundos do trabalho e coloca o desafio de ampliar seu alcance (Tipografia, MHN, 2023).

O primeiro núcleo expositivo próximo a vitrine do 'trabalho' é a *Coleção Vila do Autódromo*, composta pelo quadro *Forte do Castelo* do artista Gustavo Dall'Ara de 1922, ao lado de fragmentos de um barraco da extinta Vila Autódromo do Rio de Janeiro: basculante, grade de janela, relógio de energia elétrica, placa de endereço e uma bomba d'água. A Coleção é acompanhada por duas tipografias que explica a origem da Coleção, bem como problematização a exclusão social habitacional:

Favela é cidade

O direito à moradia é um desafio social do Brasil contemporâneo, relacionado ao intenso processo de urbanização, cujos projetos de remodelamento urbano promovem segregação. O tráfico negreiro trouxe milhões de pessoas que viveram um processo de escravização durante séculos, cujo término não contou com nenhuma política de reparação social e cujos efeitos se agravam com o êxodo rural promovido pelo processo de industrialização. No início dos anos de 1920, no Rio de Janeiro, o desmonte do Castelo consolidou a exclusão de comunidades pobres dos centros urbanos. A política de remoções, dissociada de programas de habitação e emprego eficaz, afastou os trabalhadores para as periferias das cidades (Tipografia, MHN, 2023).

No Rio de Janeiro, o caso da Vila do Autódromo, que no contexto da organização dos Jogos Olímpicos de 2016, teve centenas de famílias removidas, reviveu essa prática antiga de remodelamento urbano com projetos socioespaciais que ao invés de integrar, segregam e reforçam as desigualdades. Vive famílias conseguiram resistir ao processo da remoção e permanecer no território da Vila Autódromo, em um processo histórico de resistência, na qual fundam o Museu das Remoções, que preserva em seu acervo escombros da Vila do Autódromo em seu acervo os escombros da Vila Autódromo e nestes a memória das remoções. Em 2017 uma parte desse acervo foi doada ao Museu Histórico Nacional (Tipografia, MHN, 2023).

Na sequência, o segundo núcleo expositivo na proposta da curadoria compartilhada, encontra-se diretamente à frente da vitrine do 'trabalho', composto pela *Coleção de Estandartes*, apresenta imagens e objetos relacionados às religiões de matriz africana. (KNAUSS et al., 2022).

Por fim, as obras de arte que encerram o percurso ao redor da vitrine do ‘trabalho’, remanescentes da proposta curatorial dos anos 2000, são: a escultura francesa em bronze, sustentada por uma base de mármore, com a frase inscrita: *La fortune récompense le travail* - *A sorte recompensa o trabalho* (tradução nossa). Na mão esquerda, um homem segura firmemente uma picareta, e acima de sua cabeça, uma figura feminina faz alusão à Deusa grega da vitória (FERNANDES, 2003). A segunda obra é o quadro *A esmola* do artista brasileiro Edgard Cognat, datado de 1950. Na iconografia, uma mulher acompanhada de uma criança assustada joga moedas no chapéu de um homem velho, maltrapilho, sentado no chão

4. Considerações: A vitrine do trabalho no eixo expositivo dos direitos sociais

Com exceção da *Coleção de Estandartes*, todas as demais composições do entorno da vitrine abordam questões correlacionadas ao trabalho e às condições dos trabalhadores. É relevante destacar que o termo profissões não aparece em nenhuma das tipografias. Apenas no Texto 2 onde há uma citação sobre a aprendizagem profissional como um direito garantido pelo Estado.

Embora a *Coleção Vila do Autódromo* tenha como foco principal as questões habitacionais, a tipografia do Texto 1 anunciou na última frase que “no Brasil atual, a habitação é uma das expressões mais visíveis das condições de vida dos trabalhadores”. Nesse contexto, a narrativa comunica a ideia de que há trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, mesmo quando “os ideais republicanos e democráticos que asseguram o bem público e a igualdade dos cidadãos inspiram o combate à pobreza e às injustiças sociais” (Texto 1). Nessa conjuntura, segundo Paul Singer (2016) apenas os membros da classe trabalhadora estão sujeitos aos direitos sociais, dependendo destes para acessar renda e serviços sociais essenciais para o pleno exercício da cidadania.

Dessa forma, as tipografias ao redor da vitrine simplificam a imagem do Estado como garantidor de direitos e facilitador do exercício da cidadania. Algo que contradiz com o mesmo Estado que pode implementar políticas hegemônicas, como o processo urbano de gentrificação, evidenciado na *Coleção da Vila Autódromo* em referência ao extinto Morro do Castelo.

Além disso, a tipografia do Texto 2 afirma que o Estado historicamente “garantiu as conquistas trabalhistas, como regimes de remuneração, jornada de trabalho, assistência social e aprendizagem profissional” (grifo nosso). No entanto, essas garantias estão sujeitas

a oscilações, influenciadas pelas políticas de governo e emendas constitucionais. Este cenário ficou evidente na história recente da República democrática, com a Reforma Trabalhista de 2017, a qual precarizou direitos trabalhistas já estabelecidos na Constituição Federal de 1988, especialmente em aspectos essenciais para o exercício pleno da cidadania.

No mais, a escultura *La fortune récompense le travail* e o quadro *A Esmola* criam em conjunto uma narrativa sobre o significado do trabalho, sugerindo que a sorte e o infortúnio na vida de uma pessoa estão diretamente relacionados ao seu envolvimento no processo produtivo. Aqueles que escolhem trabalhar encontram recompensas, enquanto a falta de trabalho pode levar à necessidade de depender de esmola. Assim, a narrativa artística transcende o simples retrato da relação entre trabalho e sorte; ela também produz uma moral que fala sobre o controle do capital sobre as escolhas individuais, ao transformar a força de trabalho em mercadoria, criando no imaginário coletivo a dicotomia entre escolher trabalhar dignamente ou, ao contrário, depender de esmolas. Ou seja, estar integrado ou viver com as consequências de desafiar as estruturas do sistema de produção capitalista.

O Texto 2 promete que o acervo da vitrine do 'trabalho' é testemunha da história das lutas pelos direitos trabalhistas. Simultaneamente, destaca que foi por meio dessa luta que os trabalhadores foram inseridos como agentes ativos na sociedade nacional. Além disso, ressalta como os direitos trabalhistas promovem melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que revelam os processos históricos de negação da dignidade existencial dos trabalhadores.

Isto posto, após o *Programa de Reavaliação do Módulo expositivo Cidadania 1889 até a atualidade*, a representação do trabalho e dos trabalhadores, ficou concentrada na vitrine do 'trabalho', ao mesmo tempo que dialoga com os núcleos temáticos do seu entorno. No entanto, esses núcleos expositivos, estão focados em apresentar outras narrativas. São questões que estavam, de fato, ausentes na proposta curatorial dos anos 2000, como a abordagem dos movimentos contestatórios da sociedade civil organizada em diferentes momentos da República, especialmente durante o período da Ditadura Civil-militar.

Uma consideração relevante é que o conceito de cidadania foi mantido como eixo central do *Módulo expositivo*. Isso reflete como a cidadania representa uma organização social mais adequada para uma construção societária mais próxima do que pode ser considerado como justiça social nas sociedades capitalistas neoliberais. Além de tangenciar as relações de trabalho, uma vez que o artigo 6º da Constituição de 1988 afirmou os direitos

trabalhistas como um direito social e subjetivo, garantindo esses direitos tanto para os trabalhadores urbanos quanto para os trabalhadores rurais.

O processo de industrialização, iniciado século XX, modificou a estrutura social do Brasil, migrando da predominância do trabalho rural, majoritariamente escravizado, para novas formas de trabalho, como a formação de uma classe operária assalariada e, mais recentemente, no século XIX, um aumento significativo no setor de serviços, sob a égide do empreendedorismo, ocultando a precarização do emprego informal e o intermitente (ANTUNES, 2020). Sendo, portanto, a cidadania uma construção constante, por meio das tensões dos interesses das diferentes classes sociais, que, em termos macros, no capitalismo, coexistem duas predominantes: os capitalistas, conhecidos como burgueses, classes hegemônicas ou proprietários dos meios de produção e do capital; e os proletários, *classe-que-vive-do-trabalho*, desprovidos dos meios de produção, oferecem sua força de trabalho em troca de salários em dinheiro.

Dito isso, em comparação com a expografia proposta nos anos 2000, o *Programa de Reavaliação* resultou em um encolhimento da quantidade de objetos referentes ao trabalho. Segundo George Abreu (2020), o *Programa de Reavaliação* não foi totalmente concluído devido à pandemia COVID-19. Assim, desde que o Museu foi totalmente reaberto em 2022, a vitrine do 'trabalho' exibe uma mensagem informativa no canto inferior informando que ela está passando por um processo de reforma.

Por fim, levando em consideração o propósito da curadoria nos anos 2000, que consistiu em expor objetos e uniformes de trabalho sob a ótica dos direitos sociais, bem como a abordagem do não concluído *Programa de Reavaliação* durante a gestão de Paulo Knauss, questionamos: em um museu com um acervo de duzentas mil peças, quais atributos desses objetos e uniformes expostos na vitrine foram considerados para representar o trabalho no Brasil republicano pós-industrialização?

5. O cenário expositivo da vitrine do 'trabalho'

No percurso expositivo, ao nos depararmos com a vitrine, observamos um mobiliário fechado nas laterais, com uma frente de vidro e uma porta lateral. Régis Ramos (2004) argumenta que, embora o uso de vitrines esteja relacionado aos programas de segurança e conservação de acervos, elas conferem uma sacralização dos objetos, atribuindo status de algo especial, único e intocável. O autor estabelece uma correlação entre essa questão ao hábito das sociedades de consumo em visualizar vitrines em lojas e *shoppings*, onde as

mercadorias mais desejadas são expostas. Nesse contexto, ao expor os uniformes e objetos de trabalho em uma vitrine, confere-se a eles um status especial e único. Algo que reforça o argumento de que o trabalho desempenha um papel central nos mecanismos fundamentais dos processos ontológicos e históricos dos homens e mulheres como seres sociais. (ANTUNES, 2008).

Figura 04: Vitrine com uniformes e objetos de trabalho.



Assim, ao olharmos para dentro da vitrine, visualizamos objetos tridimensionais de diferentes formas e composições. Abraham Moles (1981) esclarece a distinção entre objetos e coisas ilustrando que uma pedra ou uma árvore não se enquadram como objetos, mas sim como coisas. Enquanto, uma pedra só adquire o status de objeto quando é utilizada, por exemplo, como peso para papéis. Essa visão encontra respaldo em Jean Baudrillard (2004), que argumenta que os objetos desempenham o papel de regular a vida cotidiana. Portanto, os objetos adquirem graus de funcionalidade quando são impregnados pelo uso humano em determinadas técnicas corporais, em situações sociais de existência, sendo assim, “não são bons apenas para pensar, mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana” (GONÇALVES, 2005, p.23).

Em uma observação panorâmica, os uniformes de trabalho estão dispostos nas laterais da vitrine. Como recurso cenográfico, são apresentados em manequins de tamanho real, desprovidos de características pessoais: sem cabeça, rosto, braços ou pernas,

permanecendo apenas o tronco. O que parece ser uma estratégia para manter os uniformes de maneira suspensa. Com essa disposição, ao observar a vitrine de frente, na lateral direita e em primeiro plano, visualizamos o Uniforme de gari ao lado do Uniforme do Médico.

No segundo plano, com a exibição comprometida, estão os uniformes do Jogador e do Técnico da Seleção Brasileira de Futebol. Na lateral esquerda, ao fundo e com visibilidade reduzida, está o Uniforme da Proantar com uma bolsa azul apoiada no que seriam os pés do manequim. Mais ao fundo, é possível visualizar apenas a parte superior de um macacão transparente. Em primeiro plano, na mesma lateral, está a indumentária da bailarina suspensa por um fio invisível sem tocar o piso onde estrategicamente está o par de sapatilhas autografadas. Logo ao lado está o manequim com o Uniforme militar.

No pavimento da vitrine, estão os objetos mais pesados e densos, carregando consigo uma aura peculiar do passado (BENJAMIN, 1994). Assim, no primeiro plano, na parte central, sobre um módulo elevado, encontram-se uma máquina de escrever e uma calculadora, ambas de ferro, além de uma caixa de madeira contendo diversas ferramentas. Em cima desse módulo, outros dois módulos menores exibem, na frente, três distintivos da Guarda Municipal ao lado de uma pequena bolsa bordada com uma cruz vermelha. No pequeno módulo ao lado, estão bilros de madeira. Em segundo plano, com pouca ou quase nenhuma visibilidade, há uma caixa de madeira com os quatro lados de vidro, contendo uma balança de ferro.

Diretamente no piso da vitrine, abaixo do Uniforme do Médico, estão uma mala com uma etiqueta e um microscópio ocular metálico, ambos ao lado de uma caixa de madeira com pesos de metal. Ao fundo, é possível visualizar a parte de cima de uma máquina de empacotar, devidamente ornada com um rolo de papel rosa e barbante.. Mais ao lado, encontra-se uma máquina registradora com visíveis marcas de uso, respingos de tinta e partes danificadas.

No plano de fundo da vitrine, e visualmente central, estão posicionadas duas placas com diversos equipamentos de proteção individual: capacetes, luvas, botas, óculos, abafadores de ruídos, cordas e cintos. Visualmente, são objetos funcionais e comuns ao tempo presente, facilmente encontrados em lojas e sites de venda. Num primeiro olhar, sugerem integrar uma proposta cenográfica destinada a evocar um ambiente fabril e industrial.

Ao observar os uniformes de trabalho na vitrine, observamos que estão dispostos lado a lado, sem evidenciar uma classificação por categorias de ocupação funcional ou valor social atribuído às profissões (DURAND, 1975). De maneira semelhante, há uma

discrepância significativa na visualidade panorâmica da vitrine: Qual a conexão entre um uniforme de jogador de futebol e equipamentos de proteção individual? E como se relaciona uma indumentária esteticamente leve e espetacular de uma bailarina com o uniforme pesado de um militar? Adicionalmente, qual é a relação entre uma máquina de escrever com marcas do tempo e distintivos da Guarda Municipal? Como se estabelece a relação ao colocar lado a lado o uniforme de gari e do médico?

Vislumbrando encontrar respostas, no próximo capítulo, buscamos adentrar na vitrine do 'trabalho' por meio da documentação museológica para identificar e analisar o que está visível e invisível na exposição dos objetos e uniformes de trabalho.

CAPÍTULO 5

POR DENTRO DA VITRINE DOS OBJETOS E UNIFORMES DE TRABALHO

Conforme mencionado no capítulo 4, a vitrine do 'trabalho' apresenta três campos focais: no fundo os equipamentos individuais, nas laterais os uniformes de trabalho de composição têxtil e no pavimento objetos tridimensionais. Em conjunto com o entorno da vitrine e considerando o tempo histórico do *Módulo Expositivo Cidadania 1889 até a atualidade*, a hipótese é que formem uma representação social do trabalho no sentido livre e assalariado no Brasil republicano pós-industrialização.

Na segunda fase do percurso metodológico, recebemos por *e-mail*, do Núcleo Expositivo do MHN, um inventário que identificou o acervo da vitrine. Ao ser enviada, a tabela foi intitulada como "Vitrine das Profissões". Essa nomenclatura chamou a atenção, uma vez que, na documentação das reuniões da equipe curatorial dos anos 2000, assim como nos relatórios de gestão referentes aos anos de 1995 a 2020 e nas bibliografias consultadas o termo "profissões" não foi utilizado. Os termos encontrados de forma recorrente foram: uniformes, instrumentos de trabalho, cidadania e direitos sociais.

George Abreu (2020) revelou que, por meio de uma entrevista realizada por *e-mail* com Paulo Knauss em 2021, o gestor afirmou que, até aquele momento, "os uniformes de trabalho apareciam marcados por serem de personalidades individuais de destaque social ou pela abstração da instituição de uniformes nunca usados" (ABREU, 2020). Do mesmo modo, George Abreu (2020) afirma que as modificações pontuais realizadas na vitrine do 'trabalho' pelo *Programa de Reavaliação* tiveram o objetivo de deixar somente os objetos e uniformes que representassem "as atividades profissionais do povo em geral, como máquina registradora, máquinas de costura, ferramentas, máquinas de datilografia, calculadoras e uma maleta de médico" (ABREU, 2020, p.47). Dito isso, em referência ao uso do termo *profissão* está diretamente atrelado a curadoria do *Programa de Reavaliação*. Sendo assim, perguntamos: O acervo em exposição na vitrine do 'trabalho' assume o papel de metonímia das diferentes profissões?

1. A classificação do acervo da vitrine do 'trabalho'

Por meio da documentação museológica, disponibilizada pela plataforma Tainacan, foi possível identificar que a classificação do acervo da vitrine do 'trabalho' segue o mesmo padrão de classificação do Sistema Thesaurus. O qual usa como critério principal a originalidade do objeto quando feito para cumprir sua função social (FERREZ; BIANCHINI, 1987). Seguindo esse critério, o acervo da vitrine, cujos números de registros foram identificados estão organizados em quatro classes do Sistema Thesaurus do MHN:

Quadro 01: Classificação Thesaurus do MHN na Plataforma Tainacan.

Classe	subclasse
12. Objetos Pessoais	12.1 Acessório de indumentária
	12.4 Artigo de viagem/campanha
	12.6 Objeto de auxílio/conforto pessoais
	12.8 Peça de Indumentária
06.Trabalho	06.Trabalho (sem subclasse)
	06.3 Equipamento de artistas/artesãos
	06.4 Equipamento de atividades comerciais
	06.8 Equipamento de uso geral
	06.9 Equipamento médico
08. Insígnias	Sem subclasse
14.Medição/Registro/ Observação/Processamento	14. Medição/registo/observação/processamento (sem subclasse)
	14.2 Processador de dados
	14.1 Instrumento de precisão óptico

Fonte: Tainacan, 2023, (adaptada).

Com essa compilação, torna-se possível visualizar que a escolha dos objetos para representar o trabalho vai além da classificação do Sistema Thesaurus, uma vez que os itens expostos na vitrine abrangem diversas classes, ultrapassando a classe 06. Trabalho, e suas demais 12 subclasses. Nesse argumento, considerando que os objetos e uniformes na vitrine são os mesmos selecionados pela curadoria dos anos 2000, foi possível identificar que essa seleção de acervos para a sala 9 seguiu um padrão, ao que tudo indica, não intencional: primeiro criaram uma narrativa escrita para, posteriormente, localizar os objetos ilustrativos da narrativa. Esse processo foi localizado nas atas entre os meses de junho a outubro de 2010:

Cristina João sugeriu algumas palavras formando uma espécie de mosaico de palavras referentes aos direitos tratados. Antonelli tomou nota dos objetos sugeridos para uma melhor visualização da montagem da sala. Os objetos referentes ao trabalho ficarão todos nos direitos sociais (Ata, 2010)

Antonelli alegou que enquanto não houver um texto explicando o conceitual da sala não será possível realizar o projeto (Ata, 2010)

Cristiane explicou que não era propriamente um texto, mas um roteiro. Explicou que um título não basta, mas que é necessário um roteiro com as nossas intenções. Partindo dessa da Cristiane, Vera Tostes expôs um possível roteiro para sala 9 que Rafael ficou de sistematizar para entregar à museografia (Ata, 2010)

Como pode ser visualizado o debate em torno da seleção dos objetos para a sala 9, confirma que a escolha dos objetos pela curadoria está diretamente ligada à intenção comunicativa da narrativa e a definição de *museu-narrativa*, conforme apresentado por Myrian Sepúlveda (SANTOS, 2006). No qual, conforme Reginaldo Gonçalves destaca "os objetos tendem a desempenhar o papel de suportes materiais para as mensagens transmitidas" (GONÇALVES, 2005, p. 269). Assim, não é o acervo que dita a exposição, mas atua como um colaborador de uma história preexistente, sem considerar sua origem ou contexto. Conforme Miryam Sepúlveda (2006) essa abordagem encerrou o conceito de *museu-memória*, introduzindo novos desafios como "uma negligência em relação aos testemunhos materiais, uma vez que eles não são mais a origem da questão na exposição" (SANTOS, 2006, p. 70).

Com essas características, a proposta do *museu-narrativa* aparece também na maneira como a classificação desses objetos é conduzida. Portanto, o próprio *Sistema de classificação* carece de análises mais aprofundadas. Um exemplo emblemático é observado nos uniformes de trabalho e nos equipamentos de proteção individual, os quais, mesmo sendo criados originalmente com a finalidade específica de serem utilizados no ambiente de trabalho, estão classificados na *classe de objetos pessoais*.

A partir dessa reflexão abrangente, continuamos neste capítulo com a análise dos objetos e uniformes da vitrine do 'trabalho', por meio da documentação museológica, o que se desdobrou ao longo do capítulo em três perspectivas. Uma delas abordou a política de acervo; outra questionou as escolhas cenográficas, e a terceira destacou questões específicas da história do trabalho no Brasil.

2. A vitrine do ‘trabalho’ do Rio de Janeiro

A análise da documentação museológica revelou que, exceto por uma única máquina registradora que faz parte da Coleção de objetos dos Museus Históricos de Ribeirão Preto, São Paulo. A totalidade do acervo da vitrine provém ou faz referência a algum indivíduo ou instituição localizada na cidade ou no estado do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, as coleções que formam, em conjunto, os uniformes de trabalho, definidos tanto pelas indumentárias quanto pelos equipamentos de proteção individual, são provenientes, na grande maioria, de empresas prestadoras de serviços públicos na cidade do Rio de Janeiro, sendo um único item proveniente do ramo industrial do Estado. Dentre as instituições destacam-se:

Quadro 02: Instituições originárias dos uniformes de trabalho.

Instituição	Tipo de empresa
Companhia Municipal de Limpeza Urbana.	Economia mista. Capital majoritário da Prefeitura do Rio de Janeiro.
Light Serviços de Eletricidade S/A.	Empresa privada.
Empresa de Saneamento da Guanabara.	Empresa pública extinta em 1975.
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.	Estatal de economia mista. Capital majoritário Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Eletronuclear.	Sociedade anônima de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia.
Casa da Moeda do Brasil.	Empresa estatal.
Confederação Brasileira de Futebol.	Associação privada.
Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro.	Fundação de utilidade pública estadual.
Diretoria de Assuntos Culturais do Exército.	Instituição pública.
Guarda Municipal do Rio de Janeiro.	Autarquia pública.
Exército – Programa Nacional da Antártida.	Instituição pública.
Companhia Siderúrgica Nacional.	1941: Empresa estatal. A partir de 1993: multinacional de capital aberto.

Fonte: Autoral, 2023.

Conforme apontado por Lia Fernandes (2003), a coleta ativa dos uniformes de trabalho teve início em 2002. A autora explica que essa busca foi realizada por meio dos contatos da assessoria de comunicação do MHN com várias instituições públicas, privadas e pessoas físicas. Quanto à localização exclusiva no Rio de Janeiro, Cláudio Ribeiro (2007) revela que a intenção foi ampliar o acervo representativo do cotidiano brasileiro, incluindo “diversos personagens comuns de uma grande cidade brasileira, que constituem uma

complexa cadeia de atividades inseridas em uma sociedade de consumo, presente diariamente na vida das pessoas” (RIBEIRO, 2007, p. 449).

É possível supor que a proximidade geográfica entre o MHN e os locais de origem desses uniformes de trabalho facilitou a comunicação e coleta dos itens. Do mesmo modo, é possível pressupor que a cidade do Rio de Janeiro foi a vitrine da Nação no passado, quando se tornou capital da colônia portuguesa em 1763; em 1808 a sede do império português e; no final do século XIX como capital da República até meados do século XX.

No artigo *Museu Visita Rio de Janeiro: As leituras sobre cidade nos Anais do Museu Histórico Nacional*, Aline Magalhães e Elizabeth Rabello (1999) analisam, por meio das publicações dos Anais do MHN, a forma como o MHN estabeleceu relação com a cidade do Rio de Janeiro. As autoras apontam que, desde a criação do Museu, a cidade foi privilegiada como um símbolo nacional de modernidade, ícone do progresso e evolução de todo o país. Sendo, portanto, o acervo ligado à narrativa da cidade, de alguma forma, foi usado para transcender o Rio de Janeiro como uma representação da história do Brasil (MAGALHÃES e RABELLO, 1999).

Considerando que a coleta ativa ocorreu nos anos 2000, sua metodologia foi orientada pela *Política de aquisição de acervo de 1996*. Nessa política, estabeleceu-se que o MHN “deverá privilegiar, em sua ação de recolhimento, aspectos amplos que permitam uma percepção geral da história da sociedade brasileira” (MHN, 1996, p.10). Além disso, foram listados itens de uso comum que deveriam ser alvo de ações de incorporação:

Ferramentas - itens de ferramentaria manual, tais como pás, picaretas, enxadas, alicates, serrotes, martelos, chaves em geral, foices, etc., são representativos de incontáveis atividades profissionais, além de evocarem temas como desenvolvimento econômico, atividade industrial ou rural e especialização profissional, por exemplo (MHN, 1996, p.35).

Indumentária - o MHN possui importantes séries de indumentária civil e militar, algumas chegando, embora incompletas, aos meados do século XX; a indumentária é importantes índice do universo mental de uma sociedade, bem como da organização econômica e das tendências políticas; devem ser localizados itens de pronto- uso, indumentária profissional, indumentária militar moderna (inclusive insígnias e distintivos); é interessante que também sejam localizados calçados dos mais diversos tipos (MHN, 1996, p.37).

Portanto, a coleta dos itens expostos na vitrine, foi em consonância com a *Política de Acervo de 1996*, contudo apresentou lacunas na sua execução, uma vez que não há

orientação alguma na política de acervo sobre a preleção de localidades ou que houvesse algum destaque para a cidade onde o Museu está localizado.

Nesse sentido, a documentação museológica revelou aspectos que desconstroem os princípios orientadores da *Política de Acervo de 1996*. Do mesmo modo, questiona a missão institucional anunciada no Plano Museológico de 2020-2023, que visa tornar o MHN uma referência nacional e internacional como espaço para a produção de conhecimento sobre a história e a cultura material da sociedade brasileira. Portanto, tratando-se de ferramentas representativas “de incontáveis atividades profissionais” (MHN, 1996, p.35) e de indumentárias profissionais que são “índice do universo mental de uma sociedade, bem como da organização econômica e das tendências políticas” (MHN, 1996, p. 7), em escala continental, o território brasileiro possui 26 capitais. Cada uma delas se tornou historicamente um símbolo de ciclos socioeconômicos que, no conjunto, compõem a história do Brasil.

Nessa perspectiva, a documentação museológica, corrobora pelo equilíbrio entre “o que se sabe e o que não se sabe sobre o objeto” (RAMOS, 2004, p 32), entre “aquilo que é dito explicitamente e o que é deixado implícito” (VOLLI, 2007, p.148). Frente a questão, seguimos no capítulo com a perspectiva apresentada por Reginaldo Ramos (2004) ao dizer “se antes os objetos eram contemplados, ou analisados, dentro da suposta neutralidade científica, agora devem ser interpretados”, uma vez que estudar história dos objetos não abrange apenas os eventos passados, mas também envolve a expansão do entendimento da própria trajetória histórica contida nos objetos e nas forças culturais de onde emergiram. Afinal, com “quantas histórias se faz um objeto? Como foi feito? Por quem? Por quê? Quando? Como foi amado ou odiado? Como foi permitido ou proibido?” (RAMOS, 2004, p. 52).

3. Cenografia e documentação museológica

Embora haja lacunas informacionais devido à retirada das legendas contextualizadoras da vitrine do ‘trabalho’ pelo *Programa de Reavaliação*, algumas informações estão inscritas nos próprios objetos, que dependem da disposição cenográfica para se tornarem visíveis. Um exemplo marcante dessa reflexão está no contexto de três capacetes de proteção individual expostos no fundo da vitrine. A disposição desses itens, com as partes frontais voltadas para baixo, limita a visibilidade das logomarcas das instituições que representam, gerando uma lacuna na correlação sobre a quem ou ao que

realmente se referem. Sendo que pela disposição cenográfica, comunica visualmente que se tratar de alguma ambientação fabril industrial.

Figura 05: Capacetes de proteção individual.



Fonte: Foto autoral, 2023.

Pela análise da documentação, esses capacetes, conforme estampados na aba frontal, referem-se, respectivamente, a Empresa de Saneamento da Guanabara, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro e a Light Serviços de Eletricidade S/A.

A escolha cenográfica, seja ela intencional ou não em esvaziar os objetos de suas verdadeiras origens institucionais, os tornam signos abertos para representação social de quaisquer trabalhos que exijam o uso desse item de segurança. O que por um lado pode ser relevante para a proposta museológica do Museu consolidada no conceito de *museu-narrativa*, por outro atravessa a biografia existencial circunscrita na própria materialidade dos objetos.

Nessa mesma perspectiva dos elementos cenográficos, outro contexto provoca reflexões pertinentes à questão. Entre os equipamentos de proteção individual está exposto o *Protetor de Poeira*, o qual, tecnicamente, é um respirador purificador de ar do tipo filtrante para partículas.

Na disposição cenográfica, o protetor de poeira é posicionado no centro visual do fundo da vitrine, destacando a marca 3M na parte frontal do equipamento. Visualmente, por se tratar de um painel com vários equipamentos de proteção individual, a disposição sugere que o objeto representa o trabalho relacionado ao campo de produção da *3M Company*, que é especializada em equipamentos para segurança industrial, transporte, eletrônica e saúde. Contudo, devido se tratar de um item comum do século XXI, também pode ser interpretado como um elemento meramente cenográfico.

Quadro 03: Estudo da cenografia do protetor de poeira.



Figura 06: Imagem do Protetor de poeira no Tainacan Fonte: Tainacan, 2023.



Figura 07: Imagem do Protetor de poeira na vitrine do 'trabalho' Fonte: Foto autoral, 2023.

Fonte: Autoral, 2023.

Entretanto, a documentação museológica esclarece que a *3M Company* é o local de fabricação do objeto. Na realidade, o *Protetor de Poeira* pertence a Coleção de objetos doados pela Companhia Siderúrgica Nacional, portanto um vestígio material testemunho da importância histórica CSN não apenas para a industrialização de base no Brasil, mas também como pioneira na aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Além disso, tangência o papel pedagógico que o movimento organizado dos metalúrgicos da CSN desempenhou na formação da classe operária brasileira no final do século XX (MOREL, 1989).

Os dois contextos aqui apresentados revelam como a função comunicativa de qualquer exposição influencia diretamente as possibilidades interpretativas. Isso ressalta a necessidade de abordagens cuidadosas na construção das narrativas expositivas. Cada objeto dentro do museu, inclusive os mais comuns do nosso cotidiano, como um simples copo descartável, deve ser encarado como uma fonte potencial de informações e produção de conhecimento. Os objetos moldam e são moldados pelos seres humanos, sendo, portanto, uma historiografia da sociedade (RAMOS, 2004).

Nesse processo, cabe aos museus desenvolver uma linguagem museal baseada na expografia como um recurso para tornar as exposições inteligíveis. Isso implica que a expografia desempenha um papel essencial na transformação de conceitos e ideias em experiências concretas e acessíveis ao público visitante, incluindo nessa compreensão os elementos cenográficos, como iluminação, efeitos sonoros, tipografias, entre outros. Pois a cenografia, como parte da expografia, não apenas qualifica a apresentação visual, mas contribui para a compreensão e apreciação do conteúdo exposto (CURY, 2005).

Nesse aspecto, Régis Ramos (2004) destaca que exposições museais devem assegurar as dimensões estéticas e lúdicas, ao mesmo tempo que criam espaços para reflexão sobre as múltiplas interações com o tempo histórico: presente, pretérito e futuro. Contudo, o autor alerta que as exposições nunca devem perder o caráter de estudo sobre os objetos. Nesse sentido, expor é recolocar os objetos, sem desconsiderar sua exposição anterior, ou seja, a posição que ocupavam quando ainda desempenhavam um papel na regulação da vida social (RAMOS, 2004).

Por fim, a dimensão pedagógica do museu permeia todo o seu fazer museológico. Ao preservar não apenas os objetos, mas também as narrativas culturais que eles envolvem, o museu se transforma em um repositório valioso de conhecimento. Essa abordagem destaca a importância do museu como um espaço que vai além da simples conservação física de artefatos, assumindo a responsabilidade de preservar e transmitir as histórias culturais associadas a esses objetos (NASCIMENTO, 2014).

Nesse contexto, ao transformar os objetos em documentos, ocorre um processo que implica na institucionalização do esvaziamento de seus contextos originais. Isso possibilita a criação de uma nova camada de interpretação aos objetos (MENESES, 1980), sendo assim, qual o limite para que os objetos em exposição transcendam seus significados originais e adquiram um valor mais amplo para a compreensão da história e cultura?

4. Uniformes de trabalho

No MHN, os uniformes de trabalho estão vinculados ao acervo de têxteis e classificados no Thesaurus na classe 12. *objetos pessoais*, e na subclasse 12.8. *peça de Indumentária*. Portanto, a característica comum é possuírem tecido têxtil em suas composições (LIMA, 2011). Os uniformes de trabalho fizeram parte da coleta ativa dos anos 2000, pautada pela *Política de Acervo de 1996*. Lia Fernandes (2003) revela que uma grande quantidade de uniformes foi incorporada entre os anos de 2002 e 2003:

[...] uniformes completo de uso da segurança do próprio Museu, doado pela Transegur Vigilância e Segurança; uniforme completo do gari doado pela Comlurb, uniforme do engenheiro de plataforma de petróleo, doado por Marcelo Martins Amaral; uniforme completo - jaleco, calça, máscara e gorro - usado em um centro cirúrgico, doado pelo Dr. Ivo Pitanguy, um jaleco guarda-pó usado como uniforme de funcionário merendeira da LBA; doado pela senhora Cléia Gonçalves dos Santos, atualmente funcionária do MHN, uniformes completos de aeromoças e de pilotos, enviados ao MHN pela Varig, num total de 26 itens; uniformes completos de trabalhadores da Cedae (soldador, motorista, aguadeiro). abrangendo diversos tipos de macacão, capacetes protetores, coletes, máscaras, luvas isolantes, etc.; uniforme utilizado na proteção contra radiação atômica, incluindo uma vestimenta especial inflável, doado pela Eletronuclear, uniforme completo de operador de serviços de contas telefônicas, doado pela Telemar; diversos uniformes - de socorro, de passeio, de educação física, de praia - enviadas pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro; uniformes de proteção, usados na confecção de moedas e doados pela Casa de Moeda do Brasil; uniforme tradicional completo, incluindo gorro de fita e talim em couro branco, com presilhas e fivela em metal prateado, enviado ao Museu do Corpo de Fuzileiros Navais; uniforme completo - incluindo capacete para proteção contra impactos e riscos elétricos -, doado pela Light; uniforme masculino e feminino doados pelo Ministério da Aeronáutica; traje utilizado pela bailarina Ana Botafogo, doado pela Fundação Teatro Municipal; uniforme da Cia. Siderúrgica Nacional; um uniforme de jogador (camisa 9) e um de técnico, enviado ao Museu pela Confederação Brasileira de Futebol, já referentes ao pentacampeonato (FERNANDES, 2003, p. 149).

Entre tantos uniformes, foram selecionados, pela equipe curatorial dos anos 2000, sete uniformes para compor a exposição da vitrine do 'trabalho'. Não foi localizada na documentação museológica a intenção curatorial desta seleção. Portanto, seguimos com a metodologia de *análise de conteúdo*, por meio do que Igor Kopytoff (2008) indicou como percurso: "ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às pessoas" (KOPYTOFF, 2008, p. 92):

Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse seu 'status', a época e à cultura, e como se concretizam essas

possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fez? Quem a fabricou? Qual foi sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as “idades” ou fases da “vida” reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica velha? E o que lhe acontece quando sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p.92).

Finalmente, de acordo com Maria Peres (2003), “um indivíduo uniformizado não é identificado pelo seu nome, mas sim pela instituição que representa” (PERES e BARREIRA, 2003, p. 79). Em estudo sobre a dinâmica social incorporada ao uniforme de uma grande empresa, Rita de Farias (2010) oferece uma explicação crítica sobre o uso social dos uniformes:

[...] uniforme usado como roupa de trabalho, originariamente empregado pelos militares para implicar subordinação e ordem. Com esse mesmo intuito, ele foi transferido para os presídios, escolas e fábricas [...] (FARIAS, 2010 p.3)

Sendo assim, o uniforme de trabalho desempenha a função simbólica de transmitir informações sobre a profissão e ocupação de quem o veste. Em outras palavras, são “suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social” (MENESES, 1983, p. 112). Dessa forma, em seis dos sete uniformes de trabalho expostos na vitrine, ficam visíveis as atividades de trabalho correlacionadas, como gari, médico, jogador de futebol, militar e bailarina. Por outro lado, o uniforme oficial da Proantar não oferece visualmente a qual atividade de trabalho ou ocupação está associado.

4.1. Uniforme de Gari

O Uniforme de Gari integra a Coleção de sete objetos da Comlurb, sendo composto por calça, camisa, boné, par de luvas de couro e um par de sapato borzequim, sendo estes dois últimos utilizados como equipamentos de proteção individual. Esses itens foram doados pela própria empresa em 2002 e estão indexados com os seguintes termos: indumentária masculina, uniforme, uniforme de trabalho, trabalho, Comlurb, gari, limpeza da cidade. Na descrição, consta que participou da Exposição na sala Jenny Dreyfus de 11/10/2002 a março de 2003. Na vitrine estão expostos em um manequim a calça, a camisa e o boné.

Na Plataforma Tainacan, identificamos a existência de outro uniforme, doado em 2012, composto por chapéu, blusa e calça, todos os três itens registrados sob o mesmo número 298816. A descrição indica que fez parte da exposição *Museu Histórico Nacional*:

90 Anos de Histórias, realizada de 02/08/2012 a 03/03/2013. Na ocasião, esse uniforme de gari foi exibido ao lado de um casaco de senador do período do Segundo Reinado (AAMHN, 2012)

4.2. Uniforme Oficial da Proantar

Na vitrine, está exposto um casaco azul com a marca do Proantar – Programa Antártico Brasileiro e uma bolsa de tecido com a marca da *Esantar-Furg*. Apesar de aparentarem fazer parte de uma coleção oficial do Proantar, na realidade, fazem parte de um conjunto de dez itens do uniforme usados pela psicóloga e militar da Marinha Janaína Silvestre da Silva, como referência por ter sido uma das duas primeiras mulheres autorizadas a permanecer na Estação Antártica Comandante Ferraz em 2008.

Na descrição está registrado que o Uniforme é oficial e utilizado por “aqueles que se dirigem ao pedaço brasileiro no Continente Antártico”. Além disso, não há termos de indexação registrados para o casaco em exposição da vitrine. Nos demais itens da coleção, os termos de indexação são indicados; no entanto, não aparecem os termos *trabalho* ou mesmo *uniforme de trabalho*. Eles estão indexados como indumentária militar feminina ou acessório de indumentária militar feminino.

4.3. Uniforme da Bailarina

Na exposição, o Uniforme da Bailarina faz parte de duas coleções. O Tutu é registrado em nome da Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro e foi doado em 2002. Já o par de sapatilhas autografadas foi doado em 2012 pela proprietária, Ana Maria Botafogo Gonçalves Fonseca, conhecida como Ana Botafogo, famosa por ser a primeira bailarina profissional do Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

Na documentação, está registrado no campo de observações que, ao chegar no Museu em 2012, as sapatilhas foram encaminhadas diretamente para o setor de museografia, sem passar pela reserva técnica, conforme protocolo da Política de aquisição de acervos (MHN,1996).

A ficha catalográfica do Tutu é acompanhada por uma cópia do artigo “As políticas de aquisição do MHN (1922 x 1996): Do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação social brasileira” de Antônio Cláudio Lopes Ribeiro. O artigo faz uma menção sobre a doação de um uniforme de bailarina no período da coleta ativa em

2002. A ficha catalográfica também é acompanhada por uma matéria jornalística de 2004 sobre a Central Técnica de Produção do Theatro Municipal, onde são fabricados e conservados os cenários e os figurinos.

4.4. Uniformes do futebol

A Coleção da Confederação Brasileira de Futebol é composta por nove objetos doados em referência ao pentacampeonato do Brasil na Copa de 2002. Na vitrine, estão expostas a camisa autografada pelo técnico da seleção brasileira, Luiz Felipe Scolari, e a camisa de futebol número nove, atribuída pela documentação como ter sido usada por Ronaldo Nazário:

Camisa número 9 usada pelo jogador Ronaldo Nazário (Ronaldo). localização anterior: *rt1-sb1- cab*. Exposição na sala Jenny Dreyfus. Artigo: Ribeiro, Antônio Cláudio Lopes. As políticas de aquisição do MHN (1922 x 1996): Do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação social brasileira. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro. V. 39, p. 433-454, 2007 (Tainacan, 2023).

Nos envelopes das duas fichas catalográficas, há uma cópia do artigo “As políticas de aquisição do MHN (1922 x 1996): Do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação social brasileira” de Antônio Cláudio Lopes Ribeiro. Em relação aos objetos da Coleção da CBF, o artigo aponta que fizeram parte da coleta ativa de uniformes de trabalho em 2002.

Ambas as indumentárias, tanto a camisa do jogador de futebol quanto a do técnico, estão categorizadas na *classe 12 - objetos pessoais*, mais especificamente na *subclasse 12.8 - peça de indumentária*. Os outros itens da Coleção da CBF foram designados para a *classe 07 - lazer/desporto*. Da mesma forma, ambas possuem os termos de indexação *uniforme* e *trabalho*. É importante destacar que na documentação não há menção à assinatura na camisa do técnico, visto que a imagem na Plataforma Tainacan não apresenta o autógrafo

4.5. Uniforme do Médico

O Uniforme do Médico faz parte da Coleção do cirurgião Ivo Pitanguy e, durante o processo desta pesquisa, tornou-se emblemático devido à incongruência apresentada na

documentação museológica. O uniforme é composto pelo conjunto: jaleco, calça, gorro e máscara. Na tabela enviada pelo Núcleo de Exposição, esse uniforme foi descrito como "uniforme de enfermeira composto por camisa de meia manga e calça cinza, máscara e touca em estampa florida preta e laranja e estetoscópio preto" (grifo nosso). Na tabela, no lugar do número de registro, foi colocado um ponto de interrogação.

A partir dos termos e imagens, uma busca na Plataforma Tainacan, assim como na Plataforma Prodoc da Biblioteca Digital do MHN, revelou que o uniforme pertence a Coleção de itens do cirurgião plástico Ivo Pitanguy. Esse equívoco na documentação denuncia e evidencia como a falta de informações acerca do contexto original do objeto pode causar situações de desinformação na própria equipe do Museu. Na documentação, os quatro itens que compõem a Coleção têm como descrição "o Prof. Ivo Pitanguy, considerado um dos maiores, senão o maior cirurgião plástico do mundo". Em contraste ao desconhecimento do Núcleo Expositivo da correlação da indumentária ao médico cirurgião.

4.6. Uniforme militar

O Uniforme militar faz parte da Coleção de itens da Diretoria de Assuntos Culturais do Exército Brasileiro, vinculada ao Ministério da Defesa. Ao todo, são 26 itens classificados na classe *12. objetos pessoais*, na *subclasse 12.8. peça de indumentária*. Na vitrine estão expostas uma camisa e uma calça, para ambos os termos de indexação incluem: indumentária masculina, uniforme militar, Exército, Brasil, Ministério da Defesa e DAC. Em todos os itens da coleção, o *termo trabalho* e *uniforme de trabalho* não aparecem na documentação. Além disso, são descritos como indumentária masculina; ou seja, na coleção não há itens femininos. Na exposição, estão em destaque a camisa e a calça, ambas indicadas como sendo do tipo Uniforme 4º A2.

5. Considerações: Uniformes de trabalho

Quanto ao Uniforme de gari, a indagação sobre os motivos da exposição desse Uniforme persistiu desde o início da pesquisa. A primeira hipótese levantada foi que poderia ser uma referência ao Gari Renato Sorriso, que se tornou famoso após uma aparição performática na Passarela do Samba em 1997 e, posteriormente, tornou-se símbolo da cidade do Rio de Janeiro nos encerramentos dos Jogos Olímpicos de Londres. No entanto, o acesso à documentação descartou essa hipótese.

Foi durante a leitura e análise dos Relatórios de Gestão de 1995 a 2002 que identificamos uma extensa relação institucional entre o MHN e a Comlurb. No relatório de gestão desse período, destaca-se que, em 1995, o MHN estabeleceu uma parceria com a Regional Centro Administrativo Municipal para melhorar o entorno da edificação do Museu. Nesse contexto, foi formalizada uma colaboração envolvendo a Comlurb e a Fundação de Parques e Jardins. A relação entre o MHN e a Comlurb também é mencionada no Relatório de Gestão de 2010.

[...] as ações do Museu Histórico Nacional de caráter social, são desenvolvidas pela área de Projetos Sociais de Assessoria de Comunicação, que mantém os seguintes projetos: Projeto Comlurb – em contrapartida, espontânea, ao excelente relacionamento do Museu com a Companhia de Limpeza Urbana – Comlurb, foram cedidos espaços para reuniões e palestras da empresa e visitas periódicas dos garis para às exposições (Relatório de gestão, 2010).

Nesse sentido, a análise da documentação referente ao Uniforme de gari conduz à conclusão de que estes itens estão mais voltados para a culminância de uma parceria institucional entre a Comlurb e o MHN do que para a representação das questões relacionadas aos profissionais de limpeza pública em si. Isso justifica a opção pelo termo *uniforme de gari* nesta pesquisa, em vez de adotar o termo utilizado pelo MHN, que é *uniforme do Gari*. Ambos os uniformes foram doados pela empresa e não apresentam marcas de uso; estão devidamente higienizados, além disso, na vitrine não foram inseridos os dois itens de proteção individual que fazem parte obrigatoriamente do uso do uniforme. Ao optar por não expor o uniforme em sua totalidade, a curadoria deixa de abordar aspectos relevantes sobre os riscos da natureza ocupacional do trabalho dos garis. Esses riscos são regulados pela Norma Regulamentadora nº 15 de 2020, a qual define o trabalho dos garis com o mais alto grau de limites de tolerância para agentes físicos, químicos e biológicos.

Nem mesmo entre os equipamentos de proteção individual no fundo visual da vitrine, nenhum deles faz parte do Uniforme de Gari. E, ainda mais, podemos retornar ao capítulo 3 e lembrar que, na exposição da mineração, o uniforme do funcionário da Petrobras é exposto na qualidade de equipamento de proteção individual, com todos os seus elementos devidamente acompanhados. Há, por parte da curadoria do MHN, uma predileção ou graus de importância às ocupações de trabalho ou às instituições às quais esses uniformes representam?

Em relação ao Uniforme oficial da Proantar, tanto na vitrine quanto nas palavras de indexação da Coleção, o foco está em destacar o Programa Antártico Brasileiro. Do mesmo modo, na documentação, não há indicação do casaco azul se tratar de uma indumentária de uso militar. Sendo a biografia da doadora completamente invisível, tanto na composição cenográfica, quanto na documentação, onde no campo descrição é indicado como um uniforme usado por “aqueles que se dirigem ao pedaço brasileiro no Continente Antártico” (Tainacan, 2008). Além de estar no gênero masculino, a descrição esvazia completamente o fato de ser um uniforme usado por uma das primeiras mulheres a se hospedar na Estação Antártica Comandante Ferraz depois de 24 anos que a Estação foi inaugurada.

Nesse cenário, a invisibilidade da biografia desse acervo compromete o seu potencial pedagógico para a sociedade. A coleção não apenas registra uma história singular, mas também lança luz sobre a problemática da divisão social do trabalho por gênero. Para a sociedade, a questão se relaciona diretamente com o papel das mulheres na pesquisa científica, especialmente em contextos militares.

Por outro lado, a presença do autógrafo no par de sapatilhas do Uniforme da Bailarina sugere que a indumentária, como um todo, pertence à bailarina Ana Botafogo, confirmação esta que foi verificada na documentação disponível. Contudo, o documento relacionado a matéria jornalística de 2004, destacando o trabalho de diversos profissionais do Centro de Produção de cenários e figurinos do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, apresenta indícios que permitem inferir que o propósito da indumentária da bailarina, enquanto parte do acervo do MHN, vai além de ser uma vestimenta usada por uma artista renomada. Ele está também intrinsecamente ligado ao trabalho dos criadores de figurinos e cenários. Esses profissionais, apesar de invisíveis na exposição, desempenham um papel igualmente importante, pois são responsáveis por conceber e produzir vestimentas que não apenas complementam o personagem, mas também contribuem para a compreensão da trama e estimulam a imaginação do espectador (SABINO, 2007).

Em relação aos uniformes do futebol e da bailarina, sem desconsiderar os diversos mecanismos de trabalho envolvidos tanto no universo do futebol quanto em espetáculos culturais como o balé ou o teatro, à primeira vista, ocorre uma quebra na lógica da leitura visual da vitrine. Isso se dá, pois ambos estão mais fortemente associados ao tempo de lazer do que ao tempo de trabalho.

Por meio de inferências, podemos adentrar no domínio das ideias e aprofundar nosso entendimento, considerando que tanto o jogador de futebol quanto o(a) artista, no caso a bailarina, desempenham profissões regulamentadas pelo Estado. Que são aquelas

que não exigirem certificados ou diplomas de cursos superiores, porém o Estado estabelece parâmetros para validar essas ocupações. Isso se estende ao técnico de futebol, cuja profissão é amparada pela Lei nº 14.59. Nesse cenário, podemos inferir que esses uniformes expostos na vitrine têm o propósito de representar socialmente esses campos profissionais. Além disso, considerando a perspectiva de que as coleções, mesmo sendo personalizadas e centradas nos indivíduos, se configuram sempre em relação ao outro, nesse sentido, os itens do futebol e do balé poderiam ser analisados sob o viés da sociabilidade dos trabalhadores durante o tempo de ócio.

Em outra análise, é facilmente constatável, em diversos sites de conteúdo esportivo e de negócios, informações sobre o patrimônio milionário de Ronaldo Nazário ou o Ronaldinho, associado à camisa número 9 na exposição na vitrine. Ele acumulou uma fortuna expressiva, investiu em empresas e, conforme destacado por Pedro Dias (2022), sua conta bancária está estimada em cerca de R\$850 milhões. Quanto ao técnico da seleção, Felipe Scolari, associado à camisa autografada do técnico de futebol, foi reconhecido como um dos quatro técnicos mais bem remunerados do mundo, com uma fortuna anual de R\$8,9 milhões (PATI, 2014). Nesse contexto, tanto no caso do jogador quanto no do técnico de futebol, estamos lidando com ocupações profissionais, ou seja, atividades exercidas por profissionais reconhecidos, porém, não podem ser descritos ou comparados como trabalhadores ou a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2009).

Certamente, a premissa não se trata de uma generalização. Não restam dúvidas de que há atletas, seja jogadores de futebol ou outros, que se aproximam mais da definição de trabalhadores. Ademais, não podemos ignorar que o mercado de trabalho para jogadores profissionais incentiva jovens das periferias a buscar ascensão econômica por meio do futebol. A própria biografia de Ronaldinho aponta para a trajetória de um menino pobre que se tornou milionário via ascensão social pelo futebol.

Sobre a escolha curatorial de expor duas indumentárias autografadas - as sapatilhas da bailarina e a camisa do técnico de futebol – provocam reflexões pertinentes à proposta museológica contemporânea do MHN. Este optou, desde meados do século XX, por retirar aspectos biográficos dos objetos em exposição, visando afastar-se da fase museológica que sacralizava os heróis e figuras do passado, em prol de uma narrativa mais ampla, democrática e inclusiva. Diante desse contexto, surge a indagação: por que as assinaturas dessas indumentárias têm destaque, enquanto em outros casos não recebem a mesma ênfase? A reflexão que permanece é se há uma atribuição implícita de graus de importância aos indivíduos representados no acervo da vitrine. Essa aparente discrepância levanta

questionamentos sobre a consistência da abordagem museológica em relação à representatividade e valorização dos objetos em suas interações sociais.

Em relação ao acervo que representa a profissão médica, estes estão representados na vitrine por três conjuntos distintos: a indumentária do médico cirurgião, a mala do médico sanitarista e o microscópio ocular. Com exceção do microscópio, para o qual não foi localizada documentação, os outros dois foram identificadas suas biografias, tanto na documentação quanto visualmente na vitrine, no caso da mala etiquetada. Ambos apontam para profissionais liberais que não dependem do empregador para exercer suas atribuições, ou seja, não precisam necessariamente vender sua força de trabalho devido à natureza predominantemente intelectual de sua atividade.

Contudo, no campo da medicina, surgem variáveis complexas. O prestígio e o status social associados à profissão médica são históricos; no entanto, no Brasil, a regulamentação da profissão ocorreu somente em 2013, quando foi estabelecida a exigência de formação em cursos superiores de Medicina e a inscrição no Conselho Regional de Medicina.

Nesse contexto, apesar da identidade de profissional liberal, a classe médica também passou por mutações no mercado de trabalho. Tornaram-se funcionários do Estado em função do sistema público de saúde, e em outras situações, são consideradas pessoas jurídicas em hospitais e clínicas particulares, em função dos convênios de saúde. Dada a característica de serem profissionais liberais majoritariamente, é importante reconhecer a existência de proprietários de empresas, como clínicas, que, ao invés de venderem sua força de trabalho, compram a força de trabalho de outros. Assim, afirmar que o médico é uma representação dos trabalhadores no Brasil, torna-se impossível sem uma análise mais aprofundada do contexto em específico.

A respeito do Uniforme Militar do Exército Brasileiro, diversas questões suscitam reflexão. A própria história do MHN foi marcada pela intenção de Gustavo Barroso em criar um espaço museológico destinado a narrar a história e a memória das forças militares brasileiras. O propósito naquele período foi enfatizar a importância da lei, da ordem, da religião e da autoridade como valores morais fundamentais para a formação de uma nação civilizada e republicana.

Ao concentrar a análise somente na vitrine do 'trabalho', nota-se uma recorrência de referências aos militares. Além do Uniforme do Exército, destaca-se o Uniforme oficial da Proantar que faz parte da coleção da Capitã de mar e guerra Janaína Silvestre da Marinha. No agrupamento de objetos expostos no pavimento da vitrine, há a Calculadora de ferro da Coleção do Capitão de mar e guerra e o museólogo Cléber José das Neves Reis.

Além disso, a ausência dos termos indexação *trabalho* e *uniformes de trabalho* no Uniforme militar do Exército reflete como as forças armadas no Brasil se constituíram ao longo do tempo como uma categoria social à parte da sociedade. Algo que pode ser explicado pela sua função coercitiva em nome do Estado. Na classificação de ocupações brasileiras os membros das Forças Armadas, são categorizados como uma classe especial de trabalhadores públicos. Esse grupo heterogêneo possui competências diversas, sendo caracterizado por direitos e deveres estabelecidos por legislação específica (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, mesmo considerando as variáveis que demandam análises específicas, os militares geralmente desempenham ocupações improdutivas, uma vez que não estão diretamente vinculados à produção de *mais-valia*. Sua contribuição ocorre de forma indireta, por meio da manutenção do *status quo*, para o desenvolvimento contínuo do capital (ANTUNES, 2008) Por outro lado, há outras controvérsias. Alexandre Carvalho (2016) defende que soldados e militares de baixa patente devem ser considerados tão trabalhadores quanto os operários de uma fábrica ou professores de uma escola pública. O autor justifica sua posição com o argumento:

[...] me parece que à condição de assalariado é preciso equilibrar com as condições de existência. Recebem salário e têm condições de existência muito semelhantes ao dos que vivem na periferia como os trabalhadores. Sofrem com péssimos serviços públicos como os trabalhadores. Comem e compram nos mesmos lugares que os trabalhadores e aí por diante. Sua condição de existência é a mesma que os trabalhadores. Sua condição de assalariado é a mesma que os trabalhadores. Tem o mesmo tipo de patrão que os trabalhadores do serviço público. O problema é que pertencem à instituição burguesa mais reacionária da sociedade brasileira e por ela tem sua consciência condicionada. E a própria natureza de sua atividade é reacionária, já que são a força de coerção do estado burguês sobre as massas trabalhadoras. Mas não creio que isso nos autoriza a retirá-los da esfera da classe trabalhadora (CARVALHO, 2016, *on-line*)

Por fim, em relação à ausência de objetos ou indumentárias militares do gênero feminino, trata-se de uma escolha curatorial. Em buscas por palavras-chave na Plataforma Tainacan, foi possível identificar vários uniformes militares femininos das Forças Armadas. Além disso, o próprio uniforme do Proantar faz parte de uma coleção de uma mulher militar..

Ao tangenciar essa questão, é relevante voltar ao *Módulo Expositivo 1889 até a atualidade*, onde há em destaque um agrupamento de objetos relacionados ao movimento feminista. Essa coleção também recebeu tratamento como uma representação da inserção da mulher no mercado de trabalho. A tipografia da Coleção afirma: “[...] na história do Brasil, a defesa dos direitos das mulheres confrontou a tradição patriarcal. O ideal da condição

feminina definido pela maternidade e vida doméstica foi superado pela ampla participação das mulheres no mundo do trabalho e da economia” (Tipografia, MHN, 2023).

Aqui fazemos a ressalva de que as mulheres sempre estiveram presentes no trabalho, como nos lembra Rosa Luxemburgo (2017), as mulheres das camadas populares sempre tiveram que trabalhar arduamente. Nas sociedades primitivas, carregavam o fardo e coletavam alimentos; nas comunidades antigas, cultivavam e moíam cereais, além de fabricar panelas; nas sociedades escravagistas, serviam aos proprietários e amamentavam os filhos das mulheres das elites econômicas. Já como parte da classe operária, no século XIX, à medida que o número de fábricas de tecidos aumentava, crescia também a presença de mulheres e menores na indústria, recebendo salários inferiores aos dos homens (LUXEMBURGO, 2017).

Por fim, Ricardo Antunes (MIGLIOLI, 2022) afirma que as mulheres se tornaram maioria em muitas profissões e áreas de emprego. Assim, embora a legislação trabalhista garanta direitos fundamentais às mulheres, são elas que compõem a grande parcela da população classificada como pobre e estão mais sujeitas a condições de informalidade e precarização nas relações de trabalho. Portanto, para alcançar a equidade, é necessária uma conscientização não apenas sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho, mas também na sociedade como um todo. Nesse sentido, são questões pertinentes que poderiam ser abordadas nos museus, indo além do trabalho intelectual de mulheres de uma determinada classe social, como propõe a Coleção do Movimento Feminista ou como está representado pelo Uniforme da Bailarina.

6. Uniformes de trabalho: equipamentos de proteção individual

Os equipamentos de proteção individual são definidos como uniformes de trabalho, não apenas na classificação da documentação museológica, mas também na legislação trabalhista vigente, em consonância ao Artigo 166 da CLT. Assim, todo trabalho que tenha intrínseco em suas atividades o risco à saúde, a empresa deve fornecer, sem desconto na remuneração, os uniformes de segurança, bem como as orientações para o uso (BRASIL, 1977).

Na vitrine, os equipamentos de proteção individual compõem o fundo, como um mosaico cenográfico que, por falta de informações ou pela disposição cenográfica, sugere um cenário industrial. Contudo, conforme já mencionado, esses equipamentos estão majoritariamente vinculados a prestadoras de serviços públicos na cidade do Rio de Janeiro.

Da mesma forma, a maioria dos itens foram doados pelas próprias empresas e não pelos trabalhadores que usam o uniforme propriamente dito.

Apenas dois itens entre os equipamentos de proteção individual foram identificados terem sido doados por identidades civis e na documentação museológica faz referência a quem os utilizava. O primeiro é o capacete de segurança individual verde, registrado com o número 53036, descrito nos termos de indexação como “capacete usado pelo engenheiro (marido da doadora) em visita às obras de saneamento do estado, quando o governador era Chagas Freitas, cor verde - cor do saneamento” (Tainacan, 2023). Na ficha catalográfica do capacete, há uma anotação a lápis acrescentando o nome Nelson Portugal como o engenheiro citado na descrição. Ele desempenhou a função de diretor da Companhia de Saneamento da Guanabara por 11 anos. O capacete foi doado por sua esposa, Norma Botelho Portugal, a qual é referenciada na base de dados do MHN como pertencente a uma família de funcionários públicos, professora do Curso de Museologia da UNIRIO e funcionária do MHN a partir de 1986 (Base Arch-MHN, 2023).

O segundo item é o cinto de segurança com fivelas de metal, registrado com o número 43194, está indicado como pertencente a Anésia Pinheiro Machado, primeira aviadora brasileira. Na descrição, consta que o objeto “foi encaminhado a Vera Tostes para ser doado ao MHN pela esposa do embaixador Dário Moreira de Castro Alves, em Portugal, durante a inauguração da exposição de moedas do MHN em Santarém”. Apesar do cinto de fivelas estar disposto cenograficamente junto aos equipamentos de proteção individual, não é possível afirmar categoricamente que se trata de um equipamento de proteção individual. Os termos de indexação o definem como “indumentária feminina, aviação, Machado, Anésia Pinheiro (proprietário)”.

Assim, persiste a incerteza sobre se a exposição desse objeto se trata de mais uma invisibilidade cenográfica, resultante de uma escolha curatorial em transformar objetos em narrativas metafóricas. A qual conforme apontado por Ulpiano Meneses (1994), reflete uma falta de habilidade ou disposição para realmente envolver o objeto em sua totalidade e complexidade, considerando suas características intrínsecas, sua natureza única e suas nuances. Em vez disso, há a tendência de simplesmente enquadrá-lo em conceitos pré-existentes ou utilizá-lo como uma mera ilustração de ideias externas (MENESES, 1994) “Esta postura revela, assim, uma incapacidade de se defrontar com o objeto, de explorá-lo em seus próprios termos” (MENESES, 1994, p.28).

A exposição dos equipamentos de proteção individual na vitrine do ‘trabalho’, remonta a reflexão sobre como a questão da segurança no trabalho tem sido,

historicamente, uma pauta recorrente para sindicatos e organizações trabalhistas. Uma vez que, na ausência de leis de proteção, os trabalhadores estão mais suscetíveis a condições precárias e ambientes insalubres. Como Ricardo Antunes (2015) afirma, os "acidentes de trabalho e casos de doenças relacionadas ao trabalho não são fenômenos recentes, mas sim processos tão antigos quanto a exploração do trabalho em suas diversas formas" (ANTUNES, 2015, p. 470). Em dados mais recentes, o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (2023) informa que o Brasil ocupa a 4ª posição no ranking de acidentes de trabalho no mundo.

Sendo assim, as questões relacionadas à segurança do trabalho são especialmente importantes para a *classe-que-vive-do-trabalho*. Essa reflexão entra em ressonância com o que Ulpiano Meneses (1994) nos convidou a pensar sobre exposições museológicas: ideias ou objetos? Nesse sentido, os equipamentos de proteção individual não deixam dúvidas quanto à representação de um campo de ideias relacionadas à proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores. No entanto, na vitrine do 'trabalho' a visualidade expográfica, somada à falta de contextualização, limita a abordagem e deixa escapar a problematização social e trabalhista em relação aos acidentes de trabalho, ao que tange à prevenção ou ocorrência. Basta apenas lembrar que a *tragédia-crime de Brumadinho em 2019* se caracterizou por falhas graves na segurança e na gestão de riscos da Vale S.A. - indústria de mineração. Essa digressão serve para pontuar a gravidade e a importância de uma abordagem museológica crítica sobre as questões aqui mencionadas, as quais o MHN não consegue comunicar no formato proposto na vitrine do 'trabalho'.

7. Os objetos de trabalho na vitrine do 'trabalho'

Entre os objetos no pavimento da vitrine, em uma das bases menores, há três distintivos com inscrições da Guarda Municipal, ao lado de uma pequena bolsa marcada com uma cruz vermelha, símbolo dos primeiros socorros. Esses objetos fazem parte da Coleção dos 23 objetos da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. Os três distintivos estão na classe 08. Insígnias e, na vitrine, desempenham a função simbólica de representar os funcionários públicos do sistema de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Na documentação, dois deles estão descritos como parte do uniforme de trabalho do gênero feminino. Ao mesmo tempo, para os três distintivos, é indicada a expressão *indumentária civil*, o que vai ao encontro da definição jurídica da GM como uma instituição de caráter civil.

Em outra localização da vitrine, na documentação da mala com etiqueta identificando o nome do médico sanitarista Augusto Paulo Pinto, ela é descrita como "parte da doação de 392 fotos referentes ao trabalho de médico sanitarista da cidade do Rio de Janeiro na década de 40 do proprietário do objeto, Dr. Augusto Paulo Pinto". Sendo a Coleção doada por "Maria Marques L. Pinto" (Tainacan, 2023).

Para os demais objetos no pavimento da vitrine, na tabela enviada pelo Núcleo Expositivo, esses itens não tiveram seus números de registros identificados; no lugar, foi colocado um ponto de interrogação. A localização da documentação deles foi realizada por meio de pesquisa por termos de indexação no Tainacan, cruzamento por imagens no Google e nas redes sociais do MHN. Com esse método de pesquisa, ocorreu a identificação das coleções às quais os objetos pertencem.

Com exceção dos *sete bilros de madeira*, que se referem à fiação de rendas, e da caixa de madeira contendo ferramentas, que se refere à produção artística, os demais objetos são, visualmente e na documentação museológica, referências a atividades comerciais. Contudo, todos carregam em suas materialidades sinais do passado, uma vez que possuem uma aura de objetos históricos, evidenciada pelas marcas de uso, rachaduras, desgastes e composições materiais específicas de épocas. São objetos aparentemente insubstituíveis, pois comunicam um modo de fabricação não usual do tempo presente. Em outras palavras, no tempo atual, outras composições materiais são usadas para fabricar objetos com as mesmas funções sociais (MENESES, 1994).

Sendo assim, a documentação museológica, revelou que esses objetos fazem parte de uma coleta de acervo anterior a reformulação da política de aquisição de acervos de 1996. Em termos gerais, estão mais próximos da proposta museológica que o MHN se esforça em afastar desde as reformulações da década de 1960. Igualmente a documentação desses objetos vai ao encontro do que Ulpiano Meneses (1980) chamou atenção como um "novo problema à questão: a biografia das pessoas nos objetos" (MENESES, 1980, p.9), pois amplia ainda mais o escopo de investigação da cultura material.

Desse modo, a *Coleção Casa Marc Ferrez Cinemas Eletricidade Ltda* leva o nome do fotógrafo franco-brasileiro, reconhecido pelo registro das transformações ocorridas na transição do Império à República. Ele se tornou emblemático por documentar trabalhadores nas fazendas de café do século XIX, nas minas de Ouro Preto/MG, nas ferrovias e em outros projetos de desenvolvimento econômico e urbanístico no território brasileiro, incluindo as reformas urbanísticas no Rio de Janeiro no início do século XX (IMS, 2023, *on-line*).

Entretanto, na vitrine do ‘trabalho’, os objetos expostos dessa Coleção não traduzem a importância do seu trabalho como fotógrafo. Tanto a *máquina registradora* quanto o *portabobinas de madeira* estão vinculados ao estabelecimento comercial, que foi “representante dos principais fabricantes mundiais de equipamentos fotográficos e introdutor, no Brasil, das últimas novidades nessa área” (IMS, 2023).

A *Coleção dos Museus Históricos de Ribeirão Preto* foi mencionada tanto nas atas da comissão curatorial dos anos 2000 quanto na dissertação de Lia Fernandes em 2003. Em ambos a Coleção é identificada como emprestada pelo Museu do Café de Ribeirão Preto, visto que ela é composta por objetos relacionados à produção cafeeira do século XIX. Isso se justifica pela ausência, no acervo do MHN, de itens que representassem o ciclo econômico da cafeeira (FERNANDES, 2003). Com as informações obtidas pela documentação museológica e pela pesquisa de Lia Fernandes, é possível afirmar que a *máquina registradora de madeira* da *Coleção dos Museus Históricos de Ribeirão Preto* está deslocada do tempo histórico ao qual faz referência.

A *Coleção René Cognat* composta na vitrine por uma *caixa de madeira* contendo *ferramentas* é uma referência ao trabalho do pintor, artista e gravador *Edgard Cognat*. Os itens foram doados por seu irmão René Cognat, nome que a Coleção foi registrada na documentação. A biografia artística de Edgard Cognat destaca sua habilidade como gravurista, utilizando técnicas como xilografia e litografia, e pela conquista de diversos prêmios e exposições no Salão Nacional de Belas Artes. No acervo do MHN, além do quadro *A esmola*, mencionado no capítulo 4, há a obra *A Indústria do Vidro*, uma pintura óleo sobre tela que representa a “fabricação do vidro na primeira fábrica desse tipo no Brasil, localizada no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro” (Tainacan, 2023), ou seja, retrata a *Companhia Fábrica de Vidros e Crystaes do Brasil*.

A *caixa de vidro* com uma *pequena balança pratos* dentro, pertence a *Coleção de Cléber José das Neves Reis* - Capitão de Mar e Guerra da Marinha Brasileira e, também museólogo pela UNIRIO em 2003 (REIS, 2003), no Anuário do MHN de 2003 assinou o artigo “Uma “marca barroseana”: A primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional”, onde consta sua biografia:

Nascido no Rio de Janeiro, em 1951, é graduado pela Escola Naval em Ciências Navais. Comandou o Navio de Assistência Hospitalar Carlos Chagas, em 1989, e foi Capitão dos Portos no Estado do Piauí de 1993 a 1995. Cursou a Escola de Guerra Naval, concluído os cursos de Comando e Estado Maior e Superior de Guerra Naval. Em 1996, foi para a reserva no de Capitão-de-mar-e-Guerra. Em 2003, gradou-se museólogo pela UNIRIO (MHN, 2003, p. 214).

Por fim, a *Coleção Organização Contábil Adelino Motta* possui duas peças registradas no acervo do MHN, sendo exposta na vitrine: a *calculadora de ferro*, que “contém apenas números e teclas nas cores vermelho, preto e branco” (NE, 2023). A Coleção está vinculada ao português Adelino Moreira Motta, que, após prosperar na indústria da borracha na região do Pará, abriu uma empresa de contabilidade que se tornou centenária no Rio de Janeiro. Descrito como “um profissional experiente e respeitado, [...] inicialmente, a clientela era formada por pequenas firmas comerciais e individuais, de imigrantes portugueses, que confiavam nesta organização para iniciar suas atividades no Brasil” (OCAM, 2023, *on-line*).

Isto posto, esses objetos aqui descritos, na observação das fotografias do eixo dos direitos sociais antes do *Programa de Reavaliação*, é possível identificar que esses mesmos objetos já faziam parte da exposição; a maioria deles ficava em frente à vitrine. A pergunta que fica é por que esses objetos continuaram ou foram inseridos na vitrine do ‘trabalho’ pelo *Programa de Reavaliação do Módulo Expositivo Cidadania de 1889 até a atualidade*. Ainda cabe questionar, por que certos aspectos das biografias *dos e nos* objetos não são abordados, especialmente aqueles que poderiam trazer narrativas para a história e memória do trabalho livre e assalariado.

No ensejo do questionamento, uma única fotografia de Marc Ferrez sobre cenas do trabalho na virada do século XIX para o século XX possibilitaria várias abordagens sobre o tema. Do mesmo modo, a obra de *A Indústria do Vidro* de Edgard Cognat apresenta aspectos visuais e históricos bem mais relevantes para questões do trabalho no início do século XX, do que a obra *A esmola* exposta no entorno da vitrine. Uma vez que a fábrica de vidros referenciada na obra, assim como a Fábrica de Ipanema mencionada no capítulo 4, apresentam fontes históricas que acrescentam dados para historiografia do trabalho, a citar como exemplo, Claudio Deveikis (2019) aponta que a *Companhia Fábrica de Vidros e Crystaes do Brasil*, em 1908, tinha “empregados 360 trabalhadores, dos quais um terço eram crianças e cerca de 25 eram mulheres” (DEVEIKIS, 2019). Diante disso, existem no próprio acervo do MHN uma vasta possibilidade para expografias pertinentes ao trabalho livre assalariado no Brasil pós-industrialização.

Enquanto as biografias das pessoas nos objetos das coleções *Organização Contábil Adelino Motta* e *Casa Marc Ferrez Cinemas Eletricidade Ltda* nos levam a concluir que não se trata de objetos referentes à *classe-que-vive-do-trabalho* ou aos trabalhadores. Considerando que dessa definição estão excluídos os pequenos empresários e a pequena

burguesia urbana e rural proprietária (ANTUNES, 2008). Do mesmo modo, Celso Furtado (1999) argumenta que a classe trabalhadora é composta por aqueles e aquelas que destinam a totalidade ou quase totalidade de sua renda a gastos de consumo, enquanto a classe proprietária reserva parte de sua renda para investimento e aumento de capital.

Com essas definições, inferimos que a escolha curatorial dos objetos no pavimento da vitrine, sugere, estar mais alinhada aos critérios estéticos e biográficos do que a questões relevantes para a história e memória do trabalho no Brasil republicano pós-industrialização.

8. Considerações: Por dentro e por fora da vitrine do ‘trabalho’

Embora a tipografia do Texto 1 localizada ao lado da vitrine faça um apontamento para os direitos dos trabalhadores em relação ao direito de greve e a organização coletiva, dentro da vitrine os objetos e uniformes não fornecem elementos para ilustrar tais fatos. Conforme apontado no Apêndice A, em todos os ciclos políticos e econômicos do século XX, o movimento sindical operário atuou de alguma forma enfrentando governos populistas, ditatoriais, democráticos e neoliberais. E nesse sentido, na vitrine não há representação dos distintos momentos das contínuas lutas pelos interesses da classe trabalhadora.

O inconcluso *Programa de Reavaliação* da vitrine realizou modificações pontuais em relação a proposta curatorial dos anos 2000, assim o foco migrou de uma abordagem do trabalho com um direito social para uma representatividade da coletividade das profissões. Sendo assim, o acervo em exposição na vitrine do ‘trabalho’ assume o papel de metonímia na representação social de diferentes profissões.

Consequentemente, a ideia de profissão não serve como parâmetro para definição de trabalhadores ou *classe-que-vive-do-trabalho* uma vez que, dentro das clivagens das duas classes sociais antagônicas do sistema capitalista, a profissionalização é uma busca comum. Por exemplo, um advogado – profissional liberal pode ser além de herdeiro de um patrimônio milionário e ser diretor executivo de uma multinacional, quanto um outro advogado pode ser um trabalhador precarizado trabalhando de forma intermitente.

Conquanto, os objetos dentro da vitrine que estão mais próximos de representar os impactos da legislação trabalhistas, são os equipamentos de proteção individual, uma vez que a própria visualidade dos objetos emite sinais comunicacionais sobre o campo de ideias das quais fazem parte em uso na vida social. Sendo assim, a segurança no trabalho é um direito garantido, onde o Estado funciona como um regulador de parâmetros conciliatórios

entre o capital e os trabalhadores. Contudo, para o Estado assumir essa posição ele sofre pressão das organizações coletivas, com os sindicatos que expressam os interesses dos trabalhadores.

A discrepância da atribuição visual dos uniformes de trabalho, se confirma após o estudo da documentação museológica. Os objetos autografados transmitem destaque social para personalidades públicas. E apesar de alguns terem sido indicados como usados por alguém, não apresentam marcas de uso. Considerando apenas os sete uniformes de trabalho, apenas um foi doado pela própria usuária, os demais foram doados por empresas. Isso diz que a coleta ativa dos uniformes de trabalho dos anos 2000, se limitou a promover uma representação social dos empregadores – patronato – classe proprietária, em detrimento em atrelar a ideia de trabalho como o movimento e questões imbricadas na vida dos trabalhadores brasileiros.

Na documentação acessada, fichas catalográficas e pelo sistema Tainacan, não foi possível identificar os motivos e argumentos sobre o porquê da escolha desse acervo em específico, em meio a 1299 objetos cadastrados na *classe 06.Trabalho*. Nesse sentido, se há uma conexão entre os uniformes e objetos da vitrine, está na afirmativa de que todos os uniformes de trabalho da vitrine fazem menção a algum trabalho. Afinal, independentemente da classe social atribuída, seja capitalistas/burgueses ou os proletários/trabalhadores, todos empenham força física e mental para produzir algo.

Em outra perspectiva, a maioria dos uniformes de trabalho expostos na vitrine representam empresas de natureza pública ou público-privada, nas quais há predominantemente funcionários estatutários ou celetistas. Esses funcionários contam com proteções legais específicas. Nesse aspecto, corrobora para reflexão sobre a importância do trabalho formal e toda a rede de regulamentação trabalhista. Um exemplo que ilustra essa questão é o uniforme de gari, pois, embora esse trabalho seja frequentemente árduo e muitas vezes insalubre, exigindo força física e resistência, o fato de a Comlurb ser uma empresa público-privada e os cargos serem preenchidos por meio de concursos públicos confere aos trabalhadores direitos específicos. No entanto, quando as empresas de limpeza pública são terceirizadas e mantêm funcionários por meio de contratos de trabalho, esses direitos se tornam mais frágeis, assim “o Estado também terceiriza a gestão da força de trabalho e privatiza as relações de trabalho, desresponsabilizando-se das condições concretas de realização do serviço. O serviço prestado é público, mas a gestão da força de trabalho torna-se privada” (SANTOS, et.al., 2009, p.204).

A reflexão se faz pertinente, na medida que, conforme observado por Ricardo Antunes (1995), como resultado do projeto neoliberal da precarização do trabalho e da manutenção da constante ameaça ao desemprego, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho informal parcial, precário, terceirizado (ANTUNES, 1995).

Nesse sentido, o trabalho livre assalariado no Brasil sempre foi caracterizado por sua precariedade. O termo *livre* está diretamente ligado à superação das correntes da escravidão, mas outras formas de servidão moderna surgiram em seu lugar. Portanto, o direito trabalhista não se configura como uma condição fixa e predefinida, da forma como a tipografia do Texto 1 da vitrine afirma. Embora todos os trabalhadores sejam livres para vender suas habilidades pelo preço que desejam, em momentos de extrema necessidade, sempre existirão aqueles dispostos a trabalhar mais por menos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir percurso metodológico, identificamos que os Projetos de *Reformulações*, *Revitalizações* e *Reavaliações* no Circuito de longa duração estão diretamente relacionadas ao perfil das gestões do MHN. Mesmo com a participação na curadoria das exposições de funcionários do Museu ou, ainda, consultores externos, o que fica evidente nas expografias são as marcas do que foi considerado importante para ser deixado como legado da gestão, bem como o que foi questionado em relação à gestão anterior. Portanto, ampliando a reflexão realizada no Capítulo 1, ao citar Mário Chagas (1995) ao afirmar que os museus estão em movimento com as transformações societárias, os museus também estão em movimento pelas mudanças na gestão.

A partir do estudo, sobre o acervo em exposição na vitrine do ‘trabalho’ tornou-se evidente a predominância da linguagem metonímica adotada como proposta museológica do MHN a partir dos anos 1960. Ulpiano Meneses (1994) pondera que, ao se tomar a parte pelo todo, o objeto pode perder seu valor documental e ser transformado em um ícone cultural de valor puramente emblemático. Isso ocorre ao simplificar e mascarar a complexidade do objeto em seu contexto, não apenas em sua produção, mas em toda sua dimensão biográfica e nas transformações que o objeto sofre em seu sentido no tempo e no espaço.

Miryam Sepúlveda (2006) delineou a transformação do MHN, descrevendo sua transição de um modelo de *museu-memória* para um *museu-narrativa*. Essa mudança resultou não apenas no apagamento da memória contida nos objetos, mas também na alteração da abordagem desses, que passaram a ser considerados autônomos e capazes de representar ideias e valores sociais. Reginaldo Gonçalves (2007) complementa essa perspectiva, destacando que, no contexto do *museu-informação*, o objeto, antes sacralizado, transformou-se em um recipiente vazio, pronto para ser moldado por qualquer interpretação ou representação da história.

Contrariando essa abordagem, nas mídias de divulgação do MHN, as biografias *nos* e *dos* objetos são divulgadas como um elemento diferencial para a produção de significados e valor de importância do MHN. Como exemplo, em duas postagens na página do Instagram do MHN, a comunicação destaca o “vestido da bailarina carioca Ana Botafogo” e um “cinto que pertenceu à primeira mulher a pilotar

um avião no Brasil, Anésia Pinheiro”. Enquanto, em outra enfatiza que no acervo museológico possuem itens que remetem aos trabalhadores e suas profissões, como os “instrumentos que teriam pertencido ao dentista Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) no século 18 e peças mais contemporâneas [...]” (Instagram, MHN, 2018).

Desse modo, fica evidente que, embora os objetos possam transmitir sinais comunicativos por meio de suas características tridimensionais, a leitura das tipografias se torna obrigatória para captar as informações que orientam a exposição, especialmente na ausência de uma mediação educativa. Diante disso, a mera presença de objetos representativos de uma classe social ou um tema silenciado não é suficiente para que a comunicação museológica cumpra sua função social. Para ampliar a percepção e recepção dos objetos, é necessário instigar uma reflexão mais profunda sobre as escolhas e as ações humanas que influenciaram a criação e o usos desses objetos, considerando as forças sociais de onde emergiram. Essa análise crítica é fundamental para uma compreensão mais abrangente da história do trabalho no Brasil por meio do acervo do MHN.

Em relação à documentação museológica, a expectativa inicial desta pesquisa era que, dada a proporção histórica do MHN enquanto instituição, a documentação apresentasse um padrão de qualidade mais elevado do que foi efetivamente demonstrado. Desde o início da pesquisa, durante a busca por informações até o acesso à plataforma Tainacan, nos deparamos com diversos episódios de desinformação. É importante ressaltar que, no início desta pesquisa, a plataforma Tainacan não estava disponível para acesso público, tornando o acesso ao inventário do Núcleo de Exposição o único caminho possível para acessar a documentação do acervo em questão.

Assim, ao acessar as fichas catalográficas, observamos variáveis marcantes: algumas são preenchidas a lápis, outras mostram sinais de deterioração e não seguem um padrão único. Há fichas coloridas e em preto e branco, apresentando layouts distintos, e nem todos os campos são devidamente preenchidos.

Na Plataforma Tainacan, alguns objetos possuem descrições que não condizem com as imagens, como o caso da camisa do uniforme de gari, que na plataforma exibe a imagem de um vestido. Além disso, notamos uma recorrência de palavras escritas gramaticalmente erradas. Essas peculiaridades ressaltam a necessidade de uma padronização e revisão constante para garantir a qualidade e a precisão da documentação museológica.

Quanto às atas das reuniões da equipe curatorial dos anos 2000, é perceptível que nem todas contemplam informações documentais protocolares, como a data completa e assinatura dos participantes. Algumas delas exibem rasuras e erros de grafia. Essas características indicam que esses registros se assemelham mais a memórias das reuniões do que a documentos formais.

Contudo, a preocupação em registrar as reuniões reflete uma intenção pela documentação, contudo, em uma instituição com características voltadas para pesquisas, é necessário um tratamento mais cuidadoso dessas informações. A documentação museológica desempenha um papel importante, não apenas na preservação da memória e história dos objetos musealizados, mas também no registro das atividades de trabalho. Enquanto para os profissionais dos museus essas atividades são parte da rotina de suas atribuições de cargos, para pesquisadores externos, elas representam processos metodológicos que traduzem as políticas culturais, escolhas curatoriais, formatos e intenções subjacentes.

Ao examinar as atas da equipe curatorial dos anos 2000, observamos que os objetos de trabalho foram vinculados aos direitos sociais. Após treze anos de sua inauguração, o *Programa de Reavaliação* inconcluso alterou a proposta, reduzindo a quantidade de objetos expostos e transformando a exposição em uma metonímia das profissões. Mesmo assim, o fato de expor objetos relacionados ao trabalho, seja como uma metonímia das profissões, sem dúvida, representa um avanço museológico, quando comparado ao viés ideológico da fase inicial do MHN. Entretanto, a identificação dos sujeitos representados por esses objetos e uniformes exige uma leitura mais analítica e reflexiva para desvendar as nuances da história representada. Mesmo diante desse progresso museológico, é fundamental reconhecer a necessidade de uma abordagem mais crítica para compreender as camadas mais sutis e complexas que permeiam a representação histórica proporcionada pela exposição.

Para os museus, especialmente aqueles com a responsabilidade de preservar a história e memória nacional, urge a necessidade de oferecer espaços para abordar questões pulsantes do presente. Cumprir a função social dos museus implica em desenvolver ações museológicas que busquem a democratização da linguagem museal. Nesse sentido, a proposta de curadoria compartilhada apresentada pelo *Programa de Reavaliação do Módulo Expositivo Cidadania 1889 até a atualidade* demonstrou ser promissora. Considerando o tema da pesquisa aqui apresentada, essa

metodologia poderia ser aplicada na continuidade do Programa em relação a vitrine do 'trabalho'.

A ênfase na história da *classe-que-vive-do-trabalho* a partir dos próprios trabalhadores, abordando aspectos da história social do trabalho e seu desenvolvimento intrínseco às lutas sociais, em estreita relação com partidos, sindicatos e movimentos sociais, ofereceria uma abordagem que dá voz aos trabalhadores, enriquecendo a narrativa museal e promovendo uma compreensão mais inclusiva da história do trabalho no Brasil republicano democrático.

No Circuito de longa duração, a narrativa histórica do trabalho livre no Brasil tem início com a chegada dos imigrantes europeus. Antes desse período, o trabalho escravizado foi representado por objetos relacionados ao trabalho compulsório e cativo, como exemplificado na maquete da Fazenda do engenho da cana-de-açúcar no *Módulo Expositivo Portugueses pelo Mundo 1415 a 1822*. No entanto, essa perspectiva oferece uma visão simplista para as complexidades que envolvem a heterogênea *classe-que-vive-do-trabalho* atualmente. É essencial considerar que a escravidão assumiu diversas formas de exploração do trabalho. Algo que foi problematizado pela intervenção decolonial na Placa de ferro da Fábrica de Ipanema. Sinalizando, portanto, uma expectativa em relação a um revisionismo histórico no MHN.

As marcas deixadas pelo processo de colonização continuam a influenciar a sociedade brasileira. É essencial compreender que, em todos os períodos históricos, desde a colonização até a república democrática, houve a presença de trabalhadores livres e assalariados, do mesmo modo, que trabalhos *análogos a escravidão* coexiste ilegalmente na República. Portanto, a heterogeneidade da classe-que-vive-do-trabalho é resultado de uma série de eventos históricos, onde as nuances das relações de trabalho foram moldadas ao longo do tempo

Ao mergulharmos nos meandros da história do trabalho no Brasil, nos deparamos com episódios marcantes que moldaram a maneira como encaramos o trabalho e os desafios enfrentados pelos trabalhadores. No final do século XIX, surgiram formas de trabalho como os "escravos de ganho" ou "escravos jornalheiros" ou "ganhadeiros" sistemas que, à primeira vista, podem parecer distantes da nossa realidade contemporânea. No entanto, ao lançarmos um olhar mais atento sobre as intrincadas teias do tempo, percebemos que esses modelos do passado suscitam reflexões urgentes sobre o panorama atual.

A criação dos trabalhadores *just in time* e a *uberização* do trabalho, onde os indivíduos são levados a acreditar em uma ideia do moderno empreendedorismo, presumindo em ter liberdade para empreender em troca de pagar taxas às empresas de aplicativos, sem direitos trabalhistas ou acordos assinados, refletem um processo histórico de informalização do trabalho. Esses trabalhadores por encomenda executam tarefas sem garantias de direitos ou remuneração justa, assumindo, portanto, riscos e custos. Esta realidade contemporânea demanda uma análise crítica, estabelecendo conexões entre as experiências do passado e os desafios enfrentados pelos trabalhadores na sociedade atual.

Além disso, conforme mencionado no Apêndice A sobre a Greve Negra de 1857 em Salvador, bem como em tempos atuais, como o movimento organizado pelos trabalhadores por aplicativos engajados pela regulamentação de seus direitos, nos diz que há espaços nos museus para uma historiografia que transcende abordagens comuns, como em livros didáticos escolares e produções midiáticas. Quantas outras narrativas de resistências, lutas e conquistas podem ser representadas pela museografia?

A persistente pobreza econômica que impacta parte da *classe-que-vive-do-trabalho* no Brasil, evidenciada pela Coleção da Vila do Autódromo, destaca a necessidade da execução das leis e direitos sociais que foram criadas para proteger os mais vulneráveis dentro do contexto do sistema capitalista. Contudo, é fundamental ressaltar que essas garantias legais, nem sempre se traduzem em políticas de equidade ou na realização plena da ideia de cidadania. Muitas vezes, essas garantias são subjugadas aos interesses políticos partidários, revelando que alguns governantes não priorizam a implementação de medidas voltadas para o bem-estar desses segmentos da heterogênea *classe-que-vive-do-trabalho*.

Nesse contexto, ao colocar essa a *Coleção da Vila do Autódromo* ao lado de uma vitrine com uniformes do futebol, cria-se uma ironia histórica. Foi sob o argumento de preparar a cidade para os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo que vilas, como a do Autódromo, foram demolidas em nome da qualificação urbana. Seja uma provocação reflexiva de polos antagonistas ou uma mera coincidência não intencional, a questão ressalta a responsabilidade social das escolhas curatoriais em relação não apenas a seleção de acervos, mas do uso que fazem dos elementos cenográficos.

Além do mais, as ações coletivas dos sindicatos do século XX, preponderantes para a conquista de direitos trabalhistas, não aparecem na proposta museográfica do

Circuito de longa duração. Dessa forma, o legado deixado pela organização política reivindicatória da classe operária do século XX, que destacou a necessidade da formação da consciência de classe, fica silenciado. Nessa lacuna, uma museologia crítica passa a ser uma opção metodológica significativa, pelo potencial de provocar reflexões que vão além de uma história fatalista, na qual trabalhadores escravizados foram submetidos a torturas corporais e trabalhadores livres assalariados à precariedade existencial.

Nessa perspectiva, é viável a criação de espaços museológicos que cumpram a função de catalisadores para a mobilização e conscientização de ações que vão além da denúncia, mas que, ao mesmo tempo, anunciem propostas coletivas, engajadas por um futuro mais justo e equitativo para os trabalhadores e trabalhadoras.

Em conclusão, em seu primeiro centenário, o MHN não apenas avançou, mas também movimentou e criou ações de vanguarda, como pode ser visto nas abordagens decoloniais, bem como na proposta de curadoria compartilhada. E os avanços não cessarão. Em um último instante dessa pesquisa, em janeiro de 2024, foi anunciado o resultado da chamada Pública 01/2021, "Resgatando a história". Nessa iniciativa, o MHN receberá um patrocínio no valor de R\$ 11,3 milhões, proveniente de uma parceria estabelecida entre o BNDES, a Associação dos Amigos do MHN e o IBRAM. Esse aporte financeiro visa viabilizar obras de modernização que abrangerão duas etapas essenciais: o aprimoramento das instalações prediais e a requalificação da exposição, preservação do acervo, estruturação de espaços de acolhimento e apoio às publicações do MHN (Instagram, MHN, 2024).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, George. **Novas vozes na narrativa do Museu Histórico Nacional: uma análise da requalificação do Módulo cidadania da exposição de Longa-duração**. 2020. 30f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação museologia) - Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2020.

ABREU, Regina. O papel dos museus na construção de uma identidade nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio**. Rio de Janeiro, v. 28, p.37-65. 1996.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

ABREU, Regina. Transbordamentos do Nacional: vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses. MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Org.). **Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v.1, p.76-88. 2011.

Disponível: <https://www.reginaabreu.com/site/index.php/capitulos-de-livros-1>. Acesso jan. 2020.

ALBORNOS, Suzana. O que é Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1994. 102p.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. BOTTMAN, Denise (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 360p.

ANTUNES, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 29-237. 2003.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jGSb8jWJPtWKnTjcHw8B7Cn/>. Acesso fev. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. Confluências. **Revista Interdisciplinar de sociologia**. v. 10, nº 1, p. 43-61. 2008.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/2192>. Acesso fev. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 15ª ed., 2011. 288p.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 3ª ed., 1999. 287p.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. 336p.

ANTUNES, Ricardo. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno C R H**. Salvador: v. 28, n. 75, p.511-528, set./dez. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. Boitempo, 2011. 175p.

ARAÚJO, Vivian Greco Cavalcanti. de. **O Século XXI Coletado: Um estudo sobre a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional, seu uso, seus critérios e sua aplicação**. 2014. 259f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio - Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST. 2014.

ASCOM-MHN. Tela A **Tortura**. Disponível em: <http://mhn.museus.gov.br/index.php/obra-sobre-tortura-passa-a-integrar-a-exposicao-permanente-do-mhn/>. Acesso em abril de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 223p.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed., 2004. 230p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 272p.

BEZERRA, Rafael Zamorano. Valor histórico, exposição e restauração de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.42, p.159-182. 2010.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

BITTENCOURT, José. Grandes doações meias século depois. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v.38, p.10-19, 2006.

Disponível em <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. Richardson, John G. (Org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport: Greenwood Press, 241-25p. 1986.

Disponível em: https://home.iitk.ac.in/~amman/soc748/bourdieu_forms_of_capital.pdf. Acesso set. 2023.

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. **Professores de História em cenários de experiência**. 2012, 233f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte. 2012.

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Subjetividades e construção de sentidos na experiência de uso educativo do Museu de Artes e Ofícios. **MÉTIS: história & cultura**. p.253-270, jan./jun. 2018.

Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis>. Acesso set. 2023.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. *Coimbra*, v.103, p.25-52. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5532>. Acesso set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso set. 2022.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: MTE, SPPE. 3ª ed. 2010. 828p.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. 1943.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. 1998.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm. Acesso jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. 2017.

Disponível em: <https://l1nk.dev/PFvUw>. Acesso mai. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919 - Publicação Original**.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html>. Acesso outubro de 2023.

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831**. Brasília: Senado, 1931. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/>. Acesso dez. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso out. de 2023.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 486p.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: O imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 174p.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 231p.

CASTIGLIONI, Paulo; CIAVATTA, Maria. **O Rio dos Trabalhadores**. Youtube. 2022. 20 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CuDooAdduoA>. Acesso em abril de 2020.

CASTRO, Isis Pimentel de. **Entre batalhas: de relíquias ao revival da arte acadêmica**. 2018. 201f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. 2018.

CELLARD, André. **A Análise Documental**. POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (Org.). NASSER, Ana Cristina Arantes (Trad.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis. RJ: Vozes, v.2, p.295 - 316. 2008. Disponível em: <https://encr.pw/ltHW>. Acesso dez. 2023.

CERQUEIRA, Erika Moraes. **O passado que não deve passar: história e autobiografia em Gustavo Barroso**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

CHAGAS, M. S.; SANTOS, M. S. dos. A vida social e política dos objetos de um museu. **Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio**. Rio de Janeiro, v.34, p.195-223. 2002.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

CHAGAS, Mario de Souza. GODOY, Solange de Sampaio. Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro**, v.27, 31-60p. 1995.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

CHAGAS, Mario de Souza. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**. Departamento de Museologia da Universidade Lusófona, v. 41, p.5-16. 2011.

Disponível em: <https://acesse.dev/DBBoR>. Acesso set. 2023.

COELHO, Raquel Luise Pret. **Ver é conhecer: o processo de programa de reavaliação do museu histórico nacional (1982-1989)**. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Memória Social- Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora da Unesp, 8ª ed., 2008. 144p.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro**, v. 14. 2000.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FNsjBnkcM5S5dPpbSgwNPGB/abstract/?lang=pt>. Acesso: novembro de 2023.

CURY, Xavier Cury. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. **História ciência saúde-Manguinhos**. Fundação Oswaldo Cruz Rio de Janeiro, Brasil, v. 12, p.365-80. 2005.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/qshVzrR8BSgySG9b5WwcDLD/abstract/?lang=pt>. Acesso jun. 2022.

CURY, Xavier Cury. Reflexões sobre a importância pública das exposições antropológicas. **Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: USP, v. 7, p.77-87. 2008.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113497>. Acesso set. 2023.

DESVALLÉES, André, MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (Trad.). São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. 2013. 101p.

DEVEIKIS, Claudio. **Glass and Crystal Company of Brazil “ESBERARD”**. [Carnival Glass Worldwide](https://www.carnivalglassworldwide.com/esberard-by-claudio-deveikis.html).

Disponível em: <https://www.carnivalglassworldwide.com/esberard-by-claudio-deveikis.html>. Acesso dez. 2023.

DIAS, Pedro. **Qual o patrimônio de Ronaldo Nazário? Fenômeno tem investimentos.** Disponível em: <https://encr.pw/nrx9T>. Acesso out. 2022.

DOCPRO. **Biblioteca virtual do MHN.** 2023.

Disponível em: <https://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso nov. de 2023.

DUMANS, Adolfo. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, v.1, p.211-230. 1940.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso fev. de 2020.

DURAND, J. C. G. A serviço da coletividade-crítica à sociologia das profissões. **RAE - Revista de Administração de Empresas.** Belo Horizonte: Fundação Getúlio Vargas, v.15, n.6, p.59-69. 1975.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/39824>. Acesso 6 nov. 2023.

Farias, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho.** Tese doutorado (Antropologia Social). 2010. 225f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Ática, 1978. 438p.

FERNANDES, Lia Silva Perez. Acervo – um sentido a partir da classificação. **Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio.** Rio de Janeiro, v.34, p.131-149. 2002.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso fev. de 2020.

FERNANDES, Lia Silva Perez. **Museu Histórico Nacional: permanências e mudanças.** 2003. 133f. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro. 2003

FERREIRA, Marcelo Santana. A aquisição de objetos como escrita de memória em museus: uma análise do relatório final da comissão interna de política de aquisição do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio.** Rio de Janeiro, v.46, p.11-31. 2014.

Disponível em <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

FERREZ, Helena. Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **THESAURUS para acervos museológicos.** Rio de Janeiro: Fundação Pró-memória, v.2, p.1-87.1987.

Disponível em: <https://acesse.one/0FRN5>. Acesso jan. 2021.

FIGUEIREDO, Renata Dias de Gouvea. Reflexões acerca de uma crítica expográfica. CIANTEC – **Congresso Internacional em Artes, Novas Tecnologias e as imbricações da cultura contemporânea a popular.** São Paulo: PMStudium Comunicação e Design, p.485-491. 2012.

Disponível em: <https://criticaexpografica.wordpress.com/2013/03/05/reflexoes-acerca-de-uma-critica-expografica-artigo/>. Acesso jun. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto Pinto de. **A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 211p.

FONTES, Paulo. Museu e História do Trabalho: Algumas experiências internacionais. **Perseu: História, Memória e Política**. Fundação Perseu Abramo, v.2, p.327-334. 2008.

Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/165>. Acesso jun. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, v. 14, n.40. p.168-194, jan./abr. 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 35ªed. São Paulo: Editora Nacional, 2005. 238p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

GODOY, Solange Sampaio; LACERDA, Luiz Carlos Antonelli. Museografia e Museu: um estudo de caso nos 80 anos do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.34, p.167-188. 2002.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso fev. de 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n.60, p.5-25, 2005.

Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/285>. Acesso em 16 nov. 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, ano 10, n.22, p.15-36. 2005.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed. São Paulo: Expressão Popular Perseu Abramo, 2016. 632p.

HAHNER, June Edith. Pobreza e política: - 1870/1920. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. 428p.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no. Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global,1982. 136p.

HERMETO, Miriam. O trabalho na memória e na história do Brasil republicano. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v.67, n.103, p.131-146, jan./jun. 2021.

Disponível em: <https://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/71469>. Acesso jun. 2022.

HOBBSAWM, Eric. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Marcos Santarrita (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 632p.

IBRAM. **Política Nacional de Museus. Legislação e Normas, 2009**.

Disponível em: <https://www.museus.gov.br/tag/politica-nacional-de-museus/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ICOM. **Nova definição de museu**.

Disponível em: http://www.icom.org.br/?page_id=2173. Acesso jun. 2022.

IMS. **Marc Ferrez**. 2023.

Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/marc-ferrez/>. Acesso jan. 2023.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte, v.1, p.95-107. 2006.

Disponível em: http://www.sistemademuseus.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo.pdf. Acesso nov. 2022.

JULIÃO, Letícia; VASCONCELLOS, Lucas. Tempo e espaço como experiência no museu. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Universidade de Brasília, v.7, n.13, p.263-273. 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v7i13.17747>. Acesso: novembro de 2021.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; 26ª ed., 1981. 280p.

KNAUSS, P.; MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. **Sobre o colecionismo engajado no Museu Histórico Nacional. Em contato: comunidades, cultura e engajamento**. São Paulo, Museu da Imigração. 1-89p. 14/fev. 2019.

Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/uploads/portal/avulso/arquivos/em-contato-pt-final-rev3-compressed-compressed-06-03-2020-13-25.pdf>. Acesso ago. 2023.

KNAUSS, Paulo. Barco a seco: os museus de história e os impasses da gestão cultural no Brasil atual. **Passés Futurs**. França, v.11, p.2-11. 2022.

Disponível em: <https://www.politika.io/index.php/fr/article/barco-a-seco-os-museus-historia-e-os-impasses-da-gestao-cultural-no-brasil-atual>. Acesso dez. 2023.

KONDER, Leandro. "O que é dialética". Editorial Brasiliense, São Paulo, 1981. 87p.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. APPADURAI, Arjun (Org.). 2008. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF.. 2008. p.89-123.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 168 p.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX. **Revista Economia**. Dez., p.215-245. 2008.

Disponível em: https://anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf. Acesso jun. 2022.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História. São Paulo**, v.16, p.25-38, fev. 1998.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11185>. Acesso: novembro de 2021.

LIMA, Vera Lúcia. Entre tramas e costuras: a conservação preventiva na coleção de têxteis do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.43, p.259-277. 2011.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso fev. de 2020.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. **Revista Temas**. São Paulo: Ciências Humanas, nº 4. 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. Textos escolhidos, vol. I (1899-1914). STEFAN, Isabel Loureiro (org.). BOGNA, Fornos Klein; Pierzynski, T.; GRAZYNA, Maria.COSTA, Pedro Leão da Costa Neto (trad.). 2 ed., São Paulo: Editora UNESP. 536p.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; RABELLO, Elizabeth dos Santos. O Museu Visita o Rio de Janeiro: leituras sobre a Cidade nos Anais do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.31, p.107-120. 1999. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; AZEVEDO, Erika, CASTRO, Fernanda; SANTANA, Stephanie. Notas sobre a Diáspora Africana na exposição e nas ações educativas do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.51, p.44-64. 2019.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso fev. de 2020.

MARTINS, Ângela. A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro: um espaço urbano turístico na jovem república brasileira. RIO, Vicente del (Org.) **Arquitetura: pesquisa & projeto**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, p.121-146. 1998.

MARX, Karl **O Capital: a crítica da economia política**. Livro I. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 1493p.

MENDONÇA, Sônia. **A industrialização brasileira**. Editora Moderna, 1994. 136p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, n.1, p.207-22. 1993.

Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000866361>. Acesso no.2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista. São Paulo**, v.2, p.9-42. 1994.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n. 45, p.11-36, 2003.

Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/00132689>. Acesso fev. de 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.21, 1998.

Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O objeto material como documento**. 1980. Reprodução de aula ministrada no curso Patrimônio cultural: políticas e perspectivas, organizado pelo IAB/Condephaat.

Disponível em: <https://encr.pw/LUqEn>. Acesso dez. de 2023.

MENEZES, Antônio Júlio Neto; QUARESMA, Adilene, Gonçalves. O caráter ontológico do trabalho: implicações para a relação trabalho-educação. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, v. 20, nº.2, p.63-75, mai./ago. 2011.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8709>. Acesso: ago.2021.

Memorial da democracia. <http://memorialdademocracia.com.br/>. Acesso set-out 2023.

MIGLIOLI, Aline Marcondes. Entrevista com Ricardo Antunes. **Revista Fim do Mundo**. 2022. São Paulo: Unesp, nº8, p.268-300, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/14051/11242>. Acesso 21 de dez. 2023.

MOLES, Abraham. **Teoria dos Objetos**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981. 189p.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999. Disponível em: <https://acesse.dev/OVbrJ>. Acesso dez. 2021.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo, construção e crise da "família siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. 1989. 542f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.1989.

NATUSCH, Igor. **18 de março de 1953: trabalhadores promovem a passeata da "Panela Vazia", decisiva para a histórica Greve dos 300 Mil**. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/>. Acesso mai. 2021.

NASCIMENTO, Rosana. Documentação Museológica e Comunicação. **Cadernos de Museologia**. Portugal, v.3, p.33-43, 1994.

NAVARRO, Óscar.; TSAGARAKI, Chistina. Museos en la crisis: una visión desde la museología crítica. **Museos** Revista de la Subdirección General de Museos Estatales. Espanha, n.5-6, p.50-57. 2010.

OSST. **Observatório da Segurança do Trabalho: Promoção do meio ambiente do trabalho guiado por dados**. 2023. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em novembro de 2023.

OUTHWAITE, William. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. **Dicionário Oxford de Filosofia**. 1996.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, JUNHO, Carla Maria (Org.). **O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI ao XIX**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, p.187-207. 2002, PATI, Camila. **Os 10 técnicos mais bem pagos da Copa; Felipão é o 4º**. Disponível em: <https://exame.com/carreira/os10-tecnicos-mais-bem-pagos-copa-felipao-e-o-4o-da-lista/>. Acesso out. 2023.

MHN. **Decolonizar: um verbo, uma atitude" - Exposição "Brasil decolonial: outras histórias**. PALMEIRA, Isabel (Org.). Núcleo de Documento, História e Memória da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Numem/Unirio. Youtube. 2022. 15min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZVhQevYSY9Y>. Acesso em setembro de 2022.

PERES, Maria Angélica de Almeida; BARREIRA, Ieda de Alencar. Significado dos uniformes de enfermeira nos primórdios da enfermagem moderna. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.25-38, abr. 2003.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. CUNHA, Manoela Carneiro da (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 115-132.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo. Horizonte: Autêntica, 2ª Ed. 2005. 136p.

PM. **Plano Museológico 2020-2023**. Disponível em: <https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Museolo%CC%81gico-MHN-2020-2023.pdf>. Acesso em junho de 2022.

POMIAN, Krzysztof. Tempo/Temporalidade. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda. Enciclopédia Einaudi. v. 29, 1993. p.50-86.

PRET, Raquel. Expondo a novidade: análise da proposta conceitual de 1985 para o circuito permanente do Museu Histórico Nacional. **Anais Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 37, p.19-37. 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004. 178p.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 452p.

RIBEIRO, Antônio Claudio Lopes. As políticas e aquisição do MHN (1922 x 1996): do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.39, p.433-454. 2007.

Disponível em <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

RODRIGUES, Jayme. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. **Revista História Social**. Programa de Pós-Graduação em História do IFCH/UNICAMP, n.4/5, p.29-42. 1997.

Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/102>. Acesso em: 2 dez. 2023.

RÜSEN, Jörn; JAEGER, Friedrich. A cultura da memorização na história da República Federal da Alemanha. RÜSEN, Jörn (Org.). **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã**. Petrópolis: Vozes, 2014. p.89-146.

SABINO, Marco. **Dicionário da Moda**. 2007. 656p.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 33ª reimpressão, 1983. 86p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e Estado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília**, v.15, n.2, p.271-301. 2000.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/jhHKQtgxMTh5ZYxKFt38zpM/>. Acesso out. 2023.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Garamond, 2006. 144p.

SCHEINER, Tereza. Comunicação - educação - exposição: novos saberes, novos sentidos. Semiosfera - Revista de Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, v.4-5. 2003. Disponível em: <https://encr.pw/cBFry>. Acesso ago. 2021.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. **As Barbas do imperador. D. Pedro II: Um Monarca dos Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 1161p.

SHELTON, A. De la antropología a la museología crítica y viceversa. **Museo y Territorio**. España, nº. 4, p.30-41. 2011. Disponível em: <https://l1nq.com/BLigb>. Acesso jan. 2022.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e Arquivos de museus: características e funções. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Brasília, v.2, n.4, p 35-47. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16362>. Acesso dez. 2023.

SILVA, Francisco da. **A qual classe social pertencem os soldados da PM?. 2016**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/11/20/a-qual-classe-social-pertencem-os-soldados-da-pm/>. Acesso 15 dez. 2023.

SINGER, Paul. Cidadania para todos. PINKSY, Jaime; PINKSY, Carla Bazzanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, p.191-264. 2016.

SOUZA, Laura Mello de. **Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 323p.

TOSTES, Vera Lúcia Bottel. Museu Histórico Nacional, 80 anos. De fortaleza ao maior museu de história do Brasileiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.34, p.153-167. 2002.

Disponível em <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

TOSTES, Vera Lúcia Bottel; BITTENCOURT, José; FERNANDES, Lia Silva P. Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.27, p.61-78. 1995.

Disponível em <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

VALENTE, Jéssica. Reservas técnicas visitáveis: o caso do Museu Histórico Nacional e do Museu D. João VI. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.48, p.281-314. 2016.

Disponível em <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

VOLLI, Ugo. Manual da Semiótica. São Paulo: Loyola, 2007.

WILHELM, Vera Regina Barbu. Conservação preventiva: vitrines - ontem, hoje e sempre. **Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus**. set., 2005. Disponível em: <https://arquimuseus.arq.br/seminario2005/arquivos/artigos/S4-03.pdf>. Acesso setembro de 2023.

WILLIAMS, Darley. Sobre patronos, heróis e visitantes no Museu Histórico Nacional, 1930-1960. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.29, p.141-187. 1997.

Disponível em <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso jan. de 2020.

WOLFE, Joel. 'Pai dos pobres' ou 'mãe dos ricos'? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954". **Revista Brasileira de História. Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH**, v.14, n. 27, p. 27-60. 1994.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 3.ed., 2005. 212 p.

DOCUMENTAÇÃO MHN

Atas, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional. ASDG cx. 56.

Relatórios de Gestão 1995-2020. Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1995-2020. AS/DG cx. 49C. Relatórios impressos e datilografados.

MHN, 1996. Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional. 1996. Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional.

AAMHN, 2006, 2010, 2012. Boletim informativo Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional. 2006. Disponível em: <https://aamhn.org.br/boletins-aamhn/>. Acesso em mar. de 2021.

Plataforma Tainacan.

Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico>. Acesso 2023 e 2024.

Tipografias, MHN. 2023. Encontram-se nos módulos expositivos do Circuito de longa duração.

PUBLICAÇÕES ON-LINE MHN

MHN. <http://mhn.museus.gov.br/>. 2023. Acesso 2019 a 2024.

Tipografia, MHN. 2017. Disponível em: <https://l1nk.dev/wzmhk>. Acesso em dez. 2023.

Google arts e culture: Disponível em: <https://l1nk.dev/aKyil>. Acesso 2019 a 2024.

Base Arch-MHN. 2023. Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/>. Acesso dez. 2023.

Instagram, MHN. **Página do Instagram do MHN.**

Disponível em <https://www.instagram.com/museuhistoriconacional/>. Acesso out. 2022.

MHN, 2024. **Página do Instagram do MHN.** <https://l1nk.dev/L7A5k>. Acesso jan. 2024.

MHN. **Catálogos de Exposições e outras publicações do MHN\Do Móvel ao Automóvel: Transitando pela História.** 2009.

Disponível em: <https://acesse.dev/l6JXB>. Acesso nov. 2023.

MHN. Museu Histórico Nacional - **Projeto cultural BANCO SAFRA.** Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989.

Disponível em: <https://encr.pw/xjKUJ>. Acesso abr. 2023.

Anais do MHN. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn>. Acesso 2019 a 2024.

Facebook, MHN. Disponível em: <https://www.facebook.com/museuhistoriconacional>. Acesso set. 2021.

APÊNDICE A - Breve estudo: Trabalho assalariado no Brasil pós-Industrial

Apresentamos um breve estudo que fundamentou a análise do contexto social, político e cultural do trabalho assalariado no Brasil pós-industrial na Era Republicana. Adjetivar o trabalho livre como assalariado reflete a ideia de que todo trabalho assalariado é livre, mas nem todo trabalho livre é assalariado. O trabalho livre não assalariado, em seu sentido ontológico, apresenta formas alternativas de criar sociabilidade e troca de valores, que não necessariamente envolvem salário ou dinheiro. Um exemplo é o trabalho voluntário, definido como a “atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos” (BRASIL, 1998, *on-line*). Dessa forma, seus objetivos abrangem aspectos da sociabilidade, cultural, educacional, científica, recreativa, ou de assistência social, incluindo a mutualidade.

1. Capitalismo e industrialização: trabalho livre assalariado

De acordo com Ricardo Antunes (2011), no início do século XX, o Brasil "saltou quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial" (ANTUNES, 2011, p.19). Com o avanço do processo de industrialização e a abolição da mão de obra escravizada, o sentido de trabalho passa a seguir a lógica da economia capitalista, na seguinte sequência: capital, propriedade, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior e mercado mundial (MARX, 2008).

Consequentemente, o capitalismo como um sistema econômico orientado para o lucro e a acumulação de riqueza, fundamentado na propriedade privada dos meios de produção. Coexistem duas classes sociais predominantes: os capitalistas, conhecidos como burgueses, classes hegemônicas e proprietários dos meios de produção e do capital. E os proletários ou trabalhadores que desprovidos dos meios de produção oferecem sua força de trabalho para realizar tarefas específicas em troca de salários em dinheiro.

Nessa conjuntura, em uma economia de livre mercado, a distribuição de bens e serviços ocorre de acordo com a lei da oferta e demanda, com interferência mínima do Estado. Para maximizar o lucro, os proprietários dos meios de produção buscam

minimizar os custos operacionais, ao mesmo tempo em que elevam os preços das mercadorias ou serviços. Essa operação resulta na mais-valia.

Assim, no sistema capitalista, o trabalho livre assalariado está na base da reprodução social, ou seja, na manutenção e continuidade das classes sociais preexistentes. As faixas salariais determinam posições e status na sociedade, uma vez que estão diretamente relacionadas ao conceito elaborado por Pierre Bourdieu (1986) de capital econômico, cultural, humano e social. Isso pode ser interpretado como o poder de compra, que influencia o quanto pode ser investido em educação, lazer, consumo cultural e na rede social à qual um indivíduo pertence (BOURDIEU, 1986).

Na atualidade, a lógica perversa do capitalismo financeiro, fortalecida pelo neoliberalismo, encontra espaço nas regras trabalhistas vigentes. Uma vez que essas leis estão afinadas com a hegemonia capitalista e com os ideais de estado mínimo e de mercado livre, pois permitem a acumulação de capital por longos períodos sem controle estatal (BRAGA, 2014).

Assim, o valor positivo do trabalho do conceito ontológico diminui, dado que se torna uma submissão às leis do mercado. Além disso, além do trabalhador produzir de forma alienante à atividade a que está submetido, estabelece-se uma tensão constante a partir da ampla concorrência e da iminência do desemprego. Portanto, é a partir das relações capitalistas que o trabalho foi reduzido à ideia de emprego remunerado (FRIGOTTO, 2009).

Em contraste com a ideia de trabalho, que representa o esforço humano com um propósito que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca, o emprego, por sua vez, é a atividade exercida em troca de um salário em dinheiro. Nas economias de mercado capitalista, ele se torna a principal via para os trabalhadores conseguirem renda. Nesse emaranhado conceitual está o mercado de trabalho, que é a relação contratual entre quem compra e quem vende trabalho, envolvendo a remuneração do detentor dos meios de produção ao empregado. Por fim, a ocupação refere-se às atividades em empregos ou trabalhos diversos, representando o exercício das funções atribuídas.

Nessa perspectiva, no sistema capitalista, o emprego ganha outros desdobramentos. O trabalho formal, onde o empregador e o empregado estão cumprindo um contrato estabelecido pelas regras dos direitos e deveres de ambas as partes, é regulamentado no Brasil pelas normas da CLT. Por outro lado, o trabalho

informal consiste no desenvolvimento de qualquer atividade remunerada, mas sem vínculo empregatício, e, consequentemente, sem direitos trabalhistas assegurados.

Além disso, na contemporaneidade, o neoliberalismo criou o formato do trabalho intermitente, o qual passou a ser adotado pela sociedade com a ascensão do setor de serviços. Nesse formato, o vínculo do emprego ocorre de forma descontínua, alternando períodos de atividade e inatividade. Embora nessa modalidade haja o direito de receber as parcelas proporcionais a férias, décimo terceiro e repouso semanal remunerado embutido no valor da hora de trabalho, há uma constante instabilidade financeira para o trabalhador, que pode enfrentar longos períodos de inatividade.

No mais, embora algumas profissões já existissem antes mesmo do surgimento do capitalismo industrial, como aquelas ligadas à agricultura, comércio e ofícios manuais, a Revolução Industrial e os avanços nos modos de produção pelas tecnologias em expansão trouxeram a constante necessidade de especialização e formação contínua. Isso desencadeou o surgimento de novas profissões ou novas nomenclaturas para profissões antigas, como, por exemplo, o soldador passa a ser chamado de assistente de produção.

Nesse sentido de trabalho, houve uma intrínseca relação entre o trabalho e a educação formal como preparação profissional para o mercado de trabalho. Assim, os trabalhadores dominam partes específicas do processo produtivo, tornando as forças de trabalho hierarquizadas em uma estrutura salarial diferenciada com base na função e qualificação. Segundo José Durand (1975), o termo "profissão" refere-se a uma ocupação que exige educação sistemática e prolongada, avaliação e autocontrole pelos pares, além de legitimação da ação profissional em prol do serviço prestado à comunidade. Essa atividade é regulamentada legal e eticamente para competição econômica entre seus membros e outras categorias.

Outra parte importante no processo das relações de trabalho formais são os sindicatos, que reúnem os trabalhadores de cada categoria profissional e, de forma conjunta, negociam com os empregadores melhores condições de trabalho e salários.

2. Classe trabalhadora brasileira no século XXI

Ricardo Antunes (2008) afirma que, no século XXI, a classe trabalhadora não se alinha mais exclusivamente ao perfil do operário da fábrica. O autor destaca que

as mutações no mundo do trabalho trouxeram outras questões para a arena das tensões e disputas entre capital e trabalhadores, nesse cenário a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* amplia o conceito de classe trabalhadora para abranger a totalidade dos trabalhadores assalariados. Embora a expressão mantenha a centralidade no trabalho produtivo - aquele que gera diretamente mais-valia e participa ativamente do processo de valorização do capital - a expressão inclui simultaneamente os trabalhadores improdutivos - formas de trabalho utilizadas como serviços, seja para uso público ou para o capitalista, que contribuem indiretamente para a criação de mais-valia, por meio da manutenção do *status quo*.

[...] procuraremos manter essa “distinção”, ainda que de modo não rígido: usaremos “proletariado industrial” para indicar aqueles que criam diretamente mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital, e utilizaremos a noção de classe trabalhadora ou *classe-que-vive-do-trabalho* para englobar tanto o proletariado industrial, como o conjunto dos assalariados que vendem a sua força de trabalho (e, naturalmente, os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital) (ANTUNES, 2009, p.103).

Além disso, Antunes (2008) destaca que a *classe-que-vive-do-trabalho* abrange a totalidade dos trabalhadores assalariados não é homogênea. Existem clivagens de situações e condições de trabalho dentro dessa classe, como trabalhadores classificados de acordo com as distintas faixas remuneratórias em função da qualificação. Essa visão ampliada da classe trabalhadora realça a complexidade e a densidade desse grupo social.

[...] também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos McDonalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon (1995), os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo (1996 e 1996). os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital, e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 1999, p.50).

Essa perspectiva está alinhada com o economista Celso Furtado (2005), para quem a classe trabalhadora é composta por aqueles e aquelas que destinam a

totalidade ou quase totalidade de sua renda a gastos de consumo, enquanto a classe proprietária reserva parte de sua renda para investimento e aumento de capital.

Paul Singer (2016), por sua vez, destaca que os trabalhadores autônomos são aqueles que produzem com seus próprios meios de produção, seja de forma individual ou associada. Eles não estão subordinados a um empregador e têm autonomia na organização de seu trabalho. No entanto, para serem considerados trabalhadores, os autônomos não devem possuir empregados, pois, nesse caso, estariam classificados como capitalistas, uma vez que teriam meios de produção e explorariam o trabalho alheio.

Nessa perspectiva, Ricardo Antunes (1999) afirma que do conceito de classe trabalhadora estão excluídos os gestores do capital, seus altos funcionários, que desempenham um papel de controle no processo de trabalho e na reprodução do capital dentro das empresas, recebendo rendimentos elevados. Além disso, são excluídos aqueles que, possuindo capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. Também estão fora desse conceito os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária (ANTUNES, 1999; 2008).

Por fim, Singer (2016) e Antunes (1999, 2008) argumentam que aqueles que não exercem atividades remuneradas também são considerados parte da classe trabalhadora, uma vez que enfrentam dificuldades de sobrevivência devido à falta de trabalho e, conseqüentemente, de recursos financeiros.

Essa ampliação do conceito de classe trabalhadora, proposta por Antunes (2008), Furtado (2005) e Singer (2016), inclui diferentes grupos sociais que compartilham a condição de dependência do trabalho para sua subsistência, independentemente de estarem envolvidos em emprego assalariado, trabalho autônomo ou não terem atividades remuneradas.

Essa perspectiva ressoa com a realidade do trabalho na era neoliberal, onde predomina a presença de trabalhadores no mercado informal, subempregados ou em formas precárias, sem garantias de direitos trabalhistas e vivendo em condições de instabilidade e incerteza. Isso gera uma dificuldade em estabelecer uma identidade coletiva no mundo do trabalho, a ponto de algumas categorias não se reconhecerem como classe trabalhadora, em espelhamento ao que foi o movimento operário no século XX. A ausência de estruturas organizativas e coletivas dificulta a mobilização e a defesa dos direitos e interesses desses trabalhadores, deixando-os vulneráveis à exploração e manipulação.

Em conclusão, diante do desalento neoliberal, Ricardo Antunes (1999) nos diz que se torna imperativo conceber um projeto alternativo que resgate os valores fundamentais da humanidade. Uma abordagem inicial para essa iniciativa consistiria em desenvolver uma crítica contemporânea e profunda sobre a (des)sociabilização da humanidade sob a influência do capital. Contudo, é essencial focar nas ações sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, exemplificado pelo que o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* vem fazendo desde sua criação em 1984, engajado em lutas sociais concretas, como o direito à terra. Além disso, na visão do autor, três eixos são preponderantes para a construção de uma sociedade para além do capital: os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos políticos, que desafiam e confrontam a lógica destrutiva do capital.

3. Breve trajetória: Movimento organizado dos trabalhadores do Brasil

Para o historiador João José Reis (2019), a Greve Negra de 1857 em Salvador, orquestrada pelos ganhadeiros – africanos escravizados, libertos ou livres que desempenhavam funções de transporte de mercadorias e pessoas – deve ser considerada uma etapa inicial na construção de uma cultura de lutas pelos direitos trabalhistas. Em suma, a greve foi uma resposta à tentativa de controlar a circulação dos ganhadores. O poder Municipal soteropolitano criou uma lei que obrigava o registro e a identificação, afixada no corpo, além de proibir a reunião dos ganhadores no que era socialmente conhecido como o "canto do trabalho". Para a execução desse processo, a lei exigia o pagamento de uma taxa, e no caso dos libertos e livres, era necessário ter um fiador. No mesmo dia em que a lei foi anunciada, iniciou-se uma greve que durou 10 dias de paralisação das atividades. Sem condições de combater, o poder municipal revogou a lei e apresentou uma nova considerando alguns pontos reclamados, como a retirada da obrigatoriedade do pagamento da taxa e a manutenção do "canto do trabalho".

Em uma perspectiva macro, no Brasil, as iniciativas embrionárias do movimento pelos direitos trabalhistas surgiram no final do século XIX, incluindo associações de socorro mútuo entre os diversos segmentos profissionais, a formação de ligas operárias, a realização de greves por causas específicas e a circulação de jornais independentes que propagandeavam as bases ideológicas das causas pleiteadas, como o anarquismo e o socialismo. Assim, até o início do século XX, o movimento operário era independente, emergindo das questões existenciais

específicas dos segmentos proletários. Nesse contexto, germinaram as influências anarquistas, socialistas e comunistas.

1900 - Greve dirigida pelo Grêmio Popular dos Estivadores, greve dos trabalhadores do calçado, greve dos cocheiros;
 1901 - Greve dos trabalhadores das pedreiras reduz a jornada de trabalho para 10 horas diárias;
 1903 - Greve geral 25 mil trabalhadores;
 1904 - Revolta da vacina;
 1905 - Greve na Companhia de bondes, greve na Fábrica de Chapéus Mangureira, greve na fábrica de sapatos Martins Tinoco CIA, greve dos trabalhadores têxteis;
 1906 - I congresso operário do Brasil com predominância da tendência anarco-sindicalista), greve generalizada de operários;
 1907 - Congresso Federal aprova lei de expulsão de estrangeiros;
 1908- Greve dos trabalhadores de gás, Fundação da COB;
 1910 - Revolta da chibata (marinheiros);
 1911 - Greve dos trabalhadores da Light, greve dos tecelões de Deodoro, greve dos sapateiros;
 1913 - Comício no Largo São Francisco (mais de 10.000 pessoas) II Congresso da COB;
 1914 - Greve na Estiva no Rio e na Cantareira (Niterói) criação da Comissão Popular de Agitação contra guerra;
 1915 - Anarquistas organizam o Congresso Nacional da Paz em protesto contra a Guerra Mundial. (CASTIGLIONI,2006).

No início do século XX, houve uma significativa efervescência do movimento operário com inspiração anarco-sindicalista. Esse processo ocorreu simultaneamente à industrialização na América Latina, que, já nos anos de 1920-1930, experimentava os primeiros impactos derivados do taylorismo e do fordismo (ANTUNES, 2020).

Com a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial gerou exportações de produtos, as consequências foram redução na quantidade e aumento no preço de alimentos básicos e intensificação do trabalho. Em 1917, coordenada por anarquistas e socialistas, as greves originadas em fábricas têxteis, questionando as más condições de trabalho e o aumento do custo de vida, motivada pela morte de José Martinez, militante anarquista, durante a repressão a um protesto operário, desencadeou greves em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (Memorial da democracia, 2023).

1917 - Acirramento do movimento contrário a 1º Guerra Mundial;
 1918 - Greve dos operários têxteis no Rio, Niterói e Magé grande simpatia e influência da Revolução Russa nos movimentos operários;

1919 - Grande comemoração do 1º de maio, Praça Tiradentes, Greve dos Tecelões, Sindicato da Construção Civil decreta por conta própria a jornada de oito horas diárias;
1920 - Greve da Leopoldina Railway, III Congresso Sindical Brasileiro;
1922 - Formação do Partido Comunista Brasileiro.
(CASTIGLIONI, 2006)

Com as ações dos sindicatos de forma independente, Getúlio Vargas criou normativas para controlar os sindicatos por meio de regulamentações, estabelecendo um pacto social no qual os trabalhadores eram considerados novos atores sociais que necessitavam da tutela do Estado e de seu líder. Através dessa tutela, eles aprendiam a cooperar com seus chefes e com o Estado (WOLFE, 1994, p.53).

Com isso, o sindicato da era Vargas tornou-se essencialmente um órgão assistencialista, com centros de saúde, serviços, assistência de advogados, espaços de lazer etc. Por meio da criação do imposto sindical, eram garantidos os recursos necessários para a manutenção dessas associações. A lei de enquadramento sindical permitia que o Estado controlasse a criação de novos sindicatos (ANTUNES, 2008, p.26).

Ao mesmo tempo, Getúlio Vargas conseguiu a façanha de unificar as reivindicações das classes trabalhadoras urbanas nas Leis de consolidação do trabalho e na Justiça do Trabalho o que gerou uma grande empatia da massa trabalhadora. Com o discurso centrado na harmonia entre o capital e o trabalho, ficou conhecido como o pai dos pobres (WOLFE, 1994). Para Adalberto Cardoso (2019) o trabalho livre assalariado e fim da abolição somente se efetivaram de fato com a promulgação da Consolidação das leis do trabalho, com o salário-mínimo e a jornada de trabalho limitada.

Sônia Mendonça (1994) destaca que outro momento importante para construção da identidade do trabalhador brasileiro foi o período 1956-1964, quando o governo de Juscelino Kubitschek optou por desenvolver, com livre participação do capital estrangeiro, o setor de bens de consumo duráveis – automóveis, eletrodomésticos e similares. O que gerou expansão do parque industrial brasileiro, nos moldes do fordismo e taylorismo, com postos de trabalhos para mão de obra não qualificada e qualificada.

No entanto, essa expansão não garantiu automaticamente uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores urbanos. Com a migração em massa do campo para a cidade, impulsionada pela busca de emprego no crescimento urbano-industrial,

trouxo consigo desafios sociais em relação às condições de moradia, saneamento básico e acesso a serviços de saúde.

Nesse ensejo, em 18 de março de 1953, a passeata *Panela Vazia* reuniu 60 mil pessoas em São Paulo. Uma semana depois, 300 mil trabalhadores de diversos setores realizaram greves. Com sindicatos atrelados à estrutura corporativista, conforme regra vigente, os trabalhadores formaram *comitês de empresas* e uma *Comissão Intersindical*, reformulando a organização sindical. Apesar de 400 demissões, a greve resultou em um aumento salarial e na indicação de João Goulart para o ministério do trabalho no governo Vargas (NATUSCH, 2023).

Nos anos 1960, surge o Comando Geral dos Trabalhadores, símbolo de um rompimento entre os sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho nos moldes getulistas. Embrião das centrais sindicais, o CGT, promoveu as primeiras greves de caráter declaradamente político da história brasileira, além de inserir as discussões sobre as reformas de base no coração da esfera pública nacional (Memorial da democracia, 2023).

Em outubro de 1963 uma greve geral em São Paulo, paralisou quatorze categorias abrangendo 700 mil trabalhadores. A chamada “Greve dos Setecentos Mil”, estendeu-se por cinco dias mobilizando metalúrgicos, trabalhadores têxteis, gráficos, químicos, marceneiros, empregados nas indústrias de laticínios, de trigo, massas alimentícias, curtume, bebidas, mobiliários, artefatos de couro e calçados. O movimento expandiu para cidades do interior, litoral e Grande São Paulo. Foram conquistadas as reivindicações salariais, mas não as reivindicações políticas (Memorial da democracia, 2023).

Com João Goulart na presidência, havia uma eminência das reformas de base, pleiteadas pelos movimentos sindicais urbanos e ligas camponesas dos trabalhadores rurais. Em meio a esse clima, em 1964 foi dado o golpe de governo militar civil que durou vinte anos.

A Ditadura Civil-militar desde o princípio demonstrou sua clara propensão repressiva em relação ao movimento sindical e à classe trabalhadora. Apenas dois partidos, oficialmente estabelecidos pelo regime, foram autorizados a operar, ao passo que todos os demais foram declarados ilegais. A intervenção da ditadura colocou diversos sindicatos na ilegalidade: o Comando Geral dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes e o Partido Comunista Brasileiro. Adicionalmente, diversos parlamentares vinculados à esquerda política tiveram seus mandatos cassados. Esse

período assinalou o início de uma fase complicada para o movimento operário e popular no Brasil, prolongando-se por mais de duas décadas (Memorial da democracia, 2023).

Diante do declínio da economia durante a Ditadura Civil-Militar, especialmente após o período do milagre econômico e agravado pela crise do petróleo na década de 1970, o movimento sindical emergente liderou ciclos de greves em diversos polos industriais, culminando na liderança de quatro greves gerais de alcance nacional.

Em 1979, na região do ABC, em São Paulo, desafiou o governo da Ditadura Civil-Militar e iniciaram uma greve de 200 mil metalúrgicos que durou duas semanas. Organizada por três sindicatos locais, a greve envolveu indústrias automobilísticas estrangeiras, como Volks, Mercedes-Benz, Scania e Ford, além de outras empresas regionais. Mesmo diante da repressão da ditadura militar, essa mobilização inspirou outras categorias a protestarem contra o arrocho salarial imposto pelo regime (Memorial da democracia, 2023).

Na virada das décadas de 1970 para 1980, foram desencadeadas várias greves, desde operários industriais, com destaque para os metalúrgicos, até assalariados rurais, funcionários públicos e assalariados de diversos setores. Esse período foi de expansão para o novo sindicalismo, resultando na criação do Partido dos Trabalhadores em 1980, na Central Única dos Trabalhadores em 1983 e, em 1984 no MST. Além disso, surge, nesse período Lula Inácio da Silva, como uma liderança do novo sindicalismo.

A década de 1980 foi, então, um período especial das lutas sindicais e sociais: um amplo ciclo de greves, locais e gerais, desencadeado pelos operários industriais, assalariados rurais, assalariados médios, num amplo e denso movimento que se caracterizou pela existência de greves gerais por categoria (como as dos Bancários em 1995), greves com ocupação de fábricas (como a da General Motors em São José dos Campos em 1985 e a da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda em 1989), bem como com o desencadeamento de greves gerais de âmbito nacional, como a de março de 1989, talvez a mais expressiva de todas as greves gerais desta década (ANTUNES, 2015, p. 515)

No entanto, a partir dos anos 1990, o novo sindicalismo já começou a experimentar os impactos adversos do neoliberalismo, conforme as influências retrógradas resultantes da reestruturação produtiva imposta pelo desenvolvimento do capital em toda a sua extensão ideológica e política.

O modelo de produção toyotista alinhada aos preceitos do neoliberalismo, criou uma nova cultura de trabalho, ao mesmo tempo que o desemprego apareceu como um aliado para disciplinar os trabalhadores pelo medo. Ao contrário do fordismo e taylorismo, o toyotismo cria a ilusão de que o empregado trabalha para si mesmo. Nesse sistema, os direitos trabalhistas são vistos como obstáculos, moldando os trabalhadores de acordo com os interesses da empresa. Ao contrário do fordismo e taylorismo, onde a dominação do trabalho pelo capital era direta, no toyotismo ela ocorre de forma indireta, com a sociedade programada para valorizar excessivamente o trabalho. Isso leva os trabalhadores a aceitarem condições precárias em busca de manutenção da vaga de emprego, prestígio social e realização pessoal.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu os direitos trabalhistas, tanto para os trabalhadores urbanos quanto para os trabalhadores rurais. No artigo 6º, o trabalho foi afirmado como um direito social e subjetivo:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

O que por um lado, significou um salto evolutivo para as questões do direito do trabalho. No Brasil, a implementação do neoliberalismo seguiu uma trajetória única com a ascensão de Fernando Collor e, subsequentemente, Michel Temer e Fernando Henrique Cardoso à presidência, tanto o processo de reestruturação produtiva quanto a aplicação das políticas neoliberais foram efetivamente postas em prática.

A política neoliberal praticada no Brasil dos anos de 1990 produziu a desindustrialização e a desnacionalização da sua economia. Extinguindo o setor produtivo estatal e freando o crescimento econômico, a “era FHC” legou ao país taxas brutais de desemprego, além do empobrecimento dos trabalhadores, privados de direitos sociais básicos (MENDONÇA, 1994, p. 67).

Desde então, as palavras em voga são privatização, desregulamentação, fluxo irrestrito de capitais, financeirização, terceirização, precarização, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial e o aumento da miserabilidade - todas essas características da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a definir o cotidiano do mundo do trabalho (ANTUNES, 2015).

Na entrada do século XXI, por processo eleitoral democrático, o PT empossou como presidente da República o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Em 13 anos consecutivos, o governo petista apresentou políticas públicas, com resultados eficazes, para diminuição da pobreza; retirou o Brasil do mapa da fome; expandiu o acesso à educação superior e ao ensino técnico; aumentou a taxa de alfabetização entre os jovens e adultos; implementou investimentos em infraestruturas rurais e urbanas; ampliou o acesso à moradia popular.

Nessa conjuntura, os programas direcionados para desenvolvimento de infraestrutura e consumo interno geraram aumento da oferta de emprego e a estabilidade econômica nos primeiros mandatos. Contudo, seu governo, desde os primeiros atos, pautou-se por uma clara continuidade com o neoliberalismo. Sua política econômica, beneficiou os capitais financeiros, reiterando a dependência aos ditames das políticas do FMI. A medida mais controversa e impactante implementada pelo governo do PT foi a reforma da previdência pública - embora tenha sido uma imposição do FMI e, sua subsequente privatização por meio da criação e promoção dos fundos privados de pensão entre os servidores públicos. O que representou uma ruptura significativa com setores importantes do sindicalismo de trabalhadores públicos, os quais passaram a se opor veementemente ao governo.

Esse novo cenário enfraqueceu e tornou ainda mais defensivo o novo sindicalismo contemporâneo, que se deparava, por um lado, com o surgimento de um sindicalismo neoliberal, manifestação da nova direita alinhada à onda conservadora global, e, por outro lado, com a inflexão que, desde os anos 1990, se estabeleceu na CUT. Esta última, outrora combativa, aproximou-se progressivamente dos moldes do sindicalismo social-democrata (ANTUNES, 2015).

No ano de 2016, o governo de Dilma Rousseff (PT), pressionado e sem governabilidade, sofreu o golpe parlamentar em forma de *impeachment*. Entre suas ações, o vice-presidente empossado, Michel Temer, sancionou, em 2017, a Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017), a norma foi aprovada para flexibilizar o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores com a justificativa de que iria aumentar o número de vagas de emprego.

A reforma trabalhista modificou as relações entre capital e trabalho ao retirar os sindicatos como mediadores, colocando a responsabilidade direta dos trabalhadores para defenderem seus interesses. A reforma eliminou o imposto sindical obrigatório na folha de pagamento e estabeleceu a prevalência dos acordos coletivos sobre a

legislação. Além disso, legitimou o trabalho intermitente e formalizou a terceirização para qualquer função da empresa, ampliando formatos de trabalho temporários e parciais.

Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro entre 2019 e 2022, em meio à pandemia, ocorreram sete Medidas Provisórias abrangendo a redução da jornada e salários, suspensão temporária das atividades, reforma da Previdência e a criação da Carteira Verde e Amarela. Este período foi marcado pela queda de renda e aumento dos preços de diversos produtos e serviços básicos, resultando no retorno do Brasil ao mapa da fome em 2022.

Em 2023, com o retorno do governo petista – Luiz Inácio Lula da Silva, paira ares de esperança e incertezas em relação ao futuro dos sindicatos, bem como em relação a uma contrarreforma trabalhista. Ricardo Antunes destaca que a CLT foi um marco para os trabalhadores, mas também limitou avanços sociais e perpetuou um modelo sindical criado por Getúlio Vargas na década de 1940. O autor denuncia, que esse formato criou sindicatos pelegos, financiados oficialmente sem prestação de contas, atuando mais como empresas do que entidades sindicais legítimas.

Na conclusão de sua análise, Ricardo Antunes (MIGLIOLI, 2022) ressalta a importância de unir os diversos movimentos sociais a partir das bases, contando com apoio popular e priorizando diferentes agendas. No âmbito desta reflexão, é relevante notar que desde 2020, motoristas e entregadores vinculados a plataformas como *Uber*, *99*, *iFood* e *Rappi* têm se mobilizado de maneira organizada, visando combater a exploração e buscar coletivamente direitos e proteção social. Atualmente, encontra-se em tramitação, no Ministério do Trabalho, um acordo entre trabalhadores e empresas de transporte por aplicativos, marcando um possível avanço nesse cenário.

Anexo 1 – Quadro 04: Inventário do Núcleo Expositivo na vitrine do ‘trabalho’

Item	Descrição	N. de registro
Macacão transparente	Traje transparente completo com máscara para cobrir a cabeça. Na altura do torso, linhas brancas em formato de "T". Laterais dos braços com linha laranja. Dispositivo preso ao braço direito em preto e azul, outro preso ao lado esquerdo do torso, em amarelo, e na cintura direita, em preto e com material transparente. Pés com sola preta.	51797 / 51798 - parece ser o acessório preso a roupa
Traje azul marinho	Conjunto azul marinho de casaco e calça. No casaco, gola alta e logotipo redonda no peito esquerdo, contendo a inscrição "PROGRAMA ANTÁRTICO" e 5 estrelas. No braço esquerdo, "BRASIL"(?). Contendo bolsos e corda no capuz.	Casaco: 207293
Mochila	Mochila de excursão com logotipo redonda, contendo a inscrição "PROGRAMA ANTÁRTICO" e 5 estrelas. Abaixo, as inscrições "FURG / ? / 983".	?
Uniforme militar	Uniforme militar composto por blusão de botão e gola e calça, ambos com estampa camuflada. No blusão, um bolso de cada lado.	Camisa - 52849
Tutu	Tutu de bailarina em rosa claro (?), contendo duas alças e com estampa de flores no busto e na saia por cima do tule. Pedras decorativas nas flores e nas bordas do busto.	51876
Sapatilha	Sapatilha de balé de ponta na cor rosa, os dois pés contendo autógrafo de Ana Botafogo.	298290 / 298291
Máquina registradora(?)	Máquina registradora em madeira, com visor no topo com campos "CRUZEIROS" e "CENTAVOS". Abaixo, pequena gaveta com fecho. Na parte inferior da máquina, ao meio, sequência de botões com letras e, à direita, sequência de números do "1" ao "9", todos na seguinte ordem: "100 / 10 / 1 / ,10".	21651 (?) não tem imagem no Tainacan
Capacete	Capacete de segurança verde	53036
Capacete	Capacete de segurança amarelo	?

Capacete	Capacete de segurança laranja	51866
Capacete	Capacete de segurança cinza	?
Abafador de som	Abafador de som preto/protetor auditivo	51854
Máscara	Máscara de gás preta com visor para olhos, com detalhe em vermelho no respirador	51796
Corda	Cinto de segurança azul com ganchos	51772
Acessórios de proteção para perna	Par de acessórios de proteção para perna na cor cinza, com cobertura para os pés mas sem sola, preso por 3 nós.	?
Botas de pano	Par de botas de pano(?) de proteção na cor amarela.	51801
Caixa com balança	Caixa de madeira retangular envidraçada nos quatro lados, contendo balança de ferro dentro.	?
Caixa de ferramentas	Caixa de ferramentas de madeira contendo diversos itens (tesoura, martelos, objetos perfurantes, entre outros), a maioria com cabo em madeira.	?
Máquina	Máquina de madeira e ferro em 3 andares, alargando do topo para a base. Na parte superior, contém rolo de barbante. Na inferior, rolo de papel rosa(?)	?
Máquina de escrever	Máquina de escrever de ferro contendo apenas números e teclas nas cores vermelho, preto e branco.	?
Diversos	8 objetos com cabo de madeira, 4 contendo círculos no topo; 1 com topo em formato oval; 2 afinando para a ponta; 1 liso.	?

Máquina de escrever	Máquina de escrever de ferro da marca "Remington" e, acima das teclas, de cada lado, o número "30".	?
Distintivo (?)	Distintivo com brasão em azul ao centro com globo atravessado por 3 flechas e encimado por coroa. Fundo preto e detalhes em dourado.	?
Distintivo (?)	Distintivo com brasão em azul ao centro com globo atravessado por 3 flechas e encimado por coroa. Fundo preto e detalhes em dourado.	?
Distintivo	Distintivo em amarelo e marrom em formato de sol, com as letras "GM" ao centro e preso a uma linha horizontal.	?
Bolsa	Bolsa preta com o símbolo da cruz vermelha ao centro.	53067
Máscara	Máscara de soldagem preta	51766
Máscara	Máscara de proteção facial (face Shield)	51769
Óculos	Óculos transparente de proteção	51846
Óculos	Óculos de segurança preto	52013
Óculos	Óculos de proteção azul	51845
Cinto	Cinto preto com fivela dourada	?
Respirador	Respirador preto	51783

Máscara	Máscara branca com respirador preto ao centro	?
Máscara	Protetor de poeira	52012
Respirador	Respirador azul	51855
Respirador	Respirador branco(?)	51852
Respirador	Respirador preto com visor com margem amarela	51856
Respirador	Respirador preto com detalhe em laranja	?
Máscara	Máscara preta com respirador branco(?)	?
Cinto	Cinto marrom com ganchos	51771 (?)
Corda	Corda branca	?
Corda	Corda preta trançada e com ganchos	?
Lanterna(?)	Lanterna de pequeno porte preta	299251 (?) sem imagem
Luas	Par de luvas de tecido cinza	?

Mala	Mala de couro utilizada por médicos, amarrada por cintos nas duas extremidades e contendo etiqueta de seu dono original	?
Caixa de madeira	Caixa de madeira contendo 11 botões de tamanhos variados. Etiqueta contendo o local de produção.	?
Camisa da seleção brasileira	Camisa da seleção brasileira branca contendo autógrafo ao lado direito	51970
Uniforme de enfermeira	Uniforme de enfermeira composto por camisa de meia manga e calça cinza, máscara e touca em estampa florida preta e laranja e estetoscópio preto	?
Uniforme da seleção brasileira	Uniforme da seleção brasileira composto por camisa em amarelo e verde e shorts azuis	51965
Uniforme de gari	Uniforme de gari laranja composto por camisa de manga comprida e calça, contendo linhas horizontais em cinza e, na região do tórax, em branco, com as inscrições "PREFEITURA DA CIDADE / RIO / COMLURB". Boné azul.	51155
Microscópio ocular	Microscópio ocular oftalmológico cinza	?

Fonte: Núcleo Expositivo MHN, 2023 (adaptada).

Anexo 2 – Quadro 05: Identificação do acervo da vitrine do ‘trabalho’ na Plataforma Tainacan e fichas catalográficas.

N. de registro	Título	Descrição	Classificação	Termo de indexação	Fonte de aquisição	Local	Imagem Tainacan
51854	EPI de funcionário da CMB Abafador de som.	Nº. de série de fabricante NRR 17, protetor tipo concha em plástico preto forrado com espuma amarela modelo 5 reduz o nível de ruído em 20 DB.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Segurança no trabalho, equipamento de proteção individual.	Casa da Moeda do Brasil	Rio de Janeiro	
51753	Uniforme de auxiliar de apoio, fundidor e lanterneiro. Acessórios de proteção para perna.	Indumentária masculina, CEDAE -, trabalho.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	-	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae)	Rio de Janeiro	
53067	Bolsa. Uniforme CII (masculino Guarda Municipal).	Esta bolsa continha originalmente: 1 vidro de água boricada; 2 pets de case; 1 atadura crepom; 1 caixa de curativos adesivos; 1 rolo esparadrapo; 2 pares de luvas cirúrgicas; 1 tesourinha; estes materiais foram retirados por motivo de conservação.	12.Objetos Pessoais > 12.1 Acessório de Indumentária.	-	Guarda Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	
51754	Bota perneira de soldador	-	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Indumentária masculina, CEDAE -, trabalho.	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	

					Janeiro (Cedae).		
51801	Sapatilha de pano Uniforme para atividades em usina nuclear.	Sapatilha de pano.	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Uniforme de trabalho, equipamento de segurança individual, segurança no trabalho, indumentária civil, energia nuclear, usina eletronuclear, radioatividade.	Eletronuclear	Estado do Rio de Janeiro	
70672	Balança.	Caixa com balança.	14.Medição/Registro/ Observação/ Processamento > 14.2 Processador de Dados.	-	Cleber José das Neves Reis – MUSEÓLOGO	Rio de Janeiro	
30799	Caixa de ferramentas. Caixa de madeira	Pertenceu ao artista plástico Edgard Cognat, e foi doada tendo em seu interior aproximadamente 80 ferramentas para gravura em metal. Ver rápida biografia no dossiê n. 030783. dimensões abertas; larg. 37,00x comp. 25,5 x Alt 27,00.	06.Trabalho > 06.3 de Equipamento Artistas/Artesãos.	Cognat, Edgard	EDGARD COGNAT	Rio de Janeiro	
20995	Caixa de madeira – estojo de pesos	Estojo de pesos.	14.Medição/Registro/ Observação/ Processamento > 14.1 Instrumento de Precisão Óptico.	Forma conjunto com 20.994 a 21.004, pesos de balança que	NÃO HÁ	Rio de Janeiro	

				completam esse estojo.			
51970	Uniforme De técnico da seleção brasileira de futebol	Uniforme de técnico da seleção brasileira de futebol.	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária civil, uniforme, trabalho, futebol, seleção brasileira, CBF.	Confederação Brasileira de Futebol (CBF)	Rio de Janeiro	
53036	Capacete segurança	Capacete usado pelo engenheiro (marido da doadora) em visita às obras de saneamento do estado, quando o governador era Chagas Freitas. cor verde - cor do saneamento.	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Capacete usado pelo engenheiro (marido da doadora) em visita às obras de saneamento do estado, quando o governador era chagas Freitas. cor verde - cor do saneamento	Norma Botelho Portugal	Rio de Janeiro	
51765	Capacete		06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	CEDAE, trabalho	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae)	Rio de Janeiro	

51866	Capacete	Uniforme de trabalhador da Light.	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme, trabalho, serviços elétricos, light, equipamento de proteção individual.	Light Serviços de Eletricidade S/A	Rio de Janeiro	
?	Capacete cinza	-	-	-	-	-	
43194	Cinto	Esta peça pertenceu a Anésia pinheiro machado, primeira mulher aviadora. foi encaminhada à veratostes, para ser doada ao MHN, pela esposa embaixador Dário moreira de castro Alves, em Portugal, na ocasião da inauguração da exposição de moedas do Mohn em Santarém.	12.Objetos Pessoais > 12.1 Acessório de Indumentária.	Indumentária feminina, aviação, Machado, Anésia Pinheiro (proprietário).	-	-	
51771 (?)	Cinto	Uniforme de auxiliar de operação e manutenção.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Uniforme de trabalho, indumentária masculina, CEDAE, Companhia de água e esgoto.	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae)	Rio de Janeiro	
51772	Corda	Uniforme de auxiliar de operação e manutenção.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral	Uniforme de trabalho, indumentária masculina,	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do	Rio de Janeiro	

				CEDAE, Companhia de água e esgoto.	Rio de Janeiro, CEDAE.		
?	Corda	-	-	-	-	-	
?	Corda	-	-	-	-	-	-
53076	Distintivo	Distintivo em metal dourado e esmalte amarelo e marrom, com as letras mg dentro de um em sua parte central, este distintivo usado na camisa bege, no bolso direito, faz parte do uniforme Data de entrada no museu: outubro de 2003.	08.Insígnias.	Indumentária civil feminina, uniforme, trabalho, Guarda Municipal.	-	-	
53075	Distintivo	Uniforme bi - guarda municipal - feminino este distintivo usado na camisa bege (053. 074) acima do bolso esquerdo	08.Insígnias.	Indumentária civil feminina, uniforme, trabalho, Guarda Municipal	GUARDA MUNICIPAL RJ	Rio de Janeiro	
53068	Distintivo	Este distintivo usado na camisa bege (053. 078), acima do bolso esquerdo	08.Insígnias.	Indumentária civil feminina, uniforme, trabalho, Guarda Municipal	GUARDA MUNICIPAL RJ	Rio de Janeiro	

51798	Dosímetro	Dosímetro termoluminescente.	14.Medição/Registro/ Observação/ Processamento.	Dosímetro, medidor de radioatividade e, radiação, equipamento de proteção, segurança no trabalho, Eletronuclear , Usina Eletronuclear .	Eletronuclear	Rio de Janeiro	
52009	Uniforme de funcionário da CSN. Luvas		06.Trabalho.	Faz par com 052.010.	Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	Rio de Janeiro	
51797	Uniforme de proteção p/atividade s em usina nuclear. Macacão transparente	Macacão inflável em plástico rosa, branco, incolor e proteção respiratória contra ambiente contaminado.	12.Objetos Pessoais > 12.6 Objeto de Auxílio/Conforto Pessoais.	Equipamento de proteção individual, indumentária civil, segurança no trabalho, usina nuclear, radioatividade e, Usina Eletronuclear .	Eletronuclear	Rio de Janeiro	
29642	Mala	Faz parte da doação de 392 fotos referentes ao trabalho de médico sanitarista da cidade do RJ na década de do proprietário do objeto, dr. Augusto Paulo Pinto.	06.Trabalho > 06.9 Equipamento Médico.	Pinto, Augusto Paulo, medicina, sanitarismo	MARIA MARQUES L. PINTO	Rio de Janeiro	

21652	Utilizada para bobinas de papel pela casa Marc. Máquina papeleiro	Porta-bobinas utilizada para bobinas de papel pela Casa Marc.	06 Trabalho > 06.4 Equipamento de Atividades Comerciais.	Utilizada para bobinas de papel pela Casa Marc.	Casa Marc Ferrez	Rio de Janeiro	
	Calculadora		14 Medição/Registro/Observação/Processamento > 14.2 Processador de Dados.		Organização Contábil Adelino Motta.		
520	Máquina registradora	Máquina registradora respingada de tinta. vidro do mostrador quebrado. Manchada.	06 Trabalho > 06.4 Equipamento de Atividades Comerciais.	Respingada de tinta. Vidro do mostrador quebrado. Manchada. chapa de metal com n.1799270/86 2. a fundição se encontra guardado na rt1-y2 p4.	Casa Marc Ferrez	São Paulo	
21651	Máquina registradora	Máquina registradora.	06.Trabalho > 06.4 Equipamento de Atividades Comerciais.	A máquina foi utilizada de 1945 a 1986, foi substituída por determinação da sec.de Estado da fazenda, pela	Museus Municipais de Ribeirão Preto	Rio de Janeiro	-

				casa Marc Ferrez - cinemas eletricidade ltda, rua da quitanda, 21, RJ. (extinta em 30/06/1990).			
51796	Uniforme para atividades em usina nuclear (EPI). Máscara	Uniforme para atividades em usina nuclear (EPI).	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Equipamento de proteção individual, indumentária civil, usina nuclear, segurança no trabalho, radioatividade e.	Eletronuclear	Estado do Rio de Janeiro	
51766	Máscara de soldador	Uniforme da Cedae.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Uniforme de trabalho, indumentária masculina, Cedae, Companhia de água e esgoto.	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae)	Rio de Janeiro	
51769	Uniforme de trabalhador da Cedae Protetor facial 8. Máscara	Máscara com filtro Uniforme para atividades em usina nuclear (EPI).	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Uniforme de trabalho, indumentária masculina, Cedae, Companhia de água e esgoto.	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae)	Rio de Janeiro	

52012	Equipamento Proteção individual (EPI) funcionário da CSN. Máscara.	Equipamento Proteção individual (epi) funcionário da CSN.	06.Trabalho.	Proteção, CSN	Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	Rio de Janeiro	
138410	Mochila	-	12.Objetos Pessoais > 12.4 Artigo de Viagem/Campanha.	Acessório indumentária militar feminina	Janaína Silvestre da Silva (Janaína Silvestre Itaboraí)	Rio de Janeiro	
51846	Óculos	Óculos em acrílico incolor de lente única hastes largas com cortes verticais protege contra partículas sólidas nº de série de fabricação C. A. 8068	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	segurança do trabalho, equipamento de proteção individual	Casa da Moeda do Brasil	Rio de Janeiro	
52013	Equipamento Proteção individual (EPI) funcionário da CSN. Óculos.	Óculos de segurança de funcionário da CSN	06.Trabalho.	Proteção, CSN.	Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	Rio de Janeiro	
51845	Óculos	Óculos aro azul com proteção lateral lentes levemente esverdeadas protege de radiação UV (grau 0,5) participou da exposição na sala Jenny Dreyfus	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Segurança do trabalho, equipamento de proteção individual.	Casa da Moeda do Brasil	RIO DE JANEIRO	
51783	Respirador	EPI de funcionário da CEDAE	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Uniforme de trabalho, indumentária masculina, CEDAE,	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de	Rio de Janeiro	

				Companhia de água e esgoto.	Janeiro (Cedae)		
51855	Respirador	Respirador em plástico azul filtro dentro de recipiente de alumínio presilha de borracha preta	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Segurança no trabalho, equipamento de proteção individual.	Casa da Moeda do Brasil	Rio de Janeiro	
51852	Respirador	Máscara acolchoada, branca, em acrílico, orifício central vedado em plástico preto e borracha presilhas em plástico branco e elástico.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Segurança no trabalho, equipamento de proteção individual.	Casa da Moeda do Brasil	Rio de Janeiro	
51856	Respirador	Respirador panorama nova <i>easi-air</i> 7800 MR borracha preta visor em acrílico incolor com moldura amarela filtro em recipiente de alumínio acoplado na parte da frente proteção contra vapores orgânicos acompanha folheto de instruções.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	Segurança no trabalho, equipamento de proteção individual.	Casa da Moeda do Brasil	Rio de Janeiro	
51770	Respirador Comfort II	Acompanha 4 cartuchos e manual de uso.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	CEDAE, trabalho.	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae)	Rio de Janeiro	
298290 / 298291	Sapatilha	Peça na cor rosa com elástico e fita altura do calcanhar. na ponta inscrição: Botafogo. 2011 inscrição na sola: hand made in usa. inscrição no interior: gaynor mindem New York A peça foi encaminhada para a museografia	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Ana Botafogo, bailarina, balé, calçados, sapatilhas, sapatos.	Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	

		antes mesmo de entrar na reserva técnica. data de entrada no museu: 18/07/2011.					
207293	Casaco. Traje azul marinho	Faz parte do uniforme oficial usado nas comissões antárticas do programa antártico brasileiro. muito utilizado por aqueles que se dirigem ao pedaço brasileiro no continente antártico.	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Programa antártico	Janaína Silvestre da Silva (Janaína Silvestre Itaboraí)	Rio de Janeiro	
51876	Tutu	Indumentária feminina, botafogo, Ana (proprietária) - bailarina, teatro municipal, balé Raymond, trabalho.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária feminina, botafogo, Ana (proprietária) - bailarina, teatro municipal, balé Raymond, trabalho.	Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	
51965	Calção jogador de futebol	Camisa número 9 usada pelo jogador Ronaldo Nazário (Ronaldo). localização anterior: rt1-sb1- cab. exposição na sala Jenny Dreyfus artigo: ribeiro, Antônio Cláudio Lopes. as políticas de aquisição do MHN (1922 x 1996): do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação social brasileira.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	indumentária civil, uniforme, trabalho, futebol, seleção brasileira, Ronaldinho, Nazário, Ronaldo, CBF	Confederaçã o Brasileira de Futebol (CBF)	Rio de Janeiro	
51966	Camisa número 9 jogadores de futebol	Camisa número 9 usada pelo jogador Ronaldo Nazário (Ronaldo). localização anterior: rt1-sb1- cab. exposição na sala j	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária civil, uniforme, trabalho,	Confederaçã o Brasileira de Futebol (CBF)	Rio de Janeiro	

		Jenny Dreyfus. artigo: ribeiro, Antônio Cláudio Lopes. as políticas de aquisição do MHN (1922 x 1996): do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação social brasileira.		futebol, seleção brasileira, Ronaldinho, Nazário, Ronaldo, CBF			
51155	Uniforme de Gari. Calça	Participou da expo na sala Jenny Dreyfus de 11/10/2002 a março de 2003.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme, uniforme de trabalho, trabalho, COMLURB, gari, gari, limpeza da cidade.	Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)	Rio de Janeiro	
51160	Uniforme de Gari. boné	Participou da expo na sala Jenny Dreyfus de 11/10/2002 a março de 2003.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme, uniforme de trabalho, trabalho, COMLURB, gari, gari, limpeza da cidade.	Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)	Rio de Janeiro	
51160	Uniforme de Gari. camisa	Participou da expo na sala Jenny Dreyfus de 11/10/2002 a março de 2003.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme, uniforme de trabalho, trabalho, COMLURB,	Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)	Rio de Janeiro	

				gari, gari, limpeza da cidade			
51158	Uniforme de Gari. par de luvas	Participou da expo na sala Jenny Dreyfus de 11/10/2002 a março de 2003.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme, uniforme de trabalho, trabalho, COMLURB, gari, gari, limpeza da cidade	Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)	Rio de Janeiro	
51156	Uniforme de Gari. par de calçados	Participou da expo na sala Jenny Dreyfus de 11/10/2002 a março de 2003.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme, uniforme de trabalho, trabalho, COMLURB, gari, limpeza da cidade	Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)	Rio de Janeiro	
298816	Uniforme de Gari	Uniforme composto de chapéu, blusa e calça na cor laranja. chapéu e blusa com figura de armas do município do rio de janeiro. na parte posterior da camisa, inscrição: COMLURB. na calça, faixas que refletem a luz. fonte. participou da exposição museu histórico nacional 90 anos de histórias, de 02/08/2012 a 03/03/2013. artigo: ribeiro, Antônio	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme, uniforme de trabalho, trabalho, COMLURB, gari, limpeza da cidade.	Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)	Rio de Janeiro	

		Cláudio Lopes. as políticas de aquisição do MHN (1922 x 1996): do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação social brasileira.					
52851	Uniforme militar calça	Uniforme 4º A2 Cia. de Fiação Cedro e Cachoeira Diretoria de Assuntos Culturais / Exército Brasileiro / Ministério da Defesa.	12.Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme militar, exército, brasil, ministério da defesa, DAC.	Diretoria de Assuntos Culturais / Exército Brasileiro / Ministério da Defesa	Rio de Janeiro	
5284	Uniforme militar camisa	Uniforme 4º A2 Cia. de Fiação Cedro e Cachoeira Diretoria de Assuntos Culturais / Exército Brasileiro / Ministério da Defesa.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária masculina, uniforme militar, exército, brasil, ministério da defesa, DAC.	Diretoria de Assuntos Culturais / Exército Brasileiro / Ministério da Defesa	Rio de Janeiro	
51554: 51551 51553 5155	Uniforme cirurgião gorro, blusa(jaleco), máscara, calça	Utilizada por Ivo Pitanguy, nas cirurgias, o prof. Ivo Pitanguy é considerado um dos maiores, senão o maior cirurgião plástico do mundo.	12. Objetos Pessoais > 12.8 Peça de Indumentária.	Indumentária civil masculina / trabalho, medicina, Pitanguy, Ivo (proprietário).	Ivo Pitanguy	RIO DE JANEIRO	
51782	EPI para funcionário da CEDAE. Cartucho	Uniforme de trabalho, indumentária masculina, CEDAE, Companhia de água e esgoto.	06.Trabalho > 06.8 Equipamento de Uso Geral.	-	-	-	
BILROS	Peça de cor escura,	-	06.Trabalho > 06.5 Equipamento de	-	-	-	-

	parte inferior em forma gota, quebrado na ponta.		Fiação/Tecelagem.				
Macacão Prontar		Indumentária militar feminina, Programa Antártico Brasileiro.	12.Objetos Pessoais > 12.1 Acessório de Indumentária.	-	-	-	

Fonte: Tainacan, 2023 (adaptada).

